

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

HELENA LIMA DE MOURA

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UM *PRINT* DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO INSTITUTO
FEDERAL DA PARAÍBA (2010-2019)

JOÃO PESSOA - PB
2023

HELENA LIMA DE MOURA

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UM *PRINT* DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (2010-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Orientador: Prof. Dr. José Jassuipe da Silva
Morais

JOÃO PESSOA - PB
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M929f Moura, Helena Lima de.

Financiamento da educação superior : um print da internacionalização no Instituto Federal da Paraíba (2010-2019) / Helena Lima de Moura. - João Pessoa, 2023.

127 f. : il.

Orientação: José Jassuie da Silva Moraes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior - Internacionalização. 2. Educação superior - Financiamento. 3. Orçamento público. I. Moraes, José Jassuie da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

HELENA LIMA DE MOURA

Financiamento da Educação Superior:
Um *print* da Internacionalização no Instituto Federal da Paraíba
(2010-2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa 2: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

APROVADO EM: 22/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Morais
PPGAES/UFPB – Orientador

Documento assinado digitalmente
 JOSE JASSUIPE DA SILVA MORAIS
Data: 11/03/2024 19:49:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Cesar Geglho
PPGAES/UFPB – Avaliador Interno

Documento assinado digitalmente
 PAULO CESAR GEGLHO
Data: 11/03/2024 15:43:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Edilane do Amaral Heleno
DSCA/CCAUE/UFPB – Avaliadora Externa

Documento assinado digitalmente
 EDILANE DO AMARAL HELENO
Data: 11/03/2024 17:12:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico o resultado desta caminhada acadêmica à
minha família, base da minha força.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me presenteia todos os dias com a energia da vida, que me dá forças e coragem para atingir os meus objetivos.

Um eterno agradecimento aos meus pais, Edjarbas e Maria, que, desde cedo, ensinaram-me o valor da educação, que deram sempre mais do que podiam para eu conseguir resultados na minha vida acadêmica e profissional.

Meu agradecimento ao meu esposo, Diego, e às minhas filhas, Livia Maria e Cecília, nunca serão suficientes, por me apoiarem, aceitando as ausências nesse período dedicado aos estudos, abdicando de aproveitar momentos em família. Enfim, podemos aproveitá-los.

Agradeço ao meu orientador, Dr. José Jassuipe, carinhosamente chamado por suas orientandas de Tio Jas, por todos os ensinamentos, sua parceria, dedicação, paciência, motivação e especialmente sua paixão pela educação. Toda sua energia vibrante foi imprescindível para a conclusão deste trabalho. Gratidão eterna por ter me aceitado no seu seletivo grupo de orientandas.

Agradeço à banca avaliadora pela participação e pelas sugestões que muito contribuíram para finalização desta pesquisa. A todos os professores do PPGAES/UFPB meus agradecimentos pelos conhecimentos compartilhados, pelos debates e discussões sobre a educação brasileira.

Expresso minha gratidão a toda equipe do Departamento de Orçamento e Finanças do IFPB/Campus João Pessoa, Socorro, Deusalete, Kaliny, Tarciana, Midore, Emanuel, Maristela, que me apoiaram nessa trajetória, por todo suporte, amizade, por enfrentar junto comigo essa fase entre as atividades profissionais e acadêmicas. E outros tantos envolvidos, como a professora Rossana Sá que está sempre presente na minha vida pessoal, profissional e acadêmica, “thank you forever”. Meu agradecimento carinhoso a vocês.

Um agradecimento especial ao IFPB, instituição que sou servidora e me oportunizou realizar esse mestrado pelo convênio firmado junto à PPGAES/UFPB, sendo o campo para desenvolvimento desta pesquisa.

“Investir em conhecimento rende sempre os
melhores juros”.

(Benjamin Franklin)

RESUMO

A internacionalização da educação superior emerge como a quarta dimensão essencial da universidade, complementando o tripé tradicional de ensino, pesquisa e extensão, e se tornando um parâmetro crucial para os indicadores de avaliação da educação superior. Nesse sentido, torna-se imperativo direcionar nosso foco para essa temática, especialmente diante do contexto atual de um mundo globalizado e competitivo, cada vez mais tecnológico e célere. Situando-se nessa perspectiva, o objetivo da presente pesquisa é oferecer um panorama situacional sobre o financiamento da internacionalização da educação superior no Instituto Federal da Paraíba durante o período de 2010 a 2019. Para isso, serão tecidas breves considerações sobre a Internacionalização da Educação Superior no Brasil, incluindo características do seu financiamento. Quanto à metodologia empregada, optou-se por uma abordagem documental, de natureza qualitativa. Após a análise de dados, verificou-se que existe uma política de internacionalização com a concentração das ações executadas pela ARINTER. Contudo, não foi possível mensurar os valores financeiros investidos de forma quantitativa, nem encontrar transparência destes nos relatórios de gestão. Portanto, existe um impasse em determinar com precisão o percentual do orçamento destinado às ações de internacionalização da educação no IFPB. Diante desse cenário, foi elaborado um DORP – Documento Orientador de Procedimentos, como resultado desta pesquisa, contendo sugestões para a implementação de estratégias que visam fortalecer os processos de governança e transparência dos dados orçamentários relacionados à internacionalização da educação superior no IFPB. Dessa forma, o IFPB ratifica sua finalidade de propiciar a oferta de uma educação de qualidade que considere os desafios de mercado, culturais e do conhecimento por meio da internacionalização da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização da Educação Superior; Financiamento da Educação; Orçamento Público.

ABSTRACT

The internationalization of higher education emerges as the fourth essential dimension of the university, complementing the traditional tripod of teaching, research, and extension, and becoming a crucial parameter for the evaluation indicators of higher education. In that regard, it becomes imperative to direct our focus to this theme, especially in the current context of a globalized and competitive world, increasingly technological and fast-paced. From this perspective, the objective of this research is to offer a situational overview on the financing of the internationalization of higher education at the Federal Institute of Paraíba during the period from 2010 to 2019. To this end, brief considerations will be made about the Internationalization of Higher Education in Brazil, including characteristics of its financing. Regarding the methodology used, a documentary approach of qualitative nature was chosen. After the data analysis, it was verified that there is an internationalization policy with a concentration of actions executed by ARINTER. However, it was not possible to measure the financial values invested in a quantitative way, nor to find transparency of these in the management reports. Therefore, there is a deadlock in accurately determining the percentage of the budget allocated to education internationalization actions at IFPB. In view of this scenario, a DORP – Procedure Guiding Document - was elaborated as a result of this research, containing suggestions for the implementation of strategies that aim to strengthen the governance processes and transparency of budgetary data related to the internationalization of higher education at IFPB. In this way, IFPB ratifies its purpose of providing quality education that considers market, cultural and knowledge challenges through the internationalization of education.

KEYWORDS: Internationalization of Higher Education; Education Financing; Public Budget.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estruturação da Pesquisa	20
Figura 2 – Desenho metodológico da pesquisa.....	23
Figura 3 – Mapa conceitual da pesquisa	24
Figura 4 – Mapa de atuação do IFPB.....	26
Figura 5 – Legislações orçamentárias	37
Figura 6 – Correlação das ações orçamentárias	39
Figura 7 – Fases da Governança	41
Figura 8 – Princípios da governança.....	42
Figura 9 – Governança X Gestão.....	43
Figura 10 – Portal institucional – Página inicial	52
Figura 11 – Portal institucional – Relações internacionais.....	52
Figura 12 – Portal institucional – Menus das relações internacionais.....	53
Figura 13 – Ações para financiamento da internacionalização	55
Figura 14 – Estratégias de internacionalização	57
Figura 15 – Temáticas apresentadas no PDI	58
Figura 16 – Portal institucional – Transparência	59
Figura 17 – Transcurso dos PDIs no IFPB	60
Figura 18 – Modelo do demonstrativo orçamentário do relatório de gestão.....	60
Figura 19 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ – exercício 2010	66
Figura 20 – Manifestação NUP 23546.033293/2023-44	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias de Análise	21
Quadro 2 – Princípios orçamentários	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Consulta Periódicos CAPES	19
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Planejamento Orçamentário	38
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARINTER	Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CAPES <i>prInt</i>	Programa de Internacionalização
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSF	Ciências sem Fronteiras
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
MTO	Manual Técnico do Orçamento
OCDE	Organização de Controle do Desenvolvimento Econômico
OI	Organismos Internacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC– G	Programa de Estudantes – Convênio de Graduação LDB
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPGAES	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	16
1.3 OBJETIVOS	16
1.3.1 Objetivo geral	16
1.3.2 Objetivos específicos	16
1.4 JUSTIFICATIVA	17
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA	17
2 PERCURSO METODOLÓGICO	19
2.1 TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA	19
2.2 FLUXO DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	22
2.3 UNIVERSO DA PESQUISA	25
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	28
3.1 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	28
3.2 ORÇAMENTO PÚBLICO	34
3.3 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	44
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS NORMATIVOS INTERNOS	51
4.2 ANÁLISE DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAIS 2010-2014 E 2015-2019	58
4.2.1 Categoria de Análise – Internacionalização da Educação (C1)	61
4.2.2 Categoria de Análise – Modelos de Financiamento (C2)	62
4.2.3 Categoria de análise – Financiamento da Internacionalização (C3)	62
4.3 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DE 2010-2019	64
4.3.1 Categoria de análise – Internacionalização da Educação (C1)	65
4.3.2 Categoria de análise – Modelos de Financiamento (C2)	68
4.3.3 Categoria de análise – Financiamento da Internacionalização (C3)	69
4.4 ANÁLISE DA CONSULTA FALA.BR	70
4.5 ANÁLISE CONCLUSIVA	72
4.6 PRODUTO ACADÊMICO	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

APÊNDICE A - COLETA DE OCORRÊNCIAS CATEGORIAS DE ANÁLISE - PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	82
APÊNDICE B - COLETA DE OCORRÊNCIAS CATEGORIAS DE ANÁLISE - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	85
APÊNDICE C - PERGUNTAS SUBMETIDAS AO IFPB PELO FALA.BR.....	102
APÊNDICE D - PRODUTO ACADÊMICO.....	103
ANEXO A - PROCESSO NUP 23546.033293/2023-44	124

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O cenário da educação superior no Brasil é caracterizado por diversas mudanças, influenciadas pelo contexto político-econômico global. A educação, sendo considerada um valor econômico, sofre influências em seu financiamento, currículos e prática docente. A maior influência desse cenário é o capitalismo dominante, que causa uma crise existencial nas relações de trabalho e na finalidade da educação formal, transformando o ensino em um serviço em vez de um direito social.

A partir de 1990, sob a influência da globalização, a educação passou a ser encarada sob outra perspectiva. Além de fornecer uma formação, a educação precisaria atender prontamente às demandas do novo mundo globalizado e, diante de seus desafios e deficiências, deveria impulsionar grandes avanços que emergem da necessidade de se inserir em um contexto mundial, tornando-se internacionalizada e focando suas principais produções nas soluções tecnológicas.

A educação voltou-se para as demandas do mercado, passando a adotar como base norteadora um conhecimento alinhado aos interesses de uma economia financeirizada, impulsionando o desenvolvimento econômico do país e passando por diversas modificações ao longo das décadas. A maneira de entender a dinâmica do conhecimento foi reestruturada, e as disparidades educacionais tiveram que ser niveladas para se tornarem competitivas. A educação superior precisou transcender um paradigma de ação que até então não havia ganhado impulso, devido à ausência de um cenário que refletisse um aumento significativo de investimento.

A internacionalização da educação superior, nessa conjuntura, passa a ser reconhecida como um diferencial na formação dos estudantes, dos professores e de toda a estrutura administrativa-pedagógica. A formação, com isso, passa a ser abordada de forma diferenciada, para atender às exigências de um mercado de trabalho moldado pelo modelo capitalista vigente.

Ampliadas nesse novo cenário, as ações voltadas para a internacionalização da educação nas instituições federais tornaram-se um caminho competitivo, sendo um indicador de qualidade da educação e requerendo políticas e estratégias bem estruturadas na instituição para garantir, dentro de limites orçamentários cada vez mais reduzidos, a oferta por meio de financiamento público, contemplado na Lei Orçamentária ou de forma indireta, pelas agências de fomento.

Diante disso, mostra-se necessário compreender como o financiamento da internacionalização da educação superior foi executado no Instituto Federal da Paraíba no período de 2010 a 2019, a fim de contribuir para um modelo de boas práticas de governança pública aplicada ao financiamento da internacionalização, enfatizando sua importância na oferta de uma educação internacional plena e de qualidade, que proporcione aos alunos uma formação que considere os desafios do mercado, culturais e do conhecimento.

Esta pesquisa apresenta, em seu primeiro capítulo, uma introdução, composta por esta contextualização, pela problemática da pesquisa, a descrição dos objetivos, a justificativa para a realização deste estudo, bem como a descrição da estrutura que o compõe. O segundo capítulo concentra-se no detalhamento do percurso metodológico.

Para fornecer suporte teórico à pesquisa, o capítulo 3 aborda a análise bibliográfica das temáticas de internacionalização da educação superior, orçamento público, incluindo aspectos da governança pública, e termina com a compreensão do financiamento da educação superior.

O capítulo 4 apresenta as discussões sobre os dados analisados, bem como a apresentação do produto acadêmico elaborado. Por fim, o capítulo 5 registra as considerações finais sobre a pesquisa.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Como o Instituto Federal da Paraíba realiza a gestão do financiamento para promover a Internacionalização do Ensino Superior?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

- Identificar como está sendo realizada a gestão do financiamento para promover a internacionalização do ensino superior no Instituto Federal da Paraíba.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar os preceitos normativos internos que fundamentam as ações de internacionalização da educação no Instituto Federal da Paraíba;
- Examinar o Financiamento da Educação Superior para atender as ações de

internacionalização no Instituto Federal da Paraíba no período de 2010-2019;

- Propor um Documento Referencial com boas práticas de governança pública aplicadas à gestão do financiamento com a internacionalização da educação no ensino superior para o Instituto Federal da Paraíba.

1.4 JUSTIFICATIVA

A justificativa principal desta pesquisa reside no seu impacto social, que ultrapassa as fronteiras acadêmicas. A pesquisa é fundamental para garantir uma aplicação eficaz dos gastos públicos e promover transparência desses gastos para a sociedade. Por outro lado, há uma justificativa acadêmica sólida, uma vez que a temática da pesquisa é relevante e contribui para a expansão do conhecimento sobre o financiamento da internacionalização da educação no ensino superior.

Além disso, destacam-se as justificativas institucionais e pessoais, que são especialmente relevantes em um mestrado de cunho profissional. Na justificativa institucional, busca-se contribuir para a sustentabilidade orçamentária das instituições federais de ensino e para atender às necessidades educacionais do contexto global, por meio da geração de um produto que oferecerá orientações para a implementação de estratégias nas ações de internacionalização.

Quanto à justificativa pessoal, enfatiza-se a exploração do conhecimento sobre o financiamento das ações de internacionalização na instituição em que a pesquisadora está inserida, dada sua atuação na área orçamentária, e a oportunidade de aprimorar e contribuir para as ações de financiamento da internacionalização da educação.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente pesquisa está estruturada inicialmente com uma parte introdutória que delinea o percurso metodológico realizado, seguido pelo referencial teórico, essencial para o entendimento e contextualização da temática da internacionalização da educação superior e seu financiamento em uma instituição federal de ensino superior. Dessa forma, estabelece-se uma relação mais estreita do leitor com as principais referências sobre o tema.

Os tópicos apresentados abordam os seguintes temas: Educação superior, Internacionalização da educação superior, Orçamento público e governança pública, e Financiamento da educação superior. Em seguida, são discutidas as análises dos dados

coletados e a apresentação do produto acadêmico elaborado, sendo este último um item obrigatório do mestrado profissional.

A pesquisa, desse modo, teve início com um item norteador que guiou todas as demais fases, a partir dos métodos que estão descritos no próximo tópico.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

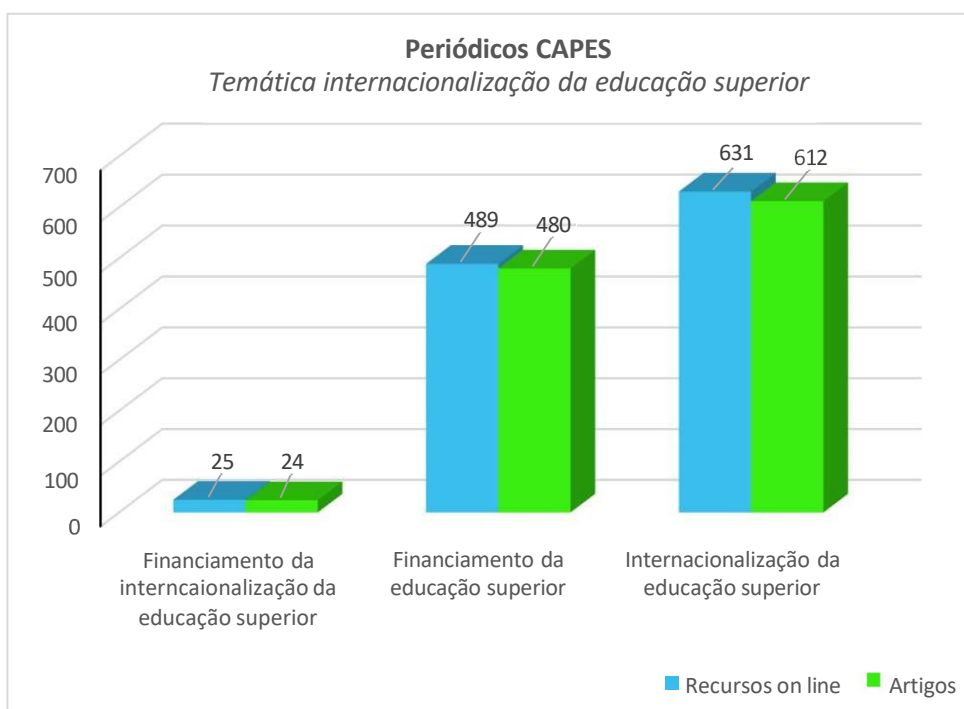
Neste capítulo, será apresentada a estrutura da pesquisa utilizada para coletar os dados necessários para responder à problemática proposta.

2.1 TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa está fundamentada no processo de construção do conhecimento. Conforme afirmado por Severino (2016), “[...] a pesquisa é fundamental, uma vez que é através dela que podemos gerar o conhecimento, a ser necessariamente entendido como construção dos objetos de que se precisa apropriar humanamente” (Severino, 2016, p. 35).

Embora a temática da internacionalização seja amplamente discutida em pesquisas, foi observado um número pouco significativo de estudos sobre o seu financiamento, conforme levantamento realizado nos periódicos do portal da CAPES, como demonstrado no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Consulta Periódicos CAPES



Fonte: Portal CAPES (2023)

No entanto, para que a pesquisa seja eficaz, é fundamental a utilização de métodos

adequados. Nesse sentido, conforme apontado por Severino (2016), o método científico é um elemento essencial do processo de conhecimento realizado pela ciência, diferenciando-a do senso comum e de outras formas de expressão da subjetividade. Nas palavras do autor, “a ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos” (Severino, 2016, p.106).

Além disso, de acordo com Matias Pereira (2019), a metodologia representa um “conjunto de métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência põe em ação para alcançar seus objetivos” (Matias e Pereira, 2019, p.43). Partindo dessa perspectiva, a pesquisa utilizou os seguintes métodos, conforme demonstrado na Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Estruturação da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Toda a pesquisa foi conduzida de forma qualitativa, visto que a partir das informações coletadas foram feitas interpretações, descrevendo os significados dos conteúdos explorados e realizando análises de forma geral. Richardson (2012) argumenta que a abordagem qualitativa é apropriada para compreender a natureza de um fenômeno social e não requer o uso de recursos estatísticos para analisar um problema.

Para embasar a pesquisa, foram exploradas referências teóricas bibliográficas em livros, publicações na internet, dissertações, artigos em revistas e periódicos mais recentes, disponíveis no site da Capes, relacionados à temática. Segundo Severino (2016), esse tipo de investigação é realizado a partir de registros disponíveis, como livros, artigos, teses ou outros documentos impressos, e utiliza as contribuições de outros autores e de seus estudos analíticos constantes nos referidos textos.

O foco da pesquisa se deu por meio da análise documental, na qual foram examinados os documentos institucionais com o objetivo de identificar os normativos internos. Isso permitiu perceber como a internacionalização está implementada na instituição, como é regulamentada

e como ocorre a distribuição orçamentária nessa área.

Durante a coleta dos documentos, foram selecionados aqueles que contribuiriam para a pesquisa. Entre eles, destacam-se a criação da assessoria para assuntos internacionais, a política de internacionalização e o ato legal que estabelece a existência da ARINTER no âmbito do IFPB. Além disso, foram analisados os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) referentes aos períodos de 2010 a 2014 e de 2015 a 2019, bem como os Relatórios de Gestão anuais do mesmo período.

Após a coleta desses dados, procedeu-se com a leitura e interpretação dos documentos normativos destacados. Entre eles, estão a Resolução n.º 144, de 02 de outubro de 2015, que aprovou a criação e implementação dos Núcleos de Assuntos Internacionais (NAI) no âmbito do IFPB, e a Resolução *ad referendum* n.º 19, de 24 de abril de 2018, que instituiu a Política de Internacionalização da Educação no IFPB. Essa análise forneceu os dados necessários para avaliar o financiamento da internacionalização da educação superior no Instituto Federal da Paraíba.

Para os documentos PDI 2010-2014 e PDI 2015-2019 e os Relatórios de Gestão anuais do período de 2010 a 2019, foram utilizadas categorias de análise conforme apresentado no Quadro I. A coleta das ocorrências das categorias analisadas foi realizada nos apêndices A e B, visando uma melhor interpretação na discussão dos resultados encontrados.

Quadro 1 – Categorias de Análise

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO	SUB-CATEGORIAS
Internacionalização da Educação (C1)	Identificar ações de internacionalização da educação superior, como programas e políticas.	Internacionalização, internacional (s), exterior, estrangeira, intercâmbio
Modelos de financiamento (C2)	Identificar os modelos financiados para internacionalização da educação superior: bolsas de estudo, auxílios, diárias e passagens, inscrições em eventos internacionais.	Bolsa, inscrição, diárias, passagens, ajuda de custo
Financiamento da Educação (C3)	Identificar a origem e valores dos recursos que apoiaram as ações de internacionalização da educação superior.	Orçamento (s), orçamentário (s), financiamento, recurso (s), valor (es)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dessa forma, os documentos identificados fornecem a organização das informações relacionadas à internacionalização. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), “a utilização da pesquisa documental é destacada quando podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta” (Prodanov; Freitas,

2013, p. 55).

A análise documental é “[...] uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e a referência” (J Chamuier *apud* Bardin, 2016, p. 51).

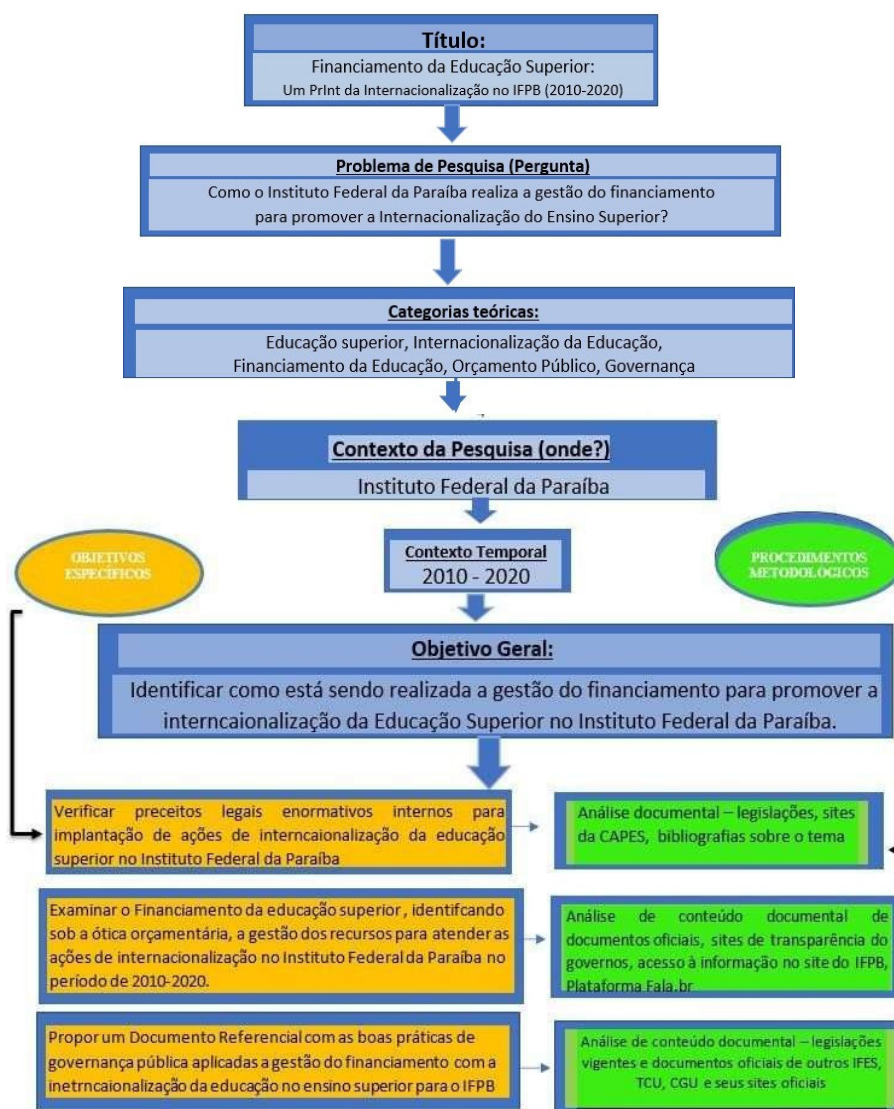
A utilização da técnica de pesquisa documental possibilitou esclarecer conceitos, definições e verificar as referências existentes para compreender a dinâmica do financiamento da internacionalização da educação superior e sua evolução histórica no Instituto Federal da Paraíba.

Com a descrição da escolha da metodologia, foi necessário elaborar o fluxo de procedimento da pesquisa a ser adotado, o qual será abordado no próximo tópico.

2.2 FLUXO DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O fluxo dos procedimentos da pesquisa teve início com a construção do desenho metodológico, que se enquadra nas etapas ou artifícios racionais e sistemáticos com o objetivo de fornecer respostas aos problemas propostos, conforme explicado por Gil (2007).

Segue o desenho metodológico na Figura 2, cujo conteúdo foi elaborado pela autora, seguindo o modelo de Castelo Branco (2022) como parte das atividades da disciplina Métodos Quantitativos e Qualitativos aplicados à pesquisa do mestrado.

Figura 2 – Desenho metodológico da pesquisa

Fonte: Adaptado de Castelo Branco (2022).

No primeiro momento, foi elaborado o desenho metodológico, o que permitiu estabelecer a relação entre o tema, os objetivos e a problemática de forma sistemática e direta. Isso foi essencial para atender aos requisitos do mestrado e garantir a aderência à linha de pesquisa à qual este trabalho está inserido, ou seja, Linha 2 – Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Este estágio inicial é de suma importância, pois serve como alicerce da pesquisa, permitindo construir os caminhos a serem percorridos e obter respostas para a problemática apresentada. A fase de pré-análise constitui a organização inicial, que engloba a seleção do material, a formulação da hipótese e dos objetivos, bem como a elaboração de indicadores para

a interpretação dos resultados.

Antes de iniciar o segundo momento, “[...] o pesquisador deve ter presente a estrutura geral de seu trabalho, anunciado no Projeto. Serão essas ideias que nortearão a leitura e a pesquisa que se iniciam [...] valioso roteiro para o desenvolvimento da atividade investigativa” (Severino, 2016, p. 158). Assim, foi elaborado um mapa conceitual que auxiliou na compreensão do que se pretendia pesquisar e como seria feita a coleta dessas informações. Esse mapa conceitual foi desenvolvido para a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico do Mestrado. Segue a Figura 3 com o planejamento inicial:

Figura 3 – Mapa conceitual da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No entanto, esse mapa conceitual não foi estático e imutável. Após análises, houve a necessidade de ajustar o marco temporal de 2010-2020 para 2010-2019, abrangendo dois períodos de planejamento institucional. O planejamento passou por alterações, ampliações e reduções à medida que ocorriam as leituras e coletas dos materiais a serem pesquisados.

No terceiro momento, foram decididos os procedimentos técnicos a serem utilizados. Optou-se pela pesquisa documental, pois foram investigados os documentos institucionais. A

técnica de análise documental constitui uma abordagem qualitativa, que extrai informações de qualquer documento que sirva como fonte de informação, conforme Ludke e André (2018).

Severino (2016, p.133) afirma que “[...] em ciência, documento é todo objeto [...] que se torna suporte material [...] de uma informação que nele é fixada mediante técnicas especiais [...]. Nessa condição, transforma-se em fonte durável de informação sobre os fenômenos pesquisados”.

Para a coleta de dados, foi realizada uma análise dos documentos institucionais para identificar documentações relacionadas à temática de financiamento da educação superior e internacionalização da educação superior. Foram identificados os seguintes documentos: Resolução n.º 144, de 02 de outubro de 2015, que aprovou a criação, institucionalização e implementação dos Núcleos de Assuntos Internacionais (NAI) e o seu Regulamento Interno no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); Resolução *ad referendum* n.º 19, de 24 de abril de 2018, que institui a Política de Internacionalização da Educação no âmbito do IFPB; PDI 2010-2014 e PDI 2015-2019, bem como os Relatórios de Gestão anuais do período de 2010 a 2019. Adicionalmente, foi solicitado via requerimento no Fala.BR informações complementares sobre editais do ano de 2010 a 2019, bem como informações acerca do orçamento para internacionalização e o total da Reitoria no período escolhido.

No quinto momento, referente à análise de dados, foram geradas discussões descrevendo as ocorrências encontradas, utilizando como suporte informações, gráficos, tabelas e figuras, a fim de melhorar as interpretações dos dados coletados nos documentos institucionais selecionados. Foram apresentadas contribuições, sugestões e diagnósticos.

Para compreender os documentos institucionais selecionados, será apresentado no próximo tópico o universo da pesquisa.

2.3 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), criado pela Lei n.º 11.892/2008 e vinculado ao Ministério da Educação. Trata-se de uma autarquia federal, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, conforme estabelecido na referida lei. De acordo com a Lei n.º 11.892/2008:

Art. 2º. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissio-

nal e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

O IFPB oferece uma diversidade de cursos, incluindo educação profissional técnica de nível médio e cursos de educação superior, todos oferecidos de forma gratuita para a sociedade. De acordo com o Relatório de Gestão de 2019, é uma instituição comprometida com uma educação que transforma os indivíduos por meio do conhecimento, sendo capaz até mesmo de transformar a vida social na Paraíba.

Cumprir a atuação territorial do IFPB, que requer momentos de atenção, haja vista a expansão sem precedentes da educação profissional no Estado da Paraíba com o processo de interiorização do Instituto Federal da Paraíba. O IFPB é uma rede composta de 21 Campi, presente em 19 cidades do Estado da Paraíba (IFPB, 2019, p.18).

Portanto, o IFPB cumpre esse papel transformador a partir da polarização de suas unidades e oferta de ensino no Estado da Paraíba.

Figura 4 – Mapa de atuação do IFPB



Fonte: IFPB (2019).

A pesquisa fez um um recorte temporal de 2010 a 2019 que priorizou :

- O 1º Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Instituição aprovado para o período de 2010-2014 e o encerramento do 2º (2015-2019);
- Momento de maiores discussões sobre a internacionalização no contexto brasileiro;
- Surgimento de legislações e de programas para a educação com perspectivas e financiamentos desviantes do processo evolutivo de valorização da Educação.

Para melhor entendimento do universo da pesquisa e a temática da internacionalização da educação superior, necessita do embasamento teórico sobre essas temáticas que será foi percorrido nos tópicos a seguir.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No Brasil, a chegada do ensino superior foi um pouco tardia, ocorrendo no início do século XX. No entanto, mesmo nas poucas universidades criadas na época, já se desenvolviam trocas internacionais, com a vinda de professores estrangeiros e o estabelecimento de cooperação internacional com instituições de outros países.

Entre os anos 1960 e 1970, essas relações se intensificaram, especialmente com universidades dos Estados Unidos. Bolsas de mestrado e doutorado, apoio financeiro e ampliação da oferta de programas de pós-graduação foram alguns dos pontos consolidados nesse período de cooperação internacional. Em conjunto, essas universidades formularam as políticas de internacionalização aplicadas naquele período, como relatado por Cunha (2007).

Nas universidades, desde os seus primórdios, mais precisamente na Idade Média, sempre houve um estímulo ao intercâmbio entre docentes e discentes. Naquela época, as instituições recebiam o nome de Stadium Generale (= estudo geral), sendo o local “[...] onde estudantes de todas as partes eram recebidos” (Janotti, 1992, p. 23). A partir de então, o crescimento se intensificou e a troca científica e cultural entre as universidades avançou no seu processo de consolidação.

No cenário histórico da educação superior, observa-se que a temática da internacionalização sempre se fez presente, de maneira desprezível em seu início, mas passou nas últimas décadas a atuar de forma mais frequente e evidente diante das necessidades do mundo globalizado.

A internacionalização do ensino superior reflete condições peculiares ao processo de globalização desenhado até o início do século XXI: a formação de um mercado educacional global, a emergência do multiculturalismo (e da interculturalidade) e a intensificação da competição no campo a pesquisa científica e tecnológica (Neves; Barbosa, 2020, p. 146)

Diante da necessidade do mundo globalizado, a relação entre educação e internacionalização tornou-se estreita. No entanto, é uma relação complexa, incerta e muitas vezes conflituosa, especialmente porque o conceito de internacionalização da educação superior não é universalmente definido. Não há uma conceituação única. Morosini (2006) aponta que o desenvolvimento da importância do conhecimento e do capital humano, aliado ao avanço das

tecnologias de informação e comunicação, tem aumentado a interação entre internacionalização da educação superior, globalização e regionalização.

Observa-se que o processo de internacionalização da educação superior tem passado por mudanças ao longo dos anos. Inicialmente, o foco era na cooperação, intercâmbio entre os alunos, colaboração em pesquisas e educação multicultural. No entanto, atualmente, além dessas características, percebemos a influência de diversos aspectos, como a globalização, as competências internacionais, a regionalização, os conglomerados educacionais, as universidades virtuais, os rankings globais, entre outros, conforme apontado por Neves e Barbosa (2020).

Para Knight (2005), a internacionalização da educação superior é uma ferramenta de grande relevância para impulsionar as universidades a aprimorarem suas competências. Segundo a autora,

a internacionalização está provando ser uma ferramenta útil para ajudar as instituições a fixar pontos de referências e sair com soluções inovadoras em relação à gerência, à academia e à investigação. Esta segue sendo outra forma em que a internacionalização pode ajudar a fortalecer a qualidade das instituições de educação superior e as funções primordiais do ensino, da aprendizagem e do serviço (Knight, 2005, p. 20)

As discussões na academia sobre internacionalização da educação abordam a temática sob diversos prismas. Neves e Barbosa (2020) destacam a visão da internacionalização como a mobilidade de sua comunidade (professores e estudantes), parcerias entre instituições, mudanças na governança institucional, estratégias e a influência da globalização nas instituições, além das implicações no neoliberalismo.

Por sua vez, Knight (2002) afirma que o cenário político delineado pelos moldes mundiais do capitalismo dominante enfatiza uma educação superior voltada para o aumento da demanda, visando atender os preceitos da crescente economia do conhecimento. Isso implica na massificação da demanda e oferta, diversificação dos currículos e formas de ensino. Porém, o Estado, limitado em seu poder econômico para atender tal demanda, tanto em estrutura quanto em limitações orçamentárias, abre as portas ao setor privado e à economia de mercado.

Diante da complexidade do processo de internacionalização da educação, é necessário destacar um aspecto que precisa ser discutido inicialmente: qual é o entendimento legítimo sobre a internacionalização. Para este estudo, adotaremos o conceito de internacionalização da educação de Morosini (2006, p. 192):

Internacionalização da Educação Superior é considerada como qualquer esforço sistemático que tenha como objetivo tornar a Educação Superior mais respondente às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho. É a análise da Educação Superior na perspectiva internacional. A internacionalização da Educação Superior é baseada em relações entre nações e suas instituições.

Nessa perspectiva, Stallivieri (2004) considera que a internacionalização da educação superior, por meio de diferentes formas de cooperação, tem sido o gatilho para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, os quais, juntos, criam as condições para o desenvolvimento dos países e o aumento da qualidade de vida das populações. Ela também concorda que a internacionalização é essencial para competir em pé de igualdade com instituições nacionais e estrangeiras. A autora ressalta que a globalização da cultura, da ciência e das tecnologias demanda dos universitários um nível de competência e formação muito mais sólido e competitivo. Portanto, as instituições de ensino superior precisam estar preparadas para enfrentar esses novos desafios.

De acordo com Knight (2014), o processo de internacionalização não possui uma fórmula padrão; cada instituição desenvolve suas próprias estratégias de acordo com suas especificidades, necessidades e interesses. Ele enfatiza que as estratégias das universidades são cada vez mais evidentes, assim como as discussões nas políticas nacionais de educação e as publicações de artigos e declarações de âmbito internacional sobre a internacionalização da educação.

Desse modo, as universidades precisam se adaptar ao papel imposto no cenário mundial, acompanhando as transformações de um mundo globalizado, onde todas as tendências convergem para parâmetros internacionais. As estruturas, procedimentos e processos também precisam ser modificados ou readequados para atender a essa demanda, pois os impactos são visíveis em todas as áreas – na sociedade, na economia e nas novas demandas – o que faz surgir novas atribuições.

Segundo Neves e Barbosa (2020), as universidades foram desafiadas a assumir novos papéis, prioridades e estratégias. A internacionalização da educação tornou-se primordial para avançar diante das novas demandas, agora globalizadas. A internacionalização deve ser o eixo norteador de todas as áreas das instituições de ensino superior, impactando não apenas na área acadêmica, mas também nos planejamentos estratégicos para identificar ameaças e oportunidades em um ambiente competitivo.

A internacionalização da educação superior abrange vários aspectos, tornando complexo o processo de implantação, de acordo com o contexto social e histórico que o define.

Podemos citar alguns pontos principais, considerando as contribuições de Neves e Barbosa (2020): o aspecto social, histórico e político do país; a integração a diversos processos, como ensino e pesquisa, que influencia a estruturação das instituições de ensino superior e a elaboração de programas e projetos, bem como a captação de recursos para atender a essa demanda; as privatizações e a comercialização do ensino superior, que colocam as instituições em sistemas de ranking; a globalização e o reforço do neoliberalismo, que aprofundam a mercantilização e tornam a internacionalização uma norma, um padrão, muitas vezes desvinculada da intencionalidade da inovação.

Em 1999, alguns países europeus assinaram a Declaração de Bolonha. Esse documento estabelecia a livre circulação dos estudantes entre as universidades europeias. Para Dias Sobrinho (2005), esta declaração:

[...] é o registro formal de um importante processo que visa criar uma sólida convergência na educação superior europeia, a fim de que esta responda adequadamente e eficientemente aos problemas, oportunidades e desafios gestados pela globalização da economia. Daí a necessidade de adaptar os currículos às demandas e às características do mercado de trabalho, impulsionar a mobilidade de estudantes, professores e funcionários e, não menos importante, tornar a educação superior atraente no mercado global (Dias; Sobrinho, 2005, p. 4).

Diante dessa conjuntura, houve um impulsionamento da internacionalização no Brasil a partir dos anos 2000, com a implantação de novas políticas nesse sentido. Programas como o Ciências sem Fronteiras – CSF, o Programa USP de Bolsas de Intercâmbio Internacional, e as Bolsas Ibero-Americanas e Luso-Brasileiras do Banco Santander, entre outros, proporcionaram intercâmbio e cooperação entre estudantes de instituições de ensino superior.

A evolução do processo de internacionalização no Brasil pode ser atribuída a diversos fatores, como apontado por Neves e Barbosa (2020): i) a implantação das primeiras universidades e cooperações internacionais; ii) marcos históricos do processo educacional no país; iii) a criação da Coordenação de Cooperação Internacional pela CAPES em 1995; iv) o estabelecimento de um modelo de avaliação com notas e padrões internacionais em 2001; e v) a criação da Diretoria de Relações Internacionais pela CAPES em 2007.

A cooperação internacional passou por transformações significativas, visando explorar mais áreas e promover contribuições entre os países. As instituições de ensino superior movem-se em função do conhecimento, da experimentação de culturas e do fortalecimento de suas finalidades no ensino e na pesquisa. Segundo Stallivieri (2017), as fases da internacionalização incluem uma cooperação assistemática, individual e esporádica na primeira fase; uma cooperação mais organizada com investimentos governamentais na segunda fase; e uma terceira

fase com o aprofundamento das relações institucionais e acordos mais definidos.

Ao longo das décadas no Brasil, observa-se que a internacionalização vem se consolidando e ganhando força em termos de legislação, acordos de cooperação e mobilidade acadêmica. A globalização acelerou esse processo, incentivando as instituições a assumir novos desafios e papéis.

Neves e Barbosa (2020) destacam alguns desafios das políticas de internacionalização, como políticas que são quebradas por iniciativas externas, associadas a mudanças em exigências regulatórias ou investimentos direcionados, além de políticas que carecem de atrativos e perspectivas de acomodação – as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) muitas vezes reagem apenas à demanda existente que lhes é encaminhada ou que surge espontaneamente.

No Brasil, alguns programas têm contribuído para a implementação da internacionalização da educação superior, sendo os principais:

- PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação) – oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Instituído em 2013, vigente nos dias atuais;
- CSF (Ciências sem Fronteiras): Objetiva formar e capacitar estudantes em universidades de excelência, primando pela elevada qualificação, como também atrair talentos estrangeiros em áreas tidas como prioritárias (tecnologia e biomédicas). Programa durou de 2011 a 2017;
- Capes *PrInt* (Programa de Internacionalização): Substituiu o CSF, buscando dar apoio a mobilidade de discentes e docentes, na pesquisa e pós no eixo da internacionalização. Programa instituído em 2017 com plena vigência nos dias de hoje.

Apesar do aumento visível da internacionalização, percebe-se uma movimentação relativamente limitada das universidades. Diante do cenário globalizado, há uma necessidade premente de ações mais efetivas, que considerem as características próprias de uma demanda mercadológica ou de grupos específicos que necessitam de tecnologias ou conhecimentos dentro de suas áreas de atuação no mercado. As universidades precisam se comprometer em externalizar suas necessidades e disseminar seus conhecimentos em nível internacional, envolvendo-se na execução de projetos, principalmente por meio de financiamentos externos.

Embora tenha havido avanços na internacionalização da educação superior, ainda

persistem muitos desafios. Diversos pontos precisam ser trabalhados para promover a internacionalização nas universidades brasileiras e, consequentemente, melhorar a posição do Brasil nos rankings internacionais. Neves e Barbosa (2020) apontam para a falta de mais políticas públicas que possam atrair estudantes estrangeiros, o que tem limitado os avanços nessa área.

É verdade que a mobilidade é um dos aspectos importantes para medir a internacionalização, mas as atividades interculturais e de cooperação, tanto internamente quanto com instituições estrangeiras, também têm avançado nessa perspectiva. Mesmo em um sistema competitivo, que, apesar de se preocupar com a qualidade da formação, ainda está amplamente influenciado por interesses econômicos (Slaughter; Cantwell, 2012, *apud* Neves; Barbosa, 2020).

Conforme destacado por Neves e Barbosa (2020, p. 169), a formação profissional de nível superior no Brasil ainda está predominantemente voltada para o mercado de trabalho local e nacional, fortemente influenciado pela intervenção das corporações profissionais, o que contrasta com as tendências globais.

No entanto, os referidos autores argumentam que, atualmente, a internacionalização no Brasil ocorre principalmente no âmbito da pós-graduação e dos grupos de pesquisa, beneficiando-se do apoio de agências de fomento e convênios institucionais que facilitam a mobilidade de professores e alunos, além da coprodução e co-tutela. Eles observam que as iniciativas de internacionalização dentro das instituições de ensino ainda são incipientes, pouco proativas e relativamente não institucionalizadas.

Por outro lado, Farias, Oliveira e Lorente (2020) destacam como uma medida importante de internacionalização a criação da Universidade Federal da Integração Latino- Americana (Unila) e da Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Além disso, mencionam a mudança da FAUBAI para a Associação Brasileira de Educação Internacional, cujo objetivo é integrar e capacitar gestores da área internacional, promovendo eventos e divulgando as potencialidades das instituições de ensino superior (IES) para agências de fomento, organismos internacionais e representações diplomáticas.

Miranda e Fossatti (2018) identificam como desafios para a internacionalização da educação superior no Brasil questões relacionadas ao desenvolvimento do estudante global. Eles sugerem que o governo implemente mais políticas para preparar os alunos para um mundo globalizado, incluindo a redução das barreiras linguísticas, e promova a internacionalização dentro das IES, com atividades de retorno do conhecimento adquirido para a comunidade acadêmica e sociedade. Além disso, enfatizam a importância de criar um contexto internacional

multicultural para alunos brasileiros e estrangeiros no Brasil.

Na Conferência Mundial Sobre Educação Superior +5 da UNESCO, foram destacados diversos fatores que contribuem para o avanço e desenvolvimento da internacionalização na educação superior. Entre esses fatores, podemos citar:

1. A percepção da importância do conhecimento (sua produção, transmissão e aplicação) para o bem-estar econômico, social e cultural da sociedade em todo o mundo, ressalta a sociedade do conhecimento.
2. A integração em andamento e a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação aos processos de aprendizado, ensino e pesquisa.
3. Novas pressões e demandas para que as instituições de educação superior preparem graduados, formando-os para toda a vida e para trabalhar em um contexto internacional.
4. A mobilidade cada vez mais fácil dos recursos humanos de alta qualificação cria um mercado de trabalho internacional para os trabalhadores científicos e acadêmicos.
5. A redução ou estagnação do financiamento público da educação superior na maioria dos países, em todo o mundo, sem um declínio na demanda de acesso a essa educação.
6. O aumento da pressão sobre as instituições de educação superior para que diversifiquem as fontes de financiamento, de modo a atender à sua demanda, alimenta a comercialização da educação, inclusive no nível internacional.
7. O advento de novos e surpreendentes avanços no fornecimento da educação superior, assim como em todo o sistema de produção do conhecimento. (UNESCO, 2003, p. 160).

Partindo do embasamento teórico sobre a internacionalização da educação superior e sua evolução, exsurge como essencial tecer considerações sobre o financiamento das ações relacionadas a esse processo. Muitas dessas ações demandam recursos financeiros significativos, e nas instituições de ensino superior públicas, esse financiamento geralmente vem do orçamento público para cobrir as despesas necessárias.

3.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

A eficácia de uma organização depende da administração eficaz de seus objetivos e metas. Isso requer a definição de diretrizes, ações estratégicas e os instrumentos para controle e avaliação do desempenho. Esse processo envolve diversos aspectos, como estrutura física e administrativa, recursos humanos e financeiros, materiais e equipamentos, informação, tecnologia e conhecimento.

De acordo com Megginson *et al.* (1998), a administração é o trabalho realizado com recursos humanos, financeiros e materiais para alcançar os objetivos organizacionais. Isso é feito por meio das funções administrativas de planejamento, organização, liderança e controle.

De acordo com Di Pietro (2014, p. 49), administração é:

Em resumo, o vocábulo tanto abrange a atividade superior de planejar, dirigir, comandar, como a atividade subordinada de executar. Por isso mesmo alguns autores dão ao vocábulo administração, no direito público, sentido amplo para abranger a legislação e a execução. Outros, nela incluem a função administrativa propriamente dita, a função de governo. Quer no direito privado que no direito público, os atos da administração limitam-se aos de guarda, conservação e percepção dos frutos dos bens administrativos. Neles, há sempre uma vontade externa ao administrador a impor-lhe a orientação a seguir.

De acordo com Fenili (2014), a administração pública, em sentido restrito, refere-se aos órgãos públicos responsáveis pela execução das atividades administrativas. O que diferencia a administração pública da privada é a liberdade de praticar qualquer ato ou atividade. Na administração pública, há orientação por princípios, sendo um deles o da legalidade, que determina que ela só pode realizar o que está previsto em lei, de forma prévia e expressa, conforme o artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Isso obriga a administração pública a agir de acordo com a previsão legal, garantindo os interesses públicos em detrimento dos interesses do administrador público. Assim, por meio de um simples ato administrativo, a administração pública não pode conceder direitos, estabelecer obrigações ou impor proibições aos cidadãos.

Um dos elementos burocráticos presentes na administração pública e ausente na administração privada é o orçamento público. Este é um instrumento de planejamento institucional de suma importância para a administração pública, onde são previstas as receitas e fixadas as despesas para um determinado período, seguindo as normas estabelecidas e as metas da instituição, inclusive os preceitos legais.

Bezerra Filho (2012) define orçamento como sendo uma

ferramenta legal de planejamento do ente federativo (União, Estado, Distrito Federal e Município), onde são projetados os ingressos e os gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução dos programas e ações vinculados às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais, legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes às funções e atividades estatais (Bezerra Filho, 2012, p. 5).

O orçamento público evoluiu de um documento estático, meramente contábil e financeiro, para um instrumento de planejamento organizacional que atende às necessidades da população. Bezerra (2012) destaca os objetivos do orçamento da seguinte forma: controle de gastos (evitar abusos); gestão de recursos (ações, produtos e metas); planejamento (implementação de planos de médio prazo); administração macroeconômica (distribuição de renda e crescimento econômico).

Machado Junior e Reis (2003) destacam que o “orçamento deverá fornecer informações sobre políticas e programas para permitir o controle gerencial, juntamente com um sistema de quantificação física para a mensuração das ações governamentais” (p. 12). Eles também enfatizam a responsabilização dos gestores na utilização dos recursos nas áreas de responsabilidade em que o estado desempenha suas funções.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF 101/2000, em seu capítulo II, estabelece os planejamentos orçamentários: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Essas peças são fundamentais no planejamento do orçamento público, bem como na sua execução. Outro documento importante é o Manual Técnico do Orçamento (MTO), que é um instrumento de apoio aos processos orçamentários da União da Esfera Fiscal e da Seguridade Social. Ele é publicado anualmente, no início do processo de elaboração da proposta orçamentária.

O MTO estabelece os princípios orçamentários com o propósito de estabelecer regras básicas para conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do Orçamento Público.

Quadro 2 – Princípios orçamentários

PRINCÍPIO ORÇAMENTÁRIO	DESCRIÇÃO	BASE LEGAL
Unidade ou Totalidade	O orçamento deve ser uno, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. O documento legal é a lei orçamentária anual – LOA	Art 2º da Lei n.º 4.320/64.
Universalidade	A LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público	art. 2º da Lei n.º 4.320, de 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da CF.
Anualidade ou Periodicidade	O exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. O exercício coincidirá com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro)	Art 2º e o art 34 da Lei n.º 4.320/64
Exclusividade	A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação de Receitas Orçamentárias – ARO, nos termos da lei.	§ 8º do art. 165 da CF

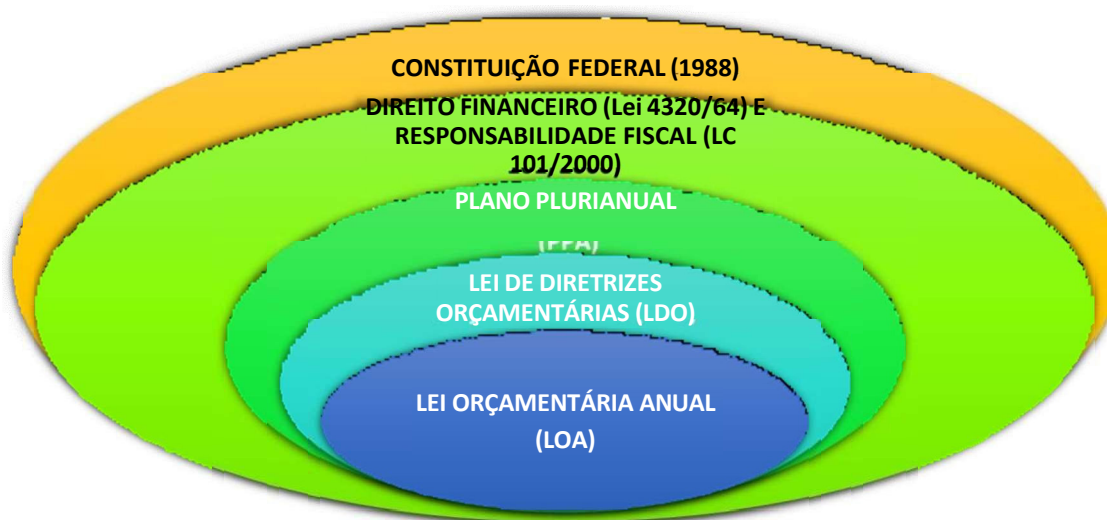
PRINCÍPIO ORÇAMENTÁRIO	DESCRIÇÃO	BASE LEGAL
Orçamento Bruto	Preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.	Art. 6º da Lei n.º 4.320, de 1964
Não vinculação da Receita de impostos	Veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal – CF	Art. 167, inciso IV, da CF

Fonte: MTO (2023).

O artigo 2º da Lei 4.320/64 estabelece que a lei de orçamento deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica e financeira e o programa de trabalho do governo, obedecendo aos princípios da unidade, universalidade e anualidade. Esses princípios são regulados pelas normas jurídicas para orientar os objetivos de controle, limitação ou direcionamento, sempre buscando o interesse público e a legalidade dos atos administrativos.

Algumas legislações brasileiras que orientam o orçamento público, considerando suas instâncias de prevalência, suas hierarquias, estão demonstradas na figura abaixo:

Figura 5 – Legislações orçamentárias



Fonte: MTO (2023).

A estimativa das receitas a serem fixadas no orçamento público provém da projeção dos recursos públicos obtidos por meio da arrecadação de tributos (impostos, taxas e contribuições). Além disso, o ente público pode obter recursos por meio de empréstimos junto a bancos públicos ou privados, assim como através de organismos internacionais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID). Outra fonte de recursos é o público em geral, que adquire títulos públicos, fornecendo crédito ao governo dessa forma. De acordo com Pascoal (2004):

O Estado para fazer face às suas obrigações, necessita de recursos que podem ser obtidos junto à coletividade ou através do endividamento público. O conjunto destes recursos é que nós chamamos de receita pública. É através dela que o estado poderá atender às demandas diversas da sociedade, como saúde, educação e segurança (Pascoal, 2004, p. 97).

O MTO apresenta as receitas orçamentárias como a disponibilidade de recursos financeiros ingressados no exercício, representando um elemento fundamental para o patrimônio público. É por meio desses ingressos que se torna possível viabilizar a execução das políticas públicas, através dos programas e ações planejadas pelo Estado, com o propósito de atender às necessidades e demandas da sociedade.

O Orçamento Público, conforme estabelecido pela CF/88 em seu artigo 165, será elaborado com base no Plano Plurianual (PPA), nas Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nos Orçamentos Anuais (LOA), os quais são estabelecidos por leis de iniciativa do Poder Executivo. Na tabela abaixo, apresentamos algumas considerações para esclarecer a finalidade de cada planejamento orçamentário, com base nos apontamentos de Bezerra Filho (2012), Pascoal (2004) e no MTO (2023):

Tabela 1 – Planejamento Orçamentário

LEI	Art 165/CF	Nível de Planejamento	Características
Plano Plurianual	§1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.	Planejamento Estratégico	- Instrumento de planejamento governamental de longo prazo; - Vigência de 04 anos, não coincidindo com o mandato do chefe do executivo para evitar a descontinuidade dos programas governamentais, - O PPA é orientativo para elaboração da LDO e da LOA.
Diretrizes Orçamentárias	§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.	Planejamento Tático	- Instrumento de planejamento de curto prazo; - Tem que estar em harmonia com o PPA e deve orientar a elaboração da LOA; - O conceito jurídico da LOA estabelece que ela possui mais de um ano de vigência, considerando que é aprovada no decorrer do exercício financeiro. Isso implica que a elaboração da LOA ocorre no segundo semestre e sua vigência se estende até o final do exercício financeiro subsequente.

LEI	Art 165/CF	Nível de Planejamento	Características
Orçamento Anual	§5º A lei orçamentária anual compreenderá: I – O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II – O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.	Planejamento Operacional	- Antes de ser aprovada a LOA é apenas Projeto – PLOA - Orçamento visto como instrumento de viabilização do planejamento do Governo; - ciclo orçamentário desenvolvido como processo contínuo de análise e decisão ao longo do exercício;

Fonte: Elaborado pela autora com base em MTO (2023) e Bezerra Filho (2012).

Compreender o orçamento público requer conhecimento sobre como são estruturadas as leis que o compõem, suas fases, como se correlacionam e sua organização. A figura a seguir demonstra essa correlação:

Figura 6 – Correlação das ações orçamentárias



Fonte: MTO (2019).

No contexto das instituições de ensino superior públicas, é crucial que elas apresentem suas demandas orçamentárias e programem suas ações e políticas para serem consolidadas dentro do Ministério da Educação (MEC). Portanto, é de suma importância conhecer todos os normativos e a estrutura orçamentária para atender às suas propostas, alinhando-se com a elaboração de seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), conforme o MTO (2023).

Sua atuação no processo orçamentário compreende: estabelecimento de diretrizes no âmbito da UO para elaboração da proposta e alterações orçamentárias; estudos de adequação da estrutura programática; formalização, ao órgão setorial, da proposta de alteração da estrutura programática sob a responsabilidade de suas unidades administrativas; coordenação do processo de atualização e aperfeiçoamento das informações constantes do cadastro de ações orçamentárias; fixação dos referenciais monetários para apresentação das propostas orçamentárias e dos limites de movimentação e empenho e de pagamento de suas respectivas unidades administrativas; análise e validação das propostas orçamentárias das unidades administrativas; e consolidação e formalização de sua proposta orçamentária (MTO, 2023, p.15).

Conforme Matias Pereira (2018), a nova abordagem gerencial da administração pública propõe tornar o Estado mais eficiente e capaz de atender às crescentes demandas por serviços de qualidade, tratando o orçamento público com um novo olhar. Portanto, é essencial implementar o controle para atender aos fins e interesses coletivos, considerando também a governança pública inerente ao planejamento, à execução e ao controle do orçamento público.

Em 2017, foi instituída a política de governança pública no Governo Federal, por meio do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Segundo o artigo 2º desse decreto, a governança pública é definida como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Portanto, de maneira mais objetiva e ampla, a governança pública abrange todas as ações realizadas por uma instituição pública para garantir que sua atuação esteja alinhada aos interesses da sociedade, conforme Brasil (2018). Isso torna o ambiente institucional mais favorável à implementação dos interesses da sociedade, com base em três linhas centrais: liderança, estratégia e controle, permitindo avaliar, direcionar e monitorar a gestão para alcançar seus objetivos e atender aos interesses da sociedade por meio dos serviços prestados. A avaliação é essencial para o direcionamento das ações da gestão e estabelecimento de critérios para o monitoramento das atividades.

Figura 7 – Fases da Governança



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O eixo central da governança é descrito no Decreto n.º 9.203/2017 em seu Art. 5º:

São mecanismos para o exercício da governança pública:

I – **liderança**, que compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam:

- a) integridade;
- b) competência;
- c) responsabilidade; e
- d) motivação;

II – **estratégia**, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

III – **controle**, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos. (grifo nosso)

Existem esforços significativos para revisar as estruturas do Estado, com o objetivo de aumentar sua capacidade de fornecer resultados que a sociedade espera de forma mais econômica e eficiente, além de gerenciar melhor os riscos. Segundo Brasil (2020), o Estado tem a responsabilidade de aumentar e preservar o valor que entrega àqueles que o sustentam. A OCDE, seguindo a mesma linha, afirma que a boa governança é um meio para alcançar um fim, que é identificar as necessidades dos cidadãos e melhorar os resultados esperados (OCDE, 2017).

O TCU retrata a boa governança não como ações de práticas burocráticas, mas sim como uma prática focada em resultados, criando contextos favoráveis para a entrega sustentável dos resultados esperados pelos cidadãos. A governança pode ser conceituada como uma

aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas. Este conceito, derivado principalmente da governança corporativa, foi delineado e adotado pelo TCU em virtude do propósito de apoiar a melhoria do desempenho das organizações públicas jurisdicionadas (Brasil, 2020, p.15).

O Decreto n.º 9.203/2017 traz os princípios que norteiam a governança pública, em seu art 3º. São eles: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; transparência. Na Figura 8, destacamos a representação que cada princípio de forma sucinta.

Figura 8 – Princípios da governança

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA		
CAPACIDADE DE RESPOSTA representa a competência de uma instituição pública de atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos cidadãos, inclusive antevendo interesses e antecipando aspirações.	INTEGRIDADE representa a busca pela prevenção da corrupção e pelo fortalecimento dos padrões morais de conduta	CONFIABILIDADE representa a capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político.
MELHORIA REGULATÓRIA representa o desenvolvimento e a avaliação de políticas e de atos normativos em um processo transparente, baseado em evidências e orientado pela visão de cidadãos e partes diretamente interessadas	PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIDADE representa a vinculação necessária, notadamente na administração de recursos públicos, entre decisões, condutas e competências e seus respectivos responsáveis.	TRANSPARÊNCIA representa o compromisso da administração pública com a divulgação das suas atividades, prestando informações confiáveis, relevantes e tempestivas à sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2017).

Entre as onze diretrizes elencadas no art. 4º do referido Decreto, destacamos apenas três que embasam nossa pesquisa para o uso da governança pública na gestão do financiamento da internacionalização:

- Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções

tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

- Promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;
- Promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

A entrega de resultados à sociedade é o objetivo fim da governança. Por isso, dentro do cenário político-econômico brasileiro, em meio à recessão e a ameaças, a sustentabilidade orçamentária – financeira das instituições é primordial à estrutura de instrumentos de controle e estratégias para atender a ações necessárias para manutenção e funcionamento das instituições de ensino público, bem como para a ação de internacionalização.

A distinção entre governança e gestão é fundamental para compreender como as organizações operam e tomam decisões. Enquanto a governança se refere às diretrizes estratégicas, políticas e de supervisão que orientam a organização como um todo, a gestão está relacionada às atividades operacionais e práticas diárias que buscam alcançar os objetivos estabelecidos pela governança.

Em outras palavras, a governança estabelece as direções gerais, define os objetivos e as estratégias, além de monitorar o desempenho e garantir a conformidade com as normas e regulamentos, enquanto a gestão é responsável pela implementação efetiva das políticas e estratégias definidas pela governança, garantindo a eficiência operacional e a entrega dos resultados planejados.

Portanto, embora governança e gestão estejam inter-relacionadas e se complementem, elas desempenham funções distintas dentro de uma organização, sendo a governança o aspecto direcionador e a gestão o aspecto executor.

Figura 9 – Governança X Gestão



Fonte: Brasil (2020).

A diligência da governança está relacionada à qualidade do processo decisório e à efetividade desse processo. Por outro lado, a diligência da gestão refere-se à qualidade da implementação das diretrizes estabelecidas pela governança, visando eficácia e eficiência. Em termos práticos, a governança formula as estratégias enquanto a gestão as coloca em prática.

No que diz respeito à gestão do financiamento, é importante destacar que somente em 2019 a gestão orçamentária passou a fazer parte do modelo de governança e gestão organizacional. A gestão orçamentária é responsável por assegurar a aplicação eficiente e eficaz dos recursos públicos, levando em consideração as prioridades locais, setoriais ou nacionais. Ela deve garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados e que estejam em conformidade com as normas legais durante a elaboração da proposta orçamentária.

Compreendendo o papel do orçamento público e da gestão orçamentária dentro do modelo de governança, pode-se avançar para a compreensão do financiamento público com base em fundamentos teóricos no próximo tópico.

3.3 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Não é possível discutir educação sem abordar seu financiamento, pois é ele que sustenta as instituições de ensino. Existe uma relação de dependência entre o financiamento e as instituições de ensino, já que estas só poderão alcançar uma gestão educacional que atenda à maioria de suas demandas, políticas e ações se compreenderem seu financiamento.

O financiamento da educação está respaldado na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atual (LDB/96). Ambas as legislações definem as competências e responsabilidades da União, Estados e Municípios em relação ao financiamento. Para alguns, esse financiamento é vinculado e possui percentuais estabelecidos na própria Constituição, especialmente para Estados e Municípios. No caso das instituições federais, ele serve como um parâmetro para garantir o acesso, oferta e permanência dos alunos, assegurando a cidadania por meio de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 traz alguns pontos que asseguram o direito à educação, no Capítulo III, que trata da educação, cultura e desporto, conforme o artigo 205:

a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Ainda no mesmo capítulo, em seu artigo 211, §1º, declara que “[...] a União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória”. O artigo 54 da LDB registra que:

Art 54 – As universidades mantidas pelo poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal (Brasil, 1996).

O artigo 55 da LDB/96 assegura que a União, anualmente, em seu Orçamento Geral, destinará recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior mantidas por ela. Porém, existe um conflito quando analisa-se o cenário do financiamento das instituições públicas de ensino superior em contrapartida com a evolução e expansão de vagas, sendo uma expansão de gastos sem a contrapartida do financiamento. Pode-se inferir que há um comprometimento do atendimento do direito social da educação, dever do estado, ofertado pelo Poder Público, de forma obrigatória e gratuita, conforme rege a CF/88.

Para atender as obrigatoriedades postas na Constituição, conforme artigo 214, e diante das necessidades de maiores investimentos em educação, instituiu-se a Lei nº 13.005/2014, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, definindo metas de ampliação dos investimentos públicos em educação. Na área da educação superior, podemos evidenciar a meta 12:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (PNE 2014-2024).

Essa meta depende de financiamento para ser efetivada, podendo ser prejudicada com o Novo Regime Fiscal estabelecido pela EC nº 95/2016, que compromete as políticas educacionais do Plano Nacional de Educação. Isso ocorre porque a EC estabelece um teto para os gastos referentes à educação, o que não condiz com a realidade crescente de expansão e necessidades de investimento.

Os recursos próprios poderiam ser uma fonte de recursos extra-orçamento público, porém, com a EC nº 95/2016, isso foi estagnado. Os recursos são arrecadados, mas não podem

ser gastos, sendo considerados metas de resultado primário e não podendo ser utilizados no momento de sua arrecadação. Os limites orçamentários autorizados para o exercício, através da LOA, não podem ser ampliados, mesmo que a instituição comprove que teve excesso de arrecadação naquele exercício.

Outro aspecto que influencia o financiamento da educação e direciona os investimentos na educação brasileira são as fortes influências políticas, econômicas, sociais e históricas, em nível mundial, e particularmente no nível nacional, numa interação constante. Observa-se que a internacionalização não poderia estar distante da universidade, pois essa relação é estreita e histórica. No entanto, é a partir da globalização, na década de 1990, que a internacionalização da educação superior passa a ser vista como uma oportunidade de influenciar na produção de conhecimento, sistematizada nas concepções do mercado global e amparados no modo de produção capitalista.

Diante desse contexto e da crescente internacionalização do ensino superior, organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM), cujos principais objetivos e missões estão centrados na questão econômica, exercem influência significativa nas políticas públicas relacionadas à internacionalização da educação. Conforme Lima (2003), essas organizações internacionais fornecem apoio financeiro para países em desenvolvimento por meio de empréstimos destinados a iniciativas no setor da educação superior.

Esses organismos, na perspectiva da internacionalização do ensino superior, determinam políticas para a educação superior em países, especialmente aqueles considerados subdesenvolvidos ou periféricos. As diretrizes para a política de educação superior são estabelecidas dentro de um modelo de desenvolvimento prioritário ao capital. A OCDE, embora não conceda empréstimos, exerce influência por meio de pesquisas sobre o sistema educacional do país, que moldam a construção de políticas públicas.

Portanto, as diretrizes do Banco Mundial e da OCDE para a internacionalização do ensino superior estabelecem que os países periféricos devem se adaptar às exigências dos países centrais. Essa abordagem enfatiza a relação da educação superior com o mercado de trabalho, alinhando-se com as demandas do modo de produção capitalista, em busca de lucro.

É evidente que organizações como o Banco Mundial e a OCDE estão estimulando os processos de internacionalização do ensino superior, com o objetivo de elaborar estratégias voltadas para o capital e o desenvolvimento econômico.

capital. Em contraposição, defende-se a internacionalização da educação superior enquanto alargamento das fronteiras acadêmicas que considere, sobretudo, a educação como direito social e que atue na perspectiva da emancipação humana (Maués, Guimarães, 2019, p. 307).

Essas organizações internacionais veem o desenvolvimento econômico como o elemento fundamental para qualquer processo na área da educação superior, visando atender aos interesses do capitalismo e da classe dominante. Conforme Lauwerier (2017), o desenvolvimento é amplamente associado ao crescimento econômico e ao acesso ao mercado de trabalho. Maués e Guimarães (2019) afirmam que a economia é o cerne do desenvolvimento de um país, o que fundamenta a concepção de internacionalização da educação superior para os organismos internacionais.

A educação, vista sob uma perspectiva econômica, está intrinsecamente ligada à Teoria do Capital Humano, conforme mencionado por Shultz (1973). Nessa visão, a educação superior desempenha um papel central no desenvolvimento econômico capitalista, sendo responsável pela produção de conhecimento e pelo controle da ideologia política dominante. Dessa forma, o investimento em educação é fundamental para o crescimento econômico, mantendo intactas as estruturas de dominação e controle do sistema capitalista.

Em sua integralidade, esse contexto conduz a uma mudança na estrutura educacional, nos currículos, na formação, na prática docente e na gestão. Isso porque a contextualização considera que a educação precisa atender às necessidades do mercado, enraizando concepções políticas, ideológicas e econômicas capitalistas mundiais, visando ao lucro.

Não se quer dizer com isso que a internacionalização seja algo negativo. No mundo globalizado, a educação não pode ficar isenta desse processo. Mas o que está em questão não é a internacionalização, no sentido da cooperação, da solidariedade entre países, em uma relação horizontal. O que se questiona é a transnacionalização na lógica apresentada pelo BM e pela OCDE, que seguem as normas do Acordo Geral de Comércio e Serviços, que transformou a educação em um serviço comercial que, como tal, precisa ser lucrativo. Na medida em que o ensino superior deve ter o caráter de uma alavanca para o desenvolvimento de um país, como defendem os OI, o ensino superior transnacional deve contribuir para a expansão desse nível de ensino, propiciando a possibilidade de se ter uma grande mobilidade de estudantes, de programas, de estabelecimentos, de extensão de campus, de compras ou parcerias com instituições locais, o que amplia em muito o lucro a ser alcançado. A questão está posta para os governos, entre a internacionalização e a transnacionalização, ou entre a cooperação e a lucratividade (Maués; Guimarães, 2019, p. 322-323).

Portanto, a educação passa a ser vista como a solução para os problemas de desenvolvimento econômico e social, mas com uma ênfase na internacionalização, onde as concepções dominantes incluem a exploração da educação, transformando-a em mercadoria, e a financeirização de suas ações para atender aos interesses do capitalismo vigente no Brasil e

no mundo.

Em busca de novos papéis e assumindo novos desafios, as universidades públicas precisam diversificar as fontes de receita, indo além do orçamento aprovado para a execução do orçamento público (LOA) na entidade. Existem formas de captação de recursos além dos recursos estipulados na LOA, como recursos próprios, TED, emendas parlamentares ou por meio de agências de fomento.

Conforme o artigo 2º, inciso I da Lei n.º 10.973/2004, uma agência de fomento é:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação[...].

As agências de fomento desempenham um papel crucial na contextualização da educação superior no Brasil, especialmente no que diz respeito à pós-graduação e às oportunidades de financiamento, incluindo as ações voltadas para a internacionalização da educação.

A LDB n.º 9.394/1996, em seu artigo 55, estabelece que cabe à União assegurar os recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas. Diante do cenário de falta de investimentos na área da educação, busca-se novas fontes de captação, conforme previsto na LDB/96: “Art. 77 - § 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo”.

As principais agências de fomento voltadas para atuação na educação no Brasil são a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A CAPES foi autorizada pelo poder executivo de acordo com a Lei n.º 8.405/92, sendo uma Fundação do Ministério da Educação (MEC). Sua missão é a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). O artigo 2º, parágrafo 1º, da referida lei, estabelece as finalidades da CAPES: I – subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação; II – coordenar e avaliar cursos, nas modalidades presencial e a distância; III – estimular, mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado.

A CAPES desempenha um papel de grande importância na internacionalização da educação superior, e uma de suas linhas de financiamento inclui a temática da

internacionalização, fortalecendo a política e o alcance do PNE. No portal da CAPES, destacam-se as linhas de investimento que abrangem a internacionalização:

- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de pessoal de alto nível, no País e no exterior;
- promoção da cooperação científica internacional;
- indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Sendo uma variedade de ações que a CAPES oferece para a captação de recursos orçamentários para atender algumas demandas específicas. No entanto, também temos o CNPq, desempenhando um papel importante na pesquisa das Instituições de Ensino.

O CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, é outra agência de fomento, também é uma fundação pública, porém vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e tem como função fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação, além de promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa em todas as áreas do conhecimento.

Conforme o Regimento Interno n.º 1.118/2022, compete ao CNPQ:

Art. 3º Compete ao CNPq, como agência de fomento à pesquisa, participar, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, da formulação, da execução, do acompanhamento, da avaliação e da difusão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações e, especialmente:

- I – promover e fomentar o desenvolvimento e a manutenção da pesquisa científica e tecnológica e, por meio de projetos de pesquisa, prover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento;
- II – promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e a capacitação de recursos humanos voltadas para a pesquisa, nas questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional;
- III – promover e fomentar a inovação tecnológica;
- IV – promover, implementar e manter mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação;
- V – propor e aplicar normas e instrumentos de apoio e incentivo a atividades de pesquisa e desenvolvimento científico, de difusão e de absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- VI – promover a realização de acordos, protocolos, convênios, programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- VII – apoiar, promover e participar da realização e participação em eventos técnico-científicos;
- VIII – promover e realizar estudos sobre o desenvolvimento científico e tecnológico;

- IX – fomentar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, de iniciativa de pesquisadores individuais ou de instituições de direito público ou privado, que sejam considerados de relevância para o desenvolvimento científico e socioeconômico;
- X – prestar assistência na compra e importação de equipamentos e insumos para uso em atividades de pesquisa científica e tecnológica, em consonância com a legislação em vigor;
- XI – credenciar instituições para, nos termos da legislação em vigor, importar bens com benefícios fiscais destinados a atividades diretamente relacionadas com pesquisa científica e tecnológica; e
- XII – conceder autorização para realização de expedição científica, nos termos da legislação em vigor.

O CNPq também desempenha um papel de grande relevância nos aspectos da educação superior e internacionalização da educação. Um dos programas sob sua competência é o Ciências sem Fronteiras, que oferece financiamento para ações de intercâmbio e mobilidade internacional.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste Capítulo, apresentam-se os dados obtidos através da análise documental nos documentos institucionais, a fim de buscar resposta para o problema da pesquisa (Como o Instituto Federal da Paraíba realiza a gestão do financiamento para promover a Internacionalização do Ensino Superior?).

Foram selecionados para análise 03 (três) documentos normativos que abordam a criação da assessoria para assuntos internacionais, a política de internacionalização e o ato legal que regulamenta a existência da ARINTER no âmbito do IFPB, prosseguindo com a análise de conteúdo nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2014 e PDI 2015-2019) e nos Relatórios de Gestão do período de 2010 a 2019, além da reflexão sobre a consulta pública realizada junto ao IFPB na plataforma Fala.BR.

Considerando a Lei n.º 12.527/11, que rege sobre acesso à informação, e que traz em seu princípio básico a publicidade como regra e não como exceção, buscou-se os documentos disponíveis no portal institucional. Os sites institucionais devem servir de divulgação e facilitação de acesso às informações para quem necessite, acerca das ações e programas oferecidos pelo IFPB, bem como demonstrando a execução orçamentária e financeira de forma detalhada, conforme consta no rol de informações do Decreto n.º 7.724/12, regulamentador da Lei n.º 12.527/11, que devem ser objeto da transparência ativa da instituição, que é quando a instituição não espera ser questionada e disponibiliza as informações de maneira eficiente e ágil.

Portanto, iniciou-se a pesquisa pelos documentos normativos selecionados e disponíveis no portal institucional sobre a internacionalização no IFPB, os quais faremos referências no próximo tópico.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS NORMATIVOS INTERNOS

Inicialmente, buscou-se na página inicial do portal institucional uma guia de Relações Internacionais, visto que a internacionalização é um parâmetro da qualidade do ensino e da pesquisa, como bem considera Stallivieri (2004). Porém, identificamos que a guia destinada à Internacionalização está inserida na guia de assuntos diversos (Figura 10). Não há uma guia em destaque, como ocorre com temas como ensino a distância e inovação. As instituições de ensino superior precisam assumir novos papéis e apresentar soluções para os novos desafios da

educação diante do mundo globalizado, corroborando com esse pensamento Stallivieri (2004) e Neves e Barbosa (2020). A internacionalização deve se aliar ao tripé existente (pesquisa, ensino e extensão) ou ser considerada como a quarta dimensão da IES, tornando-a competitiva e sustentável.

Figura 10 – Portal institucional – Página inicial



Fonte: Portal institucional IFPB (2023).

Há uma discordância na estrutura do portal com a primeira informação contida na página das Relações Internacionais, que diz que a Internacionalização é uma das diretrizes do IFPB. No entanto, a temática não possui nenhum destaque na página inicial do portal. Essa visibilidade em destaque mostraria a importância necessária para a busca de uma efetiva implementação da política, das ações e do financiamento da internacionalização no IFPB. A primeira etapa a se vencer é o engajamento de gestores estratégicos para o entendimento dessa política e seus benefícios, conforme ilustrado abaixo na Figura 11:

Figura 11 – Portal institucional – Relações internacionais



Fonte: Portal institucional IFPB (2023).

Verificou-se uma gama de informações na página das Relações Internacionais; porém, encontrou-se dificuldade de identificação do link que contivesse a informação dos atos normativos, devido à grande quantidade de links nos menus (Figura 12) e à variedade de informação em cada link. Identificou-se que as informações são dispostas na página institucional na guia das Relações Internacionais, porém são de difícil acesso e entendimento devido ao design estrutural da página.

Figura 12 – Portal institucional – Menus das relações internacionais

ASSUNTOS	PARCEIROS	MOBILIDADE/INTERCAMBIO	
Sobre a Arinter	Mapa IFPB pelo mundo e o mundo pelo IFPB	Missões / Visitas	
Equipe		Portarias de Afastamento do País	
Contatos	Acordos/Protocolos de intenções Vigentes	Oportunidades	
Afastamento do País	Acordos/Protocolos de intenções Expirados	PEC-G	
NAI - Coordenadores	AULP	Projeto LAPASSION	
NuCLI - Coordenadores	Projeto Mulheres Mil	Rotary - Intercambistas	
Passaporte	Forinter	Fulbright / NOVA / Finlândia / Canadá	
Eventos	FAUBAI	Bolsistas CIGan	
Sugestões	Conif	Bolsistas MITACS	
Notícias	ABC/MRE - Agência Brasileira de Cooperação	Parlamento Juvenil do Mercosul	
Traduções	Pontes Americanas	Programa Jovens Embaixadores	
Links Importantes	IIDV - PDVL - PDVAgro	Preparing Global Leaders Summit	
Grupos de Pesquisa	Assistente de Francês - Embaixada da França	AFS Intercambistas	
Núcleos de Extensão		Bolsistas CsF	
DOCUMENTOS			
Editais e Processos Seletivos			
IFPB Jornal			

CENTRO / NÚCLEO DE LÍNGUAS
Aplicadores
Exames de Proficiência
Professores de Línguas
Cursos Ofertados nos Campi - IFPB
Cursos para Servidores - ARINTER / DGEP
PLA / PLE / CLIPE / E-Tec Idiomas
IsF - My English Online
Relatórios dos Exames de Proficiência

IMERSÃO CULTURAL
Imersão Servidores: ILSC - Canadá
Imersão Estudantes: ILSC - Canadá
Convívio Cultural / Depoimentos
Galeria de Fotos
Oportunidades

Fonte: Portal institucional IFPB (2023).

Destacam-se três documentos normativos que abordam a criação da assessoria para assuntos internacionais, a política de internacionalização e o ato legal que regulamenta a existência da ARINTER no âmbito do IFPB.

O primeiro documento analisado foi a Resolução n.º 144, de 02 de outubro de 2015, que aprovou a criação, institucionalização e implementação dos Núcleos de Assuntos Internacionais (NAI) e o seu Regulamento Interno no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Art. 1º - Aprovar a criação, institucionalização e implementação dos Núcleos de Assuntos Internacionais (NAI), em todos os Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), por meio das ações da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER, em articulação com os seus Dirigentes (IFPB, 2015).

Por consequência, cria-se a ARINTER, possuindo um papel de assessoria para ações de internacionalização na Reitoria, e os NAIs, responsáveis pelas coordenações das ações de internacionalização nos campi, conforme estabelecido pelo art. 2º da Resolução n.º 144/2015. Dessa forma, há uma disseminação controlada da política que a instituição pretende e dos resultados almejados.

No entanto, somente em 2017, após 07 anos de sua existência, o IFPB tornou o ato legal de criação da ARINTER explícito pela elaboração do regimento geral do IFPB. Conforme a Resolução n.º 144-CS.

Art. 57. A Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) é o órgão auxiliar da Reitoria com a finalidade de promover as relações entre o IFPB e as instituições educacionais estrangeiras de países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas, mediante cooperação técnica e intercâmbios científicos e culturais (IFPB, 2017).

A tentativa de implementação de uma política efetiva de internacionalização pelo IFPB desde sua criação é evidente nos documentos analisados. No entanto, como afirmam Neves e Barbosa (2020), essa implementação é complexa. Por essa razão, a SETEC/MEC publicou orientações em um documento para servir de referência para a internacionalização nos Institutos Federais, com o objetivo de guiar as políticas desenvolvidas por eles. Essas orientações incluem até mesmo uma definição do conceito de internacionalização, diante da variedade de definições encontradas durante a pesquisa.

Entende-se por internacionalização do ensino profissional e tecnológico o conjunto de ações com vistas à prospecção e desenvolvimento de parcerias alinhadas ao ensino, pesquisa, extensão e ao arranjo produtivo local para oferta de educação de qualidade, formando uma comunidade acadêmica consciente da cidadania global, capaz de compreender, articular e contribuir com os contextos local, regional e global (SETEC, 2018, p. 2).

O documento de referência da SETEC/MEC estabelece uma meta ambiciosa de tornar-se uma referência mundial em ações de internacionalização da educação profissional até dezembro de 2019, fundamentada nos valores de integração, engajamento e efetividade. Além disso, o documento lista as ações prioritárias, que incluem estruturação, integração nas fronteiras, idiomas, ecossistemas de inovação, financiamento e cooperação (SETEC, 2018).

Uma informação essencial que sustenta esta pesquisa diz respeito ao financiamento dessas ações. Embora os documentos internos do IFPB não forneçam uma descrição clara e precisa da necessidade de recursos para atender às ações de internacionalização, o documento orientativo da SETEC destaca essa necessidade de financiamento.

Para que as ações de internacionalização sejam tratadas como uma política da RFEPCT, é necessário que elas tenham orçamento próprio, bem como que haja prospecção de recursos para a sua consecução. O monitoramento de editais em instituições nacionais e internacionais que objetivem o incremento das ações de internacionalização é uma das ações que devem ser sistematizadas. Mas, para que os recursos se transformem em projetos, é premente a capacitação dos profissionais envolvidos nas assessorias internacionais das instituições em estratégias de captação de recursos e desenvolvimento/gerenciamento de projetos (SETEC, 2018, p. 05).

Esse entendimento ressalta a necessidade dos Institutos Federais repensarem suas políticas e processos relacionados às ações de internacionalização do ensino superior. Isso envolve, primeiramente, a definição de políticas e objetivos claros, seguidos pela elaboração de projetos, processos e, conseqüentemente, a alocação de recursos para concretizar esses projetos.

O documento em referência também destaca as ações que precisam ser desenvolvidas para financiar a internacionalização da educação, como a captação de recursos externos e a capacitação de gestores estratégicos envolvidos nessas ações (Figura 13).

Figura 13 – Ações para financiamento da internacionalização

Ações	Prazo
5.1 Prever rubrica orçamentária para as ações de internacionalização em cada unidade da RFEPCT.	Anualmente
5.2 Monitorar editais com oportunidades de financiamento para as ações de internacionalização (nacionais e internacionais).	continua
5.3 Capacitar os envolvidos em estratégias de captação de recursos e desenvolvimento/gerenciamento de projetos.	até outubro 2018

Fonte: SETEC (2018).

Ressalta-se a importância do engajamento dos gestores estratégicos da instituição, dos campi e dos servidores da ARINTER para compreender o financiamento das ações e gerenciar esses projetos. Além disso, destaca-se a necessidade de um orçamento próprio para as ações de internacionalização, de modo que sejam reconhecidas como uma política institucional. Isso está alinhado com os valores de integração das áreas, engajamento das equipes e efetividade das ações.

Art. 18 – O IFPB assume o compromisso com a internacionalização e a desenvolverá de forma ativa, participativa e plural:

(...)

VII – Diversificando as fontes de geração de recursos.(...)

§ 1 O processo de internacionalização exige o comprometimento da alta administração, professores, técnicos administrativos e estudantes, atuando como força integradora e com resultados a curto, médio e longo prazos sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão do IFPB (IFPB, 2018).

Na Resolução *ad referendum* n.º 19 de 24 de abril de 2018 do Conselho Superior, identificada como um dos principais documentos para esta pesquisa, é apresentada a Política de Internacionalização. Nesse documento são abordados conceitos, eixos de ações, o processo de implementação, as formas de sustentação da política, formas de financiamento, entre outros assuntos necessários para a efetividade das ações.

Na mencionada resolução, a internacionalização é compreendida como um processo integrado às atividades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições e desenvolvimento de aspectos curriculares.

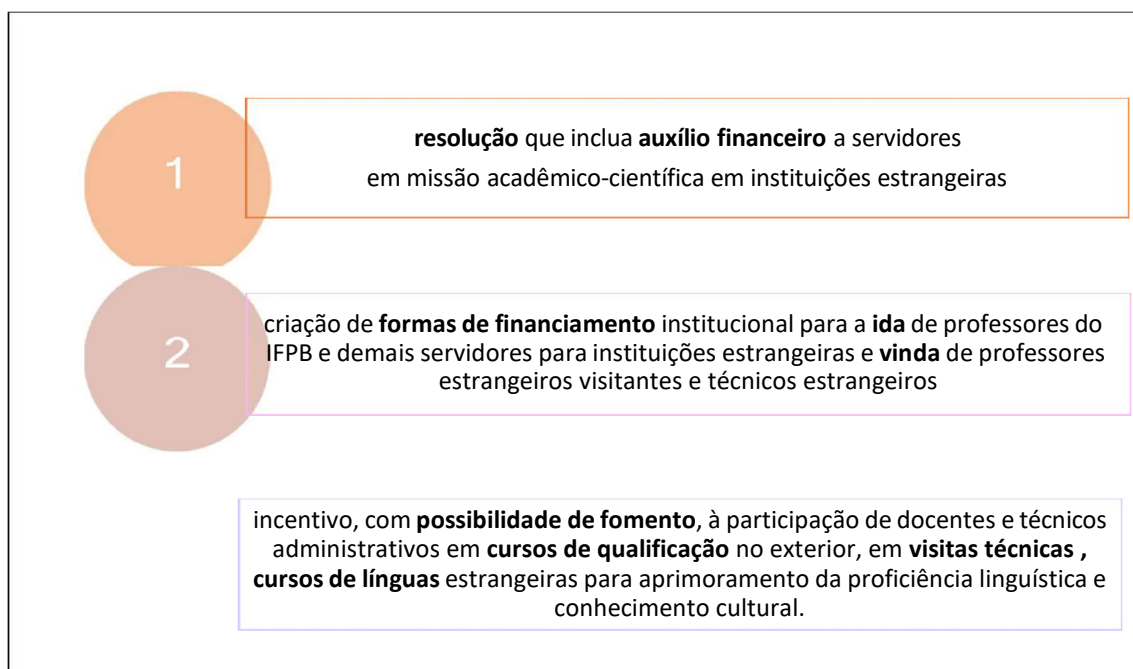
Diversos são os eixos de ação a serem desenvolvidos na política de internacionalização, conforme o artigo 3º, que inclui Mobilidade/Intercâmbio; Acordos de cooperação/MOUs; Projetos com cooperação internacional; Idiomas/Línguas; Investimento/Financiamento; Estrutura de escritório e pessoal; Comunicação/Divulgação dos dados e indicadores internacionais; Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais; Normativas e regulamentos relacionados à internacionalização (IFPB, 2018).

De acordo com o documento orientativo da SETEC/MEC, a Resolução 19/2018, em seu artigo 14, destaca a importância do engajamento para evitar ações isoladas que não resultem em uma política de institucionalização.

Art. 14 Do Envolvimento de docentes e técnicos com o processo de internacionalização:

I – Embora diversos docentes já tenham parcerias acadêmicas informais e trabalhos sendo desenvolvidos, colaborativamente, com instituições estrangeiras, algumas ações desses servidores têm sido resultado de esforços isolados/individuais ou de um grupo e não resultado de uma política institucional. Com o plano de internacionalização, busca-se a criação de mecanismos institucionais que motivem o envolvimento dos docentes e técnicos administrativos no processo de internacionalização (IFPB, 2018).

A Resolução n.º 19/2018, em seu artigo 14, identifica cinco ações a serem propostas para a efetivação da estratégia de internacionalização, destacam-se três que envolvem o financiamento:

Figura 14 – Estratégias de internacionalização

Fonte: Resolução *ad referendum* – CS n.º 19/2018, elaborado pela autora (2023).

A necessidade de financiamento das ações de internacionalização é reforçada no artigo 17, inciso I, alínea f, ao dispor sobre a ampliação da estrutura da internacionalização do IFPB, trazendo mais ações para consolidar o processo de internacionalização. Nesse sentido, a alínea f estabelece que deve-se “dotar a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais de recursos financeiros destinados a apoiar a participação de discentes, docentes e técnicos em programas de mobilidade e intercâmbio internacional”.

Considerando a escassez de recursos orçamentários, visto que os orçamentos são finitos, busca-se a sustentabilidade das ações de internacionalização por meio de outras fontes de recursos. O artigo 24, que trata da sustentabilidade do processo de internacionalização, destaca o fortalecimento das políticas de captação externa, incluindo a captação de recursos de fontes externas (IFPB, 2018).

A necessidade de financiamento é crucial para viabilizar as ações de internacionalização e a aplicabilidade de sua política, garantindo a efetividade desse processo. Essa importância é destacada no artigo 27:

Art. 27 – A Política de Internacionalização do IFPB será viabilizada por meio da aplicação de recursos próprios, através da instituição de mecanismos internos financiadores, da captação de recursos junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais para o desenvolvimento de atividades conjuntas e de parcerias com instituições e empresas públicas e privadas nacionais e internacionais (IFPB, 2018).

Isso posto, fica evidente a necessidade de financiamento para as ações de internacionalização, e é crucial identificar como essas ações estão sendo financiadas no IFPB. Portanto, para dar continuidade à pesquisa, foram analisadas as políticas instituídas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como as ações efetivas registradas nos relatórios de gestão sobre a internacionalização da educação.

4.2 ANÁLISE DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAIS 2010-2014 E 2015-2019

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma das exigências normativas do artigo 15º do Decreto 5.773/2006 para que as instituições de ensino superior consigam obter seus credenciamentos. O artigo 16º do referido Decreto apresenta os elementos necessários para compor o documento do PDI, incluindo algumas temáticas como:

Figura 15 – Temáticas apresentadas no PDI

missão, objetivos e metas da instituição	projeto pedagógico	cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição	organização didático-pedagógica da instituição
perfil do corpo docente	organização administrativa da instituição	infra-estrutura física e instalações acadêmicas	oferta de educação a distância
	oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado.	demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto n.º 5.773/2006.

Dessa forma, o PDI é elaborado pela instituição de ensino, sendo o documento orientador das ações, do planejamento de expansão e da estimativa dos recursos orçamentários necessários, além da gestão de pessoas e da implantação e acompanhamento de indicadores.

O PDI deve atender aos princípios, finalidades e objetivos definidos pela Lei n.º 11.892/08, que instituiu os Institutos Federais. Os PDIs são elaborados para acompanhar a gestão institucional por cinco anos e estão disponíveis na página institucional, na seção de transparência (Figura 16), onde foram coletados para análise, observando o período de 2010 a

2019, abrangendo o PDI 2010-2014 e o PDI 2015-2019.

Figura 16 – Portal institucional – Transparência



Fonte: Portal institucional

O PDI 2010-2014 representa o segundo PDI da instituição, embora seja o primeiro elaborado sob a designação de IFPB. Observa-se que este documento delineia várias ações para a estruturação da instituição, que emergiu para atender a um escopo mais abrangente de atividades, incluindo a oferta de cursos superiores. No entanto, não foram identificados tópicos específicos relacionados à internacionalização.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba, e além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão (IFPB, 2010, p.10).

Segue, na Figura 17, o transcurso do processo de elaboração dos PDIs no IFPB:

Figura 17 - Transcurso dos PDIs no IFPB

Fonte: IFPB (2019).

Uma informação importante presente no PDI é o demonstrativo do planejamento econômico-financeiro, conforme mostrado na Figura 18. Neste demonstrativo, são indicados os valores projetados ou planejados para atender às demandas orçamentárias das ações planejadas. No entanto, observa-se que apenas os quantitativos dentro das ações do governo são apresentados em seus valores globais, o que não permite uma análise detalhada sobre o cumprimento das políticas instituídas e dos valores orçamentários necessários para a execução efetiva das ações.

Figura 18 - Modelo do demonstrativo orçamentário do relatório de gestão

PDI 2010-2014					
ORÇAMENTO GLOBAL					
FONTE : RECURSOS DO TESOIRO E RECURSOS PRÓPRIOS					
Despesas	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal	86.507.937	103.809.520	124.571.424	149.485.708	179.382.849
Benefícios	2.608.323	3.129.987	3.755.984	4.507.180	5.408.616
Custeio	21.019.665	25.223.598	30.268.317	36.321.980	43.586.376
Capital	17.352.466	20.822.959	24.987.550	29.985.060	35.982.072
Total	127.488.391	152.986.069	183.583.283	220.299.939	264.359.927

PDI 2015-2019					
ORÇAMENTO GLOBAL					
FONTE: RECURSOS DO TESOIRO E RECURSOS PRÓPRIOS					
2015	2016	2017	2018	2019	
225.814.424	270.977.309	325.172.771	390.207.325	468.248.7	
12.357.093	14.828.511	17.794.213	21.353.055	25.623.6	
64.733.442	77.680.130	93.216.156	111.859.387	134.231.2	
38.628.505	46.354.206	55.625.047	66.750.056	80.100.0	
341.533.464	409.840.156	491.808.187	590.169.824	708.203.787	

Fonte: IFPB (2010, 2015).

A figura acima mostra valores estimativos e a necessidade de evolução dos recursos orçamentários para financiar as ações planejadas pela instituição nos exercícios de 2010 a 2014

e 2015 a 2019. Embora os valores estejam relacionados às ações gerais, destaca-se que as ações de internacionalização ocorrem em maior escala nas despesas de custeio ou de capacitação, que não estão identificadas nesse planejamento. É importante ressaltar que os valores planejados podem não corresponder aos valores autorizados na Lei Orçamentária Anual.

O Estado para fazer face às suas obrigações, necessita de recursos que podem ser obtidos junto à coletividade ou através do endividamento público. O conjunto destes recursos é que nós chamamos de receita pública. É através dela que o Estado poderá atender às demandas diversas da sociedade, como saúde, educação e segurança. (Pascoal, 2004, p. 97).

No PDI 2015-2019, assim como no PDI 2010-2014, não foi identificado nenhum tópico específico referente à internacionalização. Ações, políticas e estratégias são definidas ao longo dos planos em diversas áreas de atuação, como ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.

Para uma análise mais aprofundada dos PDIs, realizou-se uma análise de conteúdo, utilizando as categorias de análise C1, C2 e C3 definidas para esta pesquisa, que incluem Internacionalização da Educação (C1), Modelos de Financiamento (C2) e Financiamento da Educação (C3).

É importante ressaltar que a ocorrência das categorias não implica necessariamente em uma ação relacionada à internacionalização da educação. Em muitos casos, pode-se observar que uma ação poderia estar relacionada à internacionalização de forma indireta, como política ou estratégia, mas não estava claramente descrita para uma análise mais precisa. Alguns apontamentos foram registrados nas categorias analisadas, conforme detalhado no Apêndice A.

4.2.1 Categoria de Análise – Internacionalização da Educação (C1)

Na instituição da Política de Internacionalização durante o período do PDI (2010-2014), as ações foram mais discretas, possivelmente como consequência da recente constituição da instituição no momento da elaboração do plano. No entanto, houve a construção de ações que estabeleceram a internacionalização como política, com algumas estratégias identificadas como metas a serem alcançadas.

No PDI 2015-2019, a política de internacionalização estava mais evidente, estabelecida como troca, cooperação e intercâmbio entre as instituições, tanto para discentes quanto para servidores. Houve muitas ações de incentivo, estímulo e apoio para publicações, participação em eventos internacionais, programas e estabelecimento de metas nos eixos do ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.

Estabelecer parcerias com instituições internacionais de modo a promover a co-operação em termos de projetos de pesquisa aplicada e inovação, assim como no âmbito do ensino e co-orientações em programas de pós-graduação (PDI 2015-2019, p. 90).

O PDI 2015-2019 evidenciou, como uma das metas do IFPB,

formar cidadãos na sua mais plena concepção: uma formação técnico-profissional bastante sólida, com os conhecimentos científicos e tecnológicos atuais nas áreas de oferta de seus cursos, que possa vir a dar retorno à sociedade, mas sem descuidar da educação humanística, da cultura geral, aliás, uma exigência internacional (PDI 2015-2019, p.151).

Concordando com o que argumenta Stallivieri (2004), a globalização da cultura, da ciência e das tecnologias demanda dos universitários um nível de competência e formação muito mais sólidos e competitivos. Portanto, as políticas de internacionalização devem orientar o processo educacional em seus diversos eixos.

A evidência das políticas de internacionalização no PDI 2015-2019 em comparação com o PDI 2010-2014 pode ser justificada conforme abordado por Neves e Barbosa (2020), devido à complexidade do processo de implementação, que envolve diversos aspectos e está sujeito ao contexto social e histórico que o define.

4.2.2 Categoria de Análise – Modelos de Financiamento (C2)

A análise dos PDIs foi realizada com o objetivo de verificar em quais modalidades estavam sendo atendidas as ações de internacionalização. Verificou-se que as estratégias e políticas relacionadas a esse tema incluíam informações sobre o atendimento de bolsas/auxílios financeiros. No entanto, muitas ações não estavam diretamente ligadas ou explicitamente identificadas como ações de internacionalização, como descrito em uma das ações: "Programa de Bolsas, atendendo à política de Ensino, Pesquisa e Extensão" (PDI 2015-2019, p. 175). Foram identificadas poucas ocorrências nessa temática, destacando a falta de descrição detalhada sobre a forma de atendimento e das atividades específicas de internacionalização.

4.2.3 Categoria de análise – Financiamento da Internacionalização (C3)

As discussões nessa categoria foram bastante discretas, sugerindo a necessidade de ampla discussão desses conceitos, uma vez que o contexto do financiamento precisa ser integralmente considerado no planejamento das ações da instituição. É importante que essas

estratégias sejam mais explicitadas para proporcionar clareza sobre o que está sendo planejado e com quais recursos orçamentários essas ações serão financiadas. Isso tem um impacto direto na efetivação das ações.

Algumas metas foram identificadas, como o aumento de valores ou quantidades de bolsas, mas não ficou claro como essas estavam associadas à internacionalização da educação. No entanto, houve apresentação de metas relacionadas à busca de parcerias para captação de recursos, incluindo captação junto às agências de fomento, conforme previsto na Lei 10.973/2004, artigo 2º, inciso I:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação [...] (Brasil, 2004).

É um grande avanço pensar em uma política de longo prazo, prevendo estratégias para a obtenção de novas fontes de recursos para atender às demandas específicas do ensino, da pesquisa e da inovação. Dentro desses objetivos, a internacionalização da educação desempenha um papel fundamental, sendo incentivada por programas específicos da CAPES, como o PEC-G e o Capes PrInt, que oferecem fomento. Além disso, a busca por recursos junto a organizações internacionais, que oferecem incentivos financeiros para ações na área da educação, é uma prática cada vez mais comum. Como menciona Lima (2003), essas organizações internacionais contribuem para o fortalecimento financeiro de países em desenvolvimento, oferecendo empréstimos para iniciativas na educação superior, representando mais uma fonte de financiamento para as ações.

O quadro demonstrativo orçamentário, como mostrado na Figura 18, elaborado nos PDIs, é de suma importância. O orçamento deve fornecer informações detalhadas sobre políticas e programas para permitir o controle gerencial, juntamente com um sistema de quantificação física para a mensuração das ações governamentais, conforme destacam Machado Junior e Reis (2003, p. 12).

Bezerra Filho (2012) define orçamento como sendo uma

Ferramenta legal de planejamento do ente federativo (União, Estado, Distrito Federal e Município), onde são projetados os ingressos e os gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução dos programas e ações vinculados às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais, legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes às funções e atividades estatais (Bezerra Filho, 2012, p. 5).

Esses orçamentos devem ser cuidadosamente elaborados e controlados, garantindo que as políticas estabelecidas no PDI sejam executadas para atender às demandas apresentadas de maneira transparente e eficaz na instituição. Isso está alinhado com a nova abordagem gerencial da administração pública, que busca um Estado mais eficiente e capaz de atender às crescentes demandas por serviços mais amplos e de melhor qualidade (Matias Pereira, 2018).

Busca-se, no tópico a seguir, compreender melhor as ações incluídas no PDI e identificar nos relatórios de gestão os valores quantitativos que contribuíram para o financiamento da internacionalização no IFPB.

4.3 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DE 2010-2019

Os Relatórios de Gestão são divulgados anualmente, ao final de cada exercício, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como parte do processo de prestação de contas dos órgãos governamentais. Eles apresentam as atividades executadas ao longo do ano e os resultados alcançados, com base no planejamento e nos marcos normativos estabelecidos, como o PDI e o PNE. Através desses relatórios, a instituição oferece informações com transparência tanto para os órgãos fiscalizadores quanto para a sociedade em geral.

O TCU é responsável por julgar as contas das instituições públicas, conforme estipulado no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, e regulamentado pela Lei n.º 4.320/64, pelo Decreto-Lei n.º 200/67 e pela Lei n.º 6.223/75. A Lei Orgânica do TCU (Lei n.º 8.443/92) estabelece que o TCU deve verificar a legalidade, regularidade e economicidade dos atos dos gestores ou responsáveis pela guarda e utilização dos recursos públicos.

RELATÓRIO DE GESTÃO (RG) - Documento elaborado pelos responsáveis pela UPC que tem como objetivo principal oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da UPC, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos, de maneira a atender às necessidades comuns de informação dos usuários (TCU, 2020, p.10).

De acordo com a Lei n.º 4.320/64, o controle da execução orçamentária e financeira da União, Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante controles internos e externos, respectivamente.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores

públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Constituição Federal do Brasil, 1988, Art.70). Art.70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (Brasil, 1964).

Reconhecida a importância dos relatórios de gestão, avançamos agora com a análise detalhada desses documentos referentes ao período de 2010 a 2019. O relatório de gestão é o instrumento que serve para prestar contas das ações realizadas, incluindo aspectos contábeis e financeiros.

Ele incorpora e examina com destaque os aspectos mais relevantes da gestão do IFPB durante o exercício de 2010, de forma a possibilitar uma avaliação criteriosa dos vários programas e ações desenvolvidos pela administração da instituição. As ações e programas institucionais que são apresentados neste documento incluem também a descrição dos elementos contábeis e financeiros, desenvolvidos pela atual Gestão, abrangendo o conjunto de Unidades integrantes da Instituição (IFPB, 2010, p.15).

Prosseguiu-se a análise documental dos relatórios com a categorização dos conteúdos: Internacionalização da Educação (C1), Modelos de Financiamento da Internacionalização(C2) e Financiamento da Educação (C3).

4.3.1 Categoria de análise – Internacionalização da Educação (C1)

No Relatório de Gestão de 2010, foram identificadas poucas ações relacionadas à internacionalização, como a publicação de artigos em periódicos internacionais. No entanto, não há informações sobre os valores investidos no financiamento dessas ações. Embora o relatório mencione um aumento significativo no número de bolsas entre 2009 e 2010, não há detalhamento dos valores investidos nem a quantia destinada às ações relacionadas à internacionalização. Os resultados alcançados incluem o aumento do número de publicações técnicas pelos servidores e discentes do IFPB, além do apoio financeiro para a participação de servidores e discentes em eventos científicos, respectivamente. A partir dessas informações, não é possível determinar com precisão o impacto das ações de internacionalização nem o valor do financiamento destinado a elas.

Os Relatórios de Gestão identificam os programas de governo que serão executados pelo IFPB, descrição importantíssima para o planejamento da execução das ações planejadas, garantindo que estas estejam alinhadas com os objetivos governamentais e que os recursos

sejam alocados de forma eficaz para alcançar os resultados desejados.

Figura 19 - Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ – exercício 2010

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE		
TABELA II - Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade		
Programa	Ação	Denominação
0089		Pagamento de aposentadorias e pensões – Servidores Civis
	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
0750	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
	2010	Assistência Prê-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
	2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
	2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
	20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
0901		Operações Especiais
	0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em julgado (Precatório) devido pela União, Autarquias e Fundações Públicas
	00G5	Ação 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrentes do Pagamento de Precatório e Requisições de Pequeno Valor - Nacional
1062		Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnologia
	09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.
	1H10	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
	2319	Prestação de Serviço a Comunidade
	2992	Funcionamento da Educação Profissional
	2994	Assistência ao Educando da Educação Profissional
	2E13	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica
	6031	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação
	6358	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional
	6364	Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional
	8650	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Coordenação de Execução Orçamentária

Fonte: IFPB (2010).

Na Figura 19, não identificamos nenhuma ação de governo voltada exclusivamente para a internacionalização. Os Programas 0089 e 0750 possuem ações voltadas para servidores em relação às obrigações salariais, contribuições, indenizações e aplicação de recursos para gestão de pessoas. O Programa 0901 está relacionado a pagamentos por indenizações e contribuições previdenciárias. No Programa 1062, identificamos ações que podem ser utilizadas para custear ações de internacionalização, como:

- Ação 1H10: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que inclui aquisição de itens de consumo ou equipamentos para aulas nos polos de centro de línguas, construção de salas, equipamentos para videoconferência com parceiros internacionais e representação no exterior para missões institucionais;

- Ação 2994: Assistência ao Educando, que pode envolver ajuda de custo ou bolsas via editais para fomentar o intercâmbio de discentes em outros países;
- Ação 6358: Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional, que inclui o pagamento de inscrição em eventos internacionais para participação ou apresentação de trabalhos, além do pagamento de passagens e diárias.

Essas ações exemplificam como os recursos destinados a esses programas podem ser direcionados para atividades relacionadas à internacionalização da instituição.

No RG-2012, observa-se a menção da ARINTER no relatório, descrevendo-a como um órgão administrativo da Reitoria do IFPB responsável pela formalização institucional dos acordos acadêmicos de cooperação e de intercâmbio entre o IFPB e outras instituições de ensino superior e de pesquisa sediadas em diversos países.

A falta de padronização nos modelos dos relatórios de gestão dificulta a coleta de dados, uma vez que em alguns anos segue um padrão específico, incluindo informações que identificam melhor as áreas de atuação de cada eixo de atividade, como ensino, pesquisa, inovação e pós-graduação. Por exemplo, em 2013, a mudança do modelo de RG trouxe itens corridos para as ações de cada unidade. Isso dificulta a análise, pois cada campus tem autonomia de execução orçamentária e presta contas individualmente, tornando as ações de internacionalização atividades isoladas, sem um eixo de institucionalização do que se pretende e das metas alcançadas conforme estabelecidas no PDI.

Em 2016, a internacionalização conquistou um destaque no RG com o novo planejamento denominado PLANEDE, que busca um planejamento a longo prazo até 2025, apresentando a internacionalização como um macro processo da instituição, em uma formatação mais padronizada, porém com a mesma narrativa de execução e registros isolados pelos campi.

Isso consolida as ações diretas da ARINTER, onde foram identificadas, através de seus registros, muitas ações e estratégias de cooperação entre instituições internacionais. No entanto, não há uma ligação ou interrelação com as atividades registradas pelos campi. Os campi registram atividades isoladas, muitas vezes sem a informação descritiva adequada, o que prejudica a avaliação da informação.

É notável que há uma quantidade significativa de ações registradas como política pela ARINTER, em comparação com as incidências menores nos registros dos campi do IFPB. No ano de 2018, a ARINTER relatou desafios na integração dos segmentos, incluindo as Pró-Reitorias, Diretorias Gerais dos Campi e Diretorias Sistêmicas, mas destacou os esforços para

integrar a internacionalização no ensino, pesquisa, inovação e gestão. Também foi evidenciada a dificuldade de envolver a comunidade acadêmica (alunos, servidores, gestores), inclusive no acesso aos documentos no site institucional, que não é utilizado de forma adequada por eles.

Ao acessar o site institucional e a guia da internacionalização, constatou-se que estas estão sobrecarregadas de informações, como demonstrado na Figura 12, o que torna a obtenção de informações confusas devido ao grande número de links e documentos em uma única aba. Seria mais eficiente categorizar melhor essas informações, tornando-as mais acessíveis, pois a abundância de informações pode acabar sendo redundante.

4.3.2 Categoria de análise – Modelos de Financiamento (C2)

Após análise, verificou-se a dificuldade de identificar os modelos de financiamento devido à falta de descrição detalhada das ações. Em muitas ocorrências, não é especificado se os recursos foram provenientes do próprio IFPB, se houve descentralização orçamentária para financiamento da ação, por meio de algum termo de cooperação ou convênio, ou se as bolsas foram concedidas por alguma agência de fomento.

No entanto, observou-se que muitas das ocorrências dessa categoria de alguma forma envolvem um modelo de financiamento. As ações que mencionam intercâmbio não descrevem o tipo de financiamento utilizado para sua realização, seja oferecendo auxílio financeiro, cobrindo despesas com passagens, diárias ou outra modalidade de apoio financeiro, ou até mesmo se houve de fato algum dispêndio de recursos.

Outra situação identificada foi a participação em eventos internacionais e a publicação de artigos internacionais, nas quais também não foram especificadas as formas de financiamento. É sabido que essas atividades geralmente exigem o pagamento de taxas ou a concessão de auxílio financeiro para discentes/servidores, cobrindo despesas com passagens e diárias, entre outros. Em um exemplo mencionado nos resultados alcançados (TCU, 2015, p. 84), o IFPB enviou a equipe vencedora de Robótica para uma etapa nos EUA, porém não foi esclarecido se houve financiamento da ação, qual foi o valor envolvido e qual modalidade de financiamento foi utilizada. Essas questões são importantes para entender como a ação foi financiada e quais foram os valores autorizados.

Identificou-se alguns modelos utilizados, como bolsas ou auxílio financeiro para participação em eventos. Muitos eventos são registrados, porém não é detalhado como se deu o modelo de financiamento da ação. A descrição dessas informações é de suma importância para extrair informações sobre como os recursos públicos estão sendo aplicados diante de uma

política instituída e de que forma ela está sendo gerenciada.

4.3.3 Categoria de análise – Financiamento da Internacionalização (C3)

Nos relatórios de gestão, foram identificados alguns quadros demonstrativos do orçamento referente a valores destinados a cada ano. No entanto, devido à variedade de modelos utilizados na elaboração dos relatórios de gestão, isso compromete uma leitura coerente e sistêmica sobre o orçamento anual. Os valores consideram não apenas a folha de pessoal, mas também outras ações consolidadas em um único valor, como os destinados à capacitação e à assistência estudantil. Essa forma de demonstração não oferece suporte para informações gerenciais de forma transparente, clara e objetiva.

Identificamos algumas ocorrências que mencionam a percepção de bolsas da CAPES e auxílio moradia, porém não há mais nada registrado sobre tais ações. Em alguns casos, observamos o uso de agências de fomento e a participação em editais, mas não fica claro se o recurso é da Reitoria ou do próprio campus.

A execução orçamentária da despesa contida nos RGs não apresenta informações detalhadas que identifiquem a execução do financiamento. Neles, foram identificados apenas a quantificação do valor orçamentário do ano aprovado na LOA, a apresentação dos valores globais (despesas correntes e investimentos) de cada unidade gestora do IFPB e a demonstração da execução por modalidade de contratação e nos grandes grupos de despesa, em um dos modelos.

O financiamento precisa ser descrito de forma que os dados possam ser coletados e analisados, conforme requisito de elaboração do relatório de gestão. Muitos modelos de financiamento poderiam estar configurados nas ações de internacionalização e identificados em seu quantitativo.

Ressaltamos que a ARINTER relatou e descreveu muitas ações de internacionalização, porém essa quantificação está comprometida para uma análise mais profunda. Em algumas ações, não conseguimos identificar nem quantificá-las por falta de descrição no registro da ação de internacionalização.

Em 2013, destacou-se a promoção da articulação junto às agências de fomento para ampliar a captação de recursos. Então, indaga-se, como seria essa articulação e se haveria financiamento? Qual valor? Qual público beneficiado (discente, técnicos, docentes)? Muitas são as indagações.

Em 2017, houve o registro de uma ação de participação em um congresso internacional com apresentação oral do trabalho em Portugal, financiada com ajuda de custo de R\$4.000,00, porém não especifica se foi para servidor ou docente. Há um registro quantitativo de participação em eventos, bem como de publicações, tanto no país quanto no exterior, mas não se conclui quanto à sua efetividade ou não, e se houve financiamento, de que modelo foi utilizado e qual a origem do recurso. A ARINTER registrou:

Mesmo com a crise e contingenciamento de recursos na administração federal, o Instituto Federal da Paraíba deu sequência à política de internacionalização contemplando a mobilidade de docentes e discentes em instituições de excelência acadêmica a partir das políticas do Governo Federal. 15 alunos foram contemplados pelo Ciência Sem Fronteiras para Holanda, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Itália e Hungria em 2015/2016 (IFPB, 2016, p.17).

Para uma gestão mais eficaz dos recursos orçamentários, é essencial que as ações sejam detalhadas dentro das categorias de despesa e contenham elementos identificadores e codificados, como UGR (Unidade Gestora Responsável), uma codificação numérica utilizada pelo sistema SIAFI, ou um PI (Plano Interno) que identifique o gasto em uma ação específica.

4.4 ANÁLISE DA CONSULTA FALA.BR

A última etapa das análises dos dados foi a análise dos questionamentos realizados pelo Fala.BR, onde obteve-se respostas a alguns questionamentos ao IFPB para melhor embasamento das análises realizadas nos normativos internos, PDI e RG 2010-2019.

O Fala.BR é uma plataforma desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU) com a finalidade de integrar ouvidoria e o acesso à informação do Poder Executivo Federal, permitindo encaminhamento de informações, sugestões, reclamações ou elogios. A manifestação realizada para essa pesquisa decorreu do protocolo NUP 23546.033293/2023-44 (Anexo A).

Figura 20 – Manifestação NUP 23546.033293/2023-44

Teor

Resumo
Solicito informações sobre o orçamento do IFPB no período de 2010-2020, bem como valores destinados a internacionalização da educação superior; a fim de coleta de dados para pesquisa de mestrado sobre a temática. Agradecemos antecipadamente.

Fale aqui
Solicito informações sobre os seguintes questionamentos:

- 1.1 Qual o orçamento disponível para o IFPB em cada ação de Governo no período de 2010-2020?
- 1.2 Há algum valor ou percentual estipulado do orçamento total do IFPB destinado para Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER? Se há, o que é considerado para o cálculo?
- 1.3 Existe algum indicador que possamos consultar no portal da transparência para verificar as despesas executadas com a internacionalização da educação superior no IFPB (exemplo Plano interno, UGR,)?
- 1.4 Considerando o orçamento disponibilizado no período de 2010-2020 para o IFPB, qual valor foi destinado para internacionalização da educação superior em cada ano do período informado?
- 1.5 Houve valor destinado no período de 2010-2020 para internacionalização da educação como de recursos próprios, agência de fomento, convênios, ou outras fontes? Informar valores destinados por ano.

Fonte: Coleta da tela do Teor da manifestação site Fala.br

O primeiro questionamento buscava obter informações sobre o orçamento disponibilizado para o IFPB nas ações de governo no período de 2010 a 2020. No entanto, a resposta recebida não foi direta e apenas encaminhou um link onde supostamente as informações poderiam ser visualizadas.

Solicitamos então os valores separados por ação para uma análise mais detalhada, especialmente no que diz respeito aos recursos destinados à internacionalização. No entanto, o link fornecido não apresentava os dados de forma homogênea devido à diversidade dos modelos de relatórios utilizados ao longo do período pesquisado, dificultando uma análise comparativa do orçamento aplicado na internacionalização.

Diante dessa dificuldade, foi feito um novo questionamento sobre a existência de algum valor ou percentual estipulado do orçamento total do IFPB destinado à ARINTER, e, em caso afirmativo, como esse cálculo seria realizado. A seguinte resposta foi enviada:

RESPOSTA: A ARINTER atualmente não possui uma fonte de recursos destinada exclusivamente para as ações de internacionalização; essas ações são realizadas por meio de parceria com demais áreas que são providas de recursos como por exemplo: Pró-Reitoria de Ensino (PRE); Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP), Diretoria de Educação a Distância (DEAD), Direção Geral dos Campi, além de outras. Considerando essa fragilidade orçamentária e financeira, a ARINTER abriu o processo nº 23381.002206.2023-37, que solicita a destinação de um orçamento mínimo para as ações de internacionalização, conforme prevê o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPB, 2020, p.220), que entre os desafios consta garantir o mínimo entre 0,5 % a 1% do orçamento para a Internacionalização do IFPB até 2024. Desse modo, o processo foi enviado ao Colégio de Diretores, onde será avaliada a proposta pelos demais membros.

As ações de internacionalização precisam desenvolver a autogestão com valores orçamentários próprios e não depender apenas de parcerias ou cooperações com outras

instituições, evitando assim a falta de investimento nessa área e promovendo a participação de toda a comunidade acadêmica nas ações necessárias para desenvolver e fortalecer a internacionalização no Instituto.

Para acompanhar as ações de internacionalização, financiadas pelo IFPB, foi questionado se existe algum indicador disponível para consulta no portal da transparência. O objetivo é verificar algum indicador que auxilie na análise desses financiamentos de forma concentrada. A Arinter informou que há um cadastro de unidade gestora responsável (UGR) sob a codificação 155819, onde são controladas as despesas relacionadas à Arinter-Reitoria. No SIAFI, os campi têm sua execução orçamentária autônoma e descentralizada, e essa UGR provavelmente não é utilizada por eles, pois não é de uso obrigatório na execução orçamentária. Assim, não há uma centralização na execução das ações de internacionalização, sendo essa uma demanda isolada e concentrada apenas na Reitoria.

Foi abordada a questão dos valores orçamentários disponibilizados para o período da pesquisa de 2010 a 2019 para as ações de internacionalização, e, como já respondido em questão anterior, a ARINTER manifestou que não possui um orçamento exclusivo para essas ações. Também foi questionado se houve captação de recursos por meio de agências de fomento, convênios ou outras fontes de financiamento, e qual foi o valor no período analisado. No entanto, infelizmente, não obtivemos confirmação ou negação dessa ação. Os recursos advêm do próprio orçamento da instituição, como foi mencionado na resposta, e por meio de parcerias são utilizados os recursos orçamentários destinados para a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP), Diretoria de Educação a Distância (DEAD), e Direção Geral dos Campi, mas não há recursos destinados diretamente à ARINTER.

Não foram fornecidas respostas substanciais que pudessem quantificar as ações, apenas a confirmação de que não existe gestão ou valores destinados especificamente para as ações de internacionalização, e que não houve aumento de recursos de agências de fomento ou de outra modalidade de financiamento.

4.5 ANÁLISE CONCLUSIVA

Com base na análise dos documentos normativos, dos PDIs e dos relatórios de Gestão de 2010 a 2019, bem como na consulta realizada através do sistema Fala.Br, fica evidente que não foi possível obter uma mensuração precisa dos valores gastos ou dos percentuais direcionados para as ações de internacionalização da educação superior no orçamento do IFPB.

Após as análises, nota-se que ocorreram ações de internacionalização; no entanto, está complexa a possibilidade de mensurar e identificar os valores que financiaram essas ações no período de 2010 a 2019, devido à falta de informações detalhadas em seus aspectos quantitativos orçamentários e transparência nos relatórios de gestão. Dessa forma, há um impasse em afirmar ou concluir o percentual do orçamento que foi investido nessas ações.

Conclui-se que o IFPB não pratica a governança no que diz respeito ao financiamento da internacionalização da educação superior. Deve-se atrelar a governança pública para garantir a direção, controle e avaliação das ações estratégicas da organização. A normatização e a instituição de processos e procedimentos na administração pública atual, aliados aos preceitos da governança, são imprescindíveis para nortear as ações dos envolvidos, tornando os processos mais efetivos, ágeis e alinhados aos objetivos organizacionais.

As informações disponíveis nos relatórios de Gestão concentram-se principalmente em detalhes sobre a ação, como período e localidade, mas a principal informação sobre a quantificação dos valores utilizados para financiar tais ações, como viagens, inscrições em eventos e ajudas de custo para discentes participarem de intercâmbios, não são descritas nos documentos analisados, o que dificulta a inferência de algum tipo de indicador de gasto com a internacionalização. Isso sugere que, embora haja registros de atividades de internacionalização, o financiamento para essas ações não está claramente descrito ou disponível nos relatórios verificados.

Essa falta de mensuração e detalhamento pode resultar de diferentes motivos, como possíveis lacunas na documentação, falta de padronização na forma como as informações são registradas, ou a possibilidade de que esses dados não tenham sido priorizados em relatórios anteriores.

No entanto, é importante destacar que a ausência de dados específicos sobre os valores gastos ou percentuais direcionados para a internacionalização não necessariamente indica que tais ações não tenham ocorrido ou não sejam relevantes para o IFPB. A internacionalização é um componente significativo para muitas instituições de ensino superior, permitindo colaborações acadêmicas, intercâmbios culturais e pesquisa global, mesmo que a alocação de recursos para essas atividades não tenha sido plenamente documentada nos relatórios analisados.

4.6 PRODUTO ACADÊMICO

Uma interpretação possível das informações coletadas é que, embora existam evidências de atividades de internacionalização, a falta de detalhamento financeiro sugere a necessidade de aprimorar a transparência e a clareza na descrição orçamentária relacionada a essas ações no IFPB. Isso poderia ser alcançado através de uma revisão dos processos de documentação, padronização de registros e maior ênfase na divulgação dos recursos financeiros alocados para a internacionalização, a fim de fornecer uma visão mais completa das atividades da instituição nessa área.

Para isso, sugerimos como produto um DORP – Documento Orientador de Procedimentos com algumas práticas de boa governança a serem aplicadas pela ARINTER, a fim de propiciar a implementação de ações para que se consiga atingir uma maturação quanto à necessidade da internacionalização da educação superior junto aos gestores estratégicos.

Com essa maturação, propicia-se a liberação de cotas orçamentárias em cada exercício para efetivação e ampliação das ações de internacionalização, as quais não podem ser executadas de forma remota, ou sem a experiência da troca de cultura e conhecimento através da vivência multicultural.

O produto foi elaborado em formato digital, e será apresentado à ARINTER de forma presencial, expondo os resultados dessa pesquisa e as sugestões para implementação das boas práticas de governança incluídas no Produto Acadêmico – DORP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de dados claros e mensuráveis relacionados aos gastos e percentuais direcionados para as ações de internacionalização da instituição de ensino nos relatórios de gestão do IFPB, assim como a falta de informações detalhadas nos registros consultados através do sistema Fala.Br, sugere a possibilidade de uma crise ou ausência de governança nos processos de documentação e divulgação de informações na instituição. Uma crise na governança pode ser identificada diante da aparente falta de alinhamento da política institucional, das diretrizes para internacionalização lançadas nos PDIs e das ações efetivamente realizadas, além da falta de transparência das despesas realizadas nessa ação, que devem reger as práticas administrativas e orçamentárias de uma instituição pública.

A ausência de detalhes financeiros relacionados à internacionalização pode indicar uma lacuna na comunicação entre as áreas responsáveis por tais ações e a documentação orçamentária disponibilizada ao público e aos órgãos de controle. Essa crise ou ausência de governança pode resultar em consequências prejudiciais, como a dificuldade de monitorar e avaliar adequadamente o impacto financeiro das atividades de internacionalização, a falta de prestação de contas aos stakeholders, bem como a possibilidade de comprometer a credibilidade e a confiança na administração da instituição.

Para abordar essa questão, é recomendável que o IFPB tome medidas proativas para fortalecer seus processos de governança e transparência. Buscando das boas práticas de governança, envolvendo: revisão e padronização dos documentos normativos, assegurando registro das informações orçamentárias; transparência orçamentária, com relatórios específicos sobre os recursos destinados à internacionalização, acessíveis ao público e aos órgãos de controle; políticas explícitas e compreensíveis de internacionalização, incluindo diretrizes orçamentárias específicas para essas ações, garantindo que os responsáveis tenham diretrizes claras para documentar e relatar os gastos; capacitação e conscientização, promovendo com os servidores envolvidos na elaboração de relatórios de gestão sobre a importância da transparência e da correta descrição das informações orçamentárias; acompanhamento e auditoria, instituição de práticas regulares de auditoria interna para avaliar a conformidade com as políticas estabelecidas e identificar áreas de melhoria.

Por meio dessas medidas, o IFPB pode trabalhar para superar a crise ou ausência de governança, fortalecer sua cultura de transparência e prestação de contas, e assegurar que as informações orçamentárias estejam adequadamente documentadas e disponíveis para informar decisões, garantindo a confiança e a credibilidade de todas as partes envolvidas no tocante às

ações de internacionalização.

Desse modo, deixamos nossa contribuição da pesquisa, mas sem findar os aspectos da internacionalização da educação no IFPB, visto que existem investigações futuras a serem iniciadas, como a aplicabilidade do PDI 2020-2024, a incorporação de percentual orçamentário para ações de internacionalização, os resultados das boas práticas de governança na ARINTER, a fim de auxiliar na melhor efetividade de suas ações através do financiamento de ações da internacionalização da educação superior no IFPB, são algumas contribuições para campo de pesquisas futuras na área de financiamento das ações de internacionalização.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento aplicado ao Setor Público**. 1 ed. Ed. Atlas, 2012.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em 01 out. 2022.

BRASIL. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU/Tribunal de Contas da união**. 3 ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-publica-a-3-edicao-do-referencial-basico-de-governanca-organizacional.htm>. Acesso em 28 jan. 2023.

BRASIL. **Guia da política de governança pública**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>. Acesso em 12 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110861.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.405/92, de 09 de Janeiro de 1992.** Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8405.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.405%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%201992.&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,Capes\)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8405.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.405%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%201992.&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,Capes)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias). Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL, **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011** . Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm . Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Levantamento das ações de internacionalização da rede federal de educação profissional e tecnológica e resultados do GT de políticas de internacionalização.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2018-pdf/87481-acoes-de-internacionalizacao/file>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão – Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento Edição 2019.** Disponível em: www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2019:mto2019-versao9.pdf. Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL. Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão – Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento Edição 2023.** Disponível em: www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2023. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria CNPq n.º 1.118, de 20 de outubro de 2022.** Regimento interno - <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-cnpq-n-1.118-de-20-de-outubro-de-2022-437946031>. Acesso em 19 maio 2023.

CASTELO BRANCO, U. **Desenho metodológico.** Material Didático, 2022.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo.** 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira(1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação (Campinas).** Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/341>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FARIAS, M. S. B.; OLIVEIRA, J. F.; LORENTE, L. M. L. Internacionalização da Educação Superior: tensões, cenários e estratégias nos casos Brasil e Espanha. **Revista Lusófona de Educação**, v. 49, p. 147-161, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7457>. Acesso em 20 jul. 2022.

FENILI, R. **Administração Geral e Pública para concursos**. 3 edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFPB. **Planos de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acessado em 01 ago. 2023.

IFPB. **Relatórios de Gestão 2010-2019**. 2010. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao>. Acessado em 01 ago. 2023.

IFPB. **Resolução ad referendum n.º 19, de 24 de abril de 2018**. Dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 10 nov. 2023

IFPB. **Resolução nº 144 – CS, de 11 de agosto de 2017**, regulamenta a Arinter – Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-144-2017-consuper-regimento-geral-do-ifpb#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Regimento%20Geral,termos%20da%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20em%20vigor>. Acesso em 27 out. 2023.

JANOTTI, A. **Origens da Universidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

KNIGHT, J. Trade Talk: an analysis of the impact of the trade liberalization and the general agreement on trade in services on higher education. **Journal of Studies in International Education**, Association for Studies in International Education, v. 6, n. 3, p. 209- 229, summer 2002.

KNIGHT, J. Un modelo de interacción: respuesta a nuevas realidades y retos. In: WIT, H. de *et al.* (Ed.). **Educación Superior en América Latina: la dimension internacional**. Colômbia: Mayol, 2005. p. 11-42.

KNIGHT, J. **Universidades apostam na internacionalização**. Entrevista. Extra, Julho, 2014. Disponível em: <http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/universidades-apos-tam-na-internacionalizacao/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

KOLLER, S. H., COUTO, M. C. P. de P., HOHENDORFF, J.V. (orgs.). **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAUWERIER, T. L'Éducation au Service du Développement. La vision de la Banque Mondiale, de l'OCDE et de l'UNESCO. Genève. **Revue L'Éducation em débats: analyse comparée**, v. 8, p. 43-58, 2017.

LIMA, K. R. S. **Os Organismos Internacionais e Políticas de Educação Superior na Periferia do Capitalismo**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro: ANPED, 2003. Disponível em: <http://26reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 12 jan. 2016.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2018

MACHADO JR, J. T. REIS, H. da C. **A Lei 4320 comentada**. 31 ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAUÉS, O. C.; GUIMARÃES, A. R. A Educação Superior na Esteira da Internacionalização. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 307-328, 2019. DOI: 10.21573/vol35n22019.90971. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/vol35n22019.90971>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MEGGINSON, L. C. *et al.* **Administração: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.

MIRANDA, J.A.; FOSSATI, P. Gestão da internacionalização da Educação Superior: desafios para o desenvolvimento do estudante global. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v.23, n.2, p. 273-289, 2018. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducao/article/view/3811/2612>. Acesso em 20/07/2022.

MOROSINI, M. C. **Internacionalização da Educação Superior: um modelo em construção?** In: AUDY, Jorge L. N.; MOROSINI, M. C. (Orgs.). **Inovação e Empreendedorismo na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 189-210.

NEVES, C. E. B.; BARBOSA, M. L.O. Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n 54, maio-ago, p.144-175.

OCDE. **Education Policy Analysis: focus on Higher Education – 2005-2006**. 2006. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-policy-analysis-2006_epa-2006-en#page1. Acesso em: 17 nov. 2022.

OCDE. **Más Información sobre la OCDE**. Disponível em: http://www.oecd.org/document/7/0,3343,es_36288966_36288120_36954951_1_1_1_1,00.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

PASCOAL, V. F. **Direito Financeiro e Controle Externo**. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

POLIDORI, M. M., MARINHO, C. M. M.A.; BARREYRO, G. B. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval.pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006. Disponível em : <https://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/212.pdf>. Acessado em 10 nov. 2022.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANGEL, D. F. **Sistema nacional de avaliação da educação superior (SI- NAES): a autoavaliação institucional na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017. Disponível em : <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8745>. Acesso em 20 nov. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo:Atlas, 2012.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de Internacionalização das Universidades Brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

STALLIVIERI, L. **Internacionalização e Intercâmbio: dimensões e percepções**. Curitiba: Appris, 2017.

TCU. **Relatório de gestão: guia para elaboração na forma de relato integrado - evolução da prestação de contas**. 3. ed. Brasília: 2020.

UNESCO. Internacionalização da educação superior: tendências e desenvolvimento desde 1998. Educação superior: Reforma, mudança e internacionalização. **Anais**. Brasília: 2003, ANAIS+5. Disponível em : <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133972>. Acesso em 20 jul. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - COLETA DE OCORRÊNCIAS CATEGORIAS DE ANÁLISE - PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	
IDENTIFICAÇÃO	FONTE
CATEGORIA DE ANÁLISE C1 – Internacionalização da Educação	
“Instituir políticas de parceria, cooperação técnica científica e intercâmbio com instituições de ensino superior nacional e internacional, em programas de pesquisa e pós-graduação, ampliando iniciativas e convênios desenhados nesse âmbito;”	PDI 2010-2014 (p.51)
“Estratégia 2 – Ampliar e consolidar a projeção nacional e internacional da pesquisa no IFPB. (...) Ação 3 – Estimular a participação em programas de pós-doutorado, visitas de intercâmbios científico e tecnológico e convênios;”	PDI 2010-2014 (p.102)
“ c) Promoção de encontros anuais com os alunos egressos, com vistas ao intercâmbio entre o Instituto e as empresas, ampliando relações mediadoras e fluidas com o mundo do trabalho.”	PDI 2010-2014 (p.122)
“ h) Viabilização de comparabilidade/ intercâmbio e integração interinstitucional e integração das comunidades docentes e discente de diferentes níveis e modalidades de ensino.”	PDI 2010-2014 (p.123)
“Atuando primordialmente na Paraíba, mas não excluindo os cenários nacional ou internacional , o Instituto desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão (...)”	PDI 2015-2019 (p.27)
“promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e internacionais , com vistas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão.”	PDI 2015-2019 (p.29)
“Ampliação de parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino visando à capacitação em nível de Minter e Dinter;”	PDI 2015-2019 (p.79)
“Ampliar e fortalecer as relações de cooperação e parceria com programas de Pós-Graduação stricto-sensu de outras instituições, inclusive de instituições internacionais .”	PDI 2015-2019 (p.87)
“Estabelecer parcerias de ensino de pós-graduação e de projetos de pesquisa e de inovação com instituições internacionais de modo a possibilitar o intercâmbio de pesquisadores/professores entre as instituições envolvidas.”	PDI 2015-2019 (p.88)
“Estabelecer parcerias com instituições internacionais de modo a promover a cooperação em termos de projetos de pesquisa aplicada e inovação, assim como no âmbito do ensino e co-orientações em programas de pós-graduação.”	PDI 2015-2019 (p.90)
“Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional ”	PDI 2015-2019 (p.94)
“Incentivar (juntamente com os campi) a participação de docentes em programas de pós-doutorado, missões de intercâmbios científico e tecnológico, tanto nacionais quanto internacionais , e convênios com outras Instituições ou Empresas.	PDI 2015-2019 (p.129)
“Estimular a participação em programas de pós-doutorado, visitas de intercâmbios científico e tecnológico e convênios;”	PDI 2015-2019 (p.131)
“Ampliar e consolidar a projeção nacional e internacional da pesquisa no IFPB. Estratégia 1 – Promover a interação dos pesquisadores com outras instituições nacionais e internacionais .”	PDI 2015-2019 (p.131)
“Línguas Estrangeiras : Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos políticopedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras ; literatura; tradução.”	PDI 2015-2019 (p.140)
“Promover a solidariedade com o fortalecimento da integração entre IFPB e a sociedade - Promover a solidariedade internacional firmando convênios com países com padrão de vida entre baixo a médio.”	PDI 2015-2019 (p.147)

“Garantir a participação dos extensionistas em eventos nacionais e internacionais para apresentação de trabalhos”	PDI 2015-2019 (p.148)
“O IFPB tem como meta formar cidadãos na sua mais plena concepção: uma formação técnico-profissional bastante sólida, com os conhecimentos científicos e tecnológicos atuais nas áreas de oferta de seus cursos, que possa vir a dar retorno à sociedade, mas sem descuidar da educação humanística, da cultura geral, aliás, uma exigência internacional .”	PDI 2015-2019 (p.151)
“Atividades de complementação da formação social, humana e cultural envolvendo, entre outros: atividades esportivas; cursos de língua estrangeira ; práticas artísticas e culturais; organização de exposições; e seminários de caráter artístico ou cultural;”	PDI 2015-2019 (p.157)
CATEGORIA DE ANÁLISE C2 – Modelos de Financiamento da Internacionalização	
Aliada à estrutura física, necessita-se, também, de mecanismos de incentivo, fomento e incremento à pesquisa e à inovação, através de programas internos de bolsas para docentes e discentes pesquisadores	PDI 2010-2014 (p.60)
Estimular pesquisadores produtivos a engajar discentes de graduação no processo de investigação científica, oferecendo bolsas de IC para complementar aquelas fomentadas pelo CNPq;	PDI 2010-2014 (p.104)
Aumentar o volume de recursos destinados aos editais de fomento às bolsas de pesquisador e de iniciação científica;	PDI 2010-2014 (p.104)
“Manter os editais de fomento à pesquisa já existentes (Bolsa Pesquisador e Bolsas de Iniciação Científica), aumentando a quantidade e/ou os valores das bolsas a cada ano;”	PDI 2010-2014 (p.105)
. apreciar e encaminhar ao Conselho Superior estudos sobre a implantação e reformulação de programas de bolsas de pesquisa e de extensão; apreciar e encaminhar ao Conselho Superior os critérios para participação de servidores e alunos em atividades relacionadas a projetos de ensino, pesquisa ou extensão, para efeito de concessão de bolsas ou liberação para participação, observando a legislação pertinente;	PDI 2010-2014 (p.154)
– encaminhar ao Conselho Superior proposta de valores remuneratórios das Bolsas de ensino, pesquisa e extensão, para programas da instituição.	PDI 2010-2014 (p.155)
Rever critérios relativos à produtividade do pesquisador para concessão de bolsas dos Programas Institucionais, de modo a contemplar as diversas áreas de atuação. Criar mecanismos de concessão de bolsas dos Programas Institucionais, que favoreçam as diversas áreas de atuação	PDI 2015-2019 (p.130)
Programa de Bolsas, atendendo a política de Ensino, Pesquisa e Extensão;	PDI 2015-2019 (p.175)
encaminhar ao Conselho Superior proposta de valores remuneratórios das Bolsas de ensino, pesquisa e extensão, para programas da instituição.	PDI 2015-2019 (p.192)
CATEGORIA DE ANÁLISE C3 – Financiamento da Educação	
“Este Plano após aprovado no Conselho Superior e protocolizado no Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior do MEC (SAPIEnS/MEC) será integrado ao cotidiano deste Instituto, passando a orientar ações, dimensionar recursos , articular pessoas e monitorar indicadores, com vistas ao cumprimento das nossas metas e, por conseguinte, dos princípios, finalidades e objetivos definidos pela Lei nº 11.892/08.”	PDI 2010-2014 (p.v)
“Construir e difundir conhecimentos, apoiar tecnologicamente o setor produtivo, propiciar a iniciação científica aos discentes, fazer a realimentação curricular dos cursos, obter recursos para a instituição e incentivar a formação em pós-graduação dos servidores são algumas das razões que justificam tal importância.”	PDI 2010-2014 (p.59)
“O modelo de política de Gestão do Instituto Federal da Paraíba contemplará em suas ações a gestão por competências, a racionalidade, a alocação de recursos orçamentários de forma participativa e democrática, a humanização das relações e a transparência e democratização dos processos administrativos e acadêmicos,”	PDI 2010-2014 (p.72)
“As metas propostas para a pesquisa são: Aumentar o volume de recursos destinados aos editais de fomento às bolsas de pesquisador e de iniciação científica; (...)”	PDI 2010-2014 (p.104)
“Captar recursos junto às agências de fomento, através da elaboração de projetos, para as atividades de PD & I.”	PDI 2010-2014 (p.105)
“Estabelecer parcerias para captação de recursos ;”	PDI 2010-2014 (p.105)

“proceder levantamento de dados de Incubadoras, buscando identificar os seguintes parâmetros: (...) IV - recursos de fomento captados;”	PDI 2010-2014 (p.119)																																																
“ O Conselho Superior dividir-se-á em Câmaras Especializadas, havendo obrigatoriamente as de Orçamento e Finanças; de Ensino; de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; de Extensão; de Legislação e Normas; e de Assistência Estudantil.”	PDI 2010-2014 (p.151)																																																
“São competências do Colégio de Dirigentes: I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos ;”	PDI 2010-2014 (p.152)																																																
“XXII – encaminhar ao Conselho Superior proposta de valores remuneratórios das Bolsas de ensino, pesquisa e extensão, para programas da instituição.”	PDI 2010-2014 (p.155)																																																
“O acervo é constituído de acordo com os recursos orçamentários da Instituição, e deverá contemplar os diversos tipos de materiais, independente do suporte físico, servindo de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal da Paraíba.”	PDI 2010-2014 (p.182)																																																
“I - Constituir os Núcleos de Apoio às pessoas com necessidades Especiais - NAPNEs, dotando-os de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de educação inclusiva;”	PDI 2010-2014 (p.185)																																																
“As receitas do IFPB são decorrentes dos Recursos do Tesouro Nacional e de recursos próprios.”	PDI 2010-2014 (p.186)																																																
“O quadro abaixo demonstra o orçamento global do IFPB para o exercício de 2010 e a estimativa para o período de execução do PDI, com a discriminação dos elementos de despesa, que dependerão de aprovação de Projeto de Lei Orçamentária.”	PDI 2010-2014 (p.186)																																																
TABELA XXXIV – DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO <table><tr><th colspan="6">ORÇAMENTO GLOBAL</th></tr><tr><th colspan="6">FONTE : RECURSOS DO TESOURO E RECURSOS PRÓPRIOS</th></tr><tr><th>Despesas</th><th>2010</th><th>2011</th><th>2012</th><th>2013</th><th>2014</th></tr><tr><td>Pessoal</td><td>86.507.937</td><td>103.809.520</td><td>124.571.424</td><td>149.485.708</td><td>179.382.849</td></tr><tr><td>Benefícios</td><td>2.608.323</td><td>3.129.987</td><td>3.755.984</td><td>4.507.180</td><td>5.408.616</td></tr><tr><td>Custeio</td><td>21.019.665</td><td>25.223.598</td><td>30.268.317</td><td>36.321.980</td><td>43.586.376</td></tr><tr><td>Capital</td><td>17.352.466</td><td>20.822.959</td><td>24.987.550</td><td>29.985.060</td><td>35.982.072</td></tr><tr><td>Total</td><td>127.488.391</td><td>152.986.069</td><td>183.583.283</td><td>220.299.939</td><td>264.359.927</td></tr></table>		ORÇAMENTO GLOBAL						FONTE : RECURSOS DO TESOURO E RECURSOS PRÓPRIOS						Despesas	2010	2011	2012	2013	2014	Pessoal	86.507.937	103.809.520	124.571.424	149.485.708	179.382.849	Benefícios	2.608.323	3.129.987	3.755.984	4.507.180	5.408.616	Custeio	21.019.665	25.223.598	30.268.317	36.321.980	43.586.376	Capital	17.352.466	20.822.959	24.987.550	29.985.060	35.982.072	Total	127.488.391	152.986.069	183.583.283	220.299.939	264.359.927
ORÇAMENTO GLOBAL																																																	
FONTE : RECURSOS DO TESOURO E RECURSOS PRÓPRIOS																																																	
Despesas	2010	2011	2012	2013	2014																																												
Pessoal	86.507.937	103.809.520	124.571.424	149.485.708	179.382.849																																												
Benefícios	2.608.323	3.129.987	3.755.984	4.507.180	5.408.616																																												
Custeio	21.019.665	25.223.598	30.268.317	36.321.980	43.586.376																																												
Capital	17.352.466	20.822.959	24.987.550	29.985.060	35.982.072																																												
Total	127.488.391	152.986.069	183.583.283	220.299.939	264.359.927																																												
“Este Plano após aprovado no Conselho Superior e protocolizado no Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior do MEC (Sapiens/MEC) será integrado ao cotidiano deste Instituto, passando a orientar ações, dimensionar recursos , articular pessoas e monitorar indicadores, com vistas ao cumprimento das nossas metas e, por conseguinte, dos princípios, finalidades e objetivos definidos pela Lei nº 11.892/08.”	PDI 2015-2019 (p.iv)																																																
“ Definição de recurso no plano orçamentário para capacitação em nível de Minter e Dinter;”	PDI 2015-2019 (p.79)																																																
“Captação de recursos financeiros nas Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação;”	PDI 2015-2019 (p.79)																																																
11.1 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO <table><tr><th colspan="6">ORÇAMENTO GLOBAL</th></tr><tr><th colspan="6">FONTE: RECURSOS DO TESOURO E RECURSOS PRÓPRIOS</th></tr><tr><th>Despesas</th><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th></tr><tr><td>Pessoal</td><td>225.814.424</td><td>270.977.309</td><td>325.172.771</td><td>390.207.325</td><td>468.248.790</td></tr><tr><td>Benefícios</td><td>12.357.093</td><td>14.828.511</td><td>17.794.213</td><td>21.353.055</td><td>25.623.666</td></tr><tr><td>Custeio</td><td>64.733.442</td><td>77.680.130</td><td>93.216.156</td><td>111.859.387</td><td>134.231.264</td></tr><tr><td>Capital</td><td>38.628.505</td><td>46.354.206</td><td>55.625.047</td><td>66.750.056</td><td>80.100.067</td></tr><tr><td>Total</td><td>341.533.464</td><td>409.840.156</td><td>491.808.187</td><td>590.169.824</td><td>708.203.787</td></tr></table>		ORÇAMENTO GLOBAL						FONTE: RECURSOS DO TESOURO E RECURSOS PRÓPRIOS						Despesas	2015	2016	2017	2018	2019	Pessoal	225.814.424	270.977.309	325.172.771	390.207.325	468.248.790	Benefícios	12.357.093	14.828.511	17.794.213	21.353.055	25.623.666	Custeio	64.733.442	77.680.130	93.216.156	111.859.387	134.231.264	Capital	38.628.505	46.354.206	55.625.047	66.750.056	80.100.067	Total	341.533.464	409.840.156	491.808.187	590.169.824	708.203.787
ORÇAMENTO GLOBAL																																																	
FONTE: RECURSOS DO TESOURO E RECURSOS PRÓPRIOS																																																	
Despesas	2015	2016	2017	2018	2019																																												
Pessoal	225.814.424	270.977.309	325.172.771	390.207.325	468.248.790																																												
Benefícios	12.357.093	14.828.511	17.794.213	21.353.055	25.623.666																																												
Custeio	64.733.442	77.680.130	93.216.156	111.859.387	134.231.264																																												
Capital	38.628.505	46.354.206	55.625.047	66.750.056	80.100.067																																												
Total	341.533.464	409.840.156	491.808.187	590.169.824	708.203.787																																												
		PDI 2015-2019 (p.444)																																															

APÊNDICE B - COLETA DE OCORRÊNCIAS CATEGORIAS DE ANÁLISE - RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIOS DE GESTÃO (RG)	
AMOSTRA* DAS IDENTIFICAÇÕES	FONTE
CATEGORIA DE ANÁLISE C1 – Internacionalização da Educação	
Nenhuma amostra identificada	RG 2010
Reitoria: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais - ARINTER Ação: n° 01 Título: Divulgação Programa Jovens Embaixadores. Período: 01/02/11 a 31/08/11 Objetivo: Enviar alunos através do Programa Jovens Embaixadores nos EUA, para um período de três semanas com tudo pago. O Programa é destinado a alunos da rede pública com baixa renda, e de bom coeficiente escolar. A divulgação do Programa contribui para o fortalecimento dos laços do IFPB junto a Embaixada dos EUA, no Brasil, no que se refere a mobilidade acadêmica. Resultados alcançados: Um aluno do Campus João Pessoa conseguiu ficar entre os 42 selecionados para ser Jovem Embaixador nos EUA. Visita da Cônsul Geral do Consulado do Recife ao IFPB, em maio, para conhecer o Instituto e tomar conhecimento do trabalho da ARINTER no que diz respeito a intercâmbios e a divulgação dos programas da Embaixada Americana no IFPB. Reitoria: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais - ARINTER Ação: n° 02 Título: Divulgação do Programa de Bolsas Comissão Fulbright. Período: Março a Agosto/2011 Objetivo: Enviar tecnólogos com bolsa da Comissão Fulbright para os EUA. A divulgação dos Programas de bolsas Fulbright contribui para o fortalecimento dos laços entre o IFPB e da Casa Thomas Jefferson. Resultados alcançados: Três alunos do IFPB, foram selecionados para uma Bolsa pelo Programa da Fulbright. Reitoria: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais - ARINTER Ação: n° 03 Título: Promoção e Articulação de Acordos e Convênios para a Internacionalização do IFPB. Período: Março a Dezembro/2011 Objetivo: Estabelecer Convênio de Cooperação Técnica <u>Internacional</u> para promover a mobilidade acadêmica, intercâmbio no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Resultados alcançados: Assinatura de Convênio de Cooperação Técnica Internacional firmado entre o IFPB e a Universidade do Porto, Portugal, simultaneamente com Adenda com a FLUP - Faculdade de Letras. Reitoria: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais - ARINTER Ação: n° 04 Título: Incentivo a Pesquisadores a participarem de Eventos Internacionais. Período: Outubro a Novembro/2011 Objetivo: Incentivar os pesquisadores a articular convênios de cooperação internacional, participando de feiras e eventos internacionais que promovam a mobilidade acadêmica. Resultados alcançados: Formalização de Convênio com a Universidade do Porto e Adenda com a FLUP e a Faculdade de Engenharia – FEUP.	RG 2011 (p.7)

Reitoria: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais - ARINTER Ação: n° 05 Título: Incentivo a Pesquisadores a participarem de Eventos Internacionais. Período: Março a Dezembro/2011 Objetivo: Incentivar os pesquisadores, docentes e técnicos a participarem de eventos internacionais que favoreçam a internacionalização do IFPB. Resultados alcançados: Apresentação de Proposta do grupo de pesquisa em Gestão e Controle Ambiental da Área Meio Ambiente no II Seminário de Cooperação Internacional realizado no IFBA-Salvador, organizado pela Assessora Internacional Livia Simões e ministrado pelo Diretor de Assuntos Internacionais do Niagara College, Jos Nolle, objetivando estabelecer parceria. Reitoria: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais - ARINTER Ação: n° 06 Título: Implementação do Núcleo de Aprendizagem de Idiomas - NAI. Período: Março a Dezembro/2011 Objetivo: Implementar um Núcleo de Aprendizagem de Idiomas - NAI - a fim de promover cursos de línguas estrangeiras para fins de cooperação internacional e de cursos de língua portuguesa e cultura brasileira para estrangeiros. Resultados alcançados: Implementação do NAI nos Campi a partir de 2012, bem como, a contratação de professores e aquisição de livros.	RG 2011 (p.8)
Pró-Reitoria: Pró-Reitoria de Extensão – Campus de Picuí Ação: n° 25 Título: Programa de Intercâmbios: Curso Básico, Intermediário e Avançado de Língua Inglesa. Período: Outubro/2010 a Outubro/2011 Objetivo: O objetivo deste projeto é oferecer uma oportunidade para que alunos do ensino fundamental, técnico e superior da cidade de Picuí aprendam a falar, ler, escrever e compreender oralmente a língua inglesa, através de um curso de inglês. Resultados alcançados: Formação de uma turma com 25 alunos, possibilitando aos mesmos interpretar textos, assistir vídeos e ouvir músicas em inglês, com nível satisfatório de compreensão.	RG 2011 (p.11)
Pró-Reitoria: Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação – PRPIPG Ação: n° 58 Título: Programa Institucional de Bolsa Pesquisador. Período: 03/01/2011 a 30/12/2011 Objetivo: Incentivar a atividade de pesquisa efetuada por servidores do IFPB, com a disponibilização de bolsas no valor mensal de R\$ 500,00 pelo período de 12 meses, contribuindo, dessa forma, para a consolidação de linhas de pesquisa na Instituição. Resultados alcançados: A meta estabelecida para 2011 quanto ao aumento de bolsas foi alcançada. O número de bolsas passou de dezesseis (2010) para vinte e nove bolsas (2011), sendo concedidas catorze bolsas pelo Campus JP, quatro pelo Campus Campina Grande, cinco Campus Sousa, três Campus Cabedelo e três pelo Campus Cajazeiras. Os Projetos iniciados finalizados em 2011 atingiram seus objetivos. Pró-Reitoria: Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação – PRPIPG Ação: n° 59 Título: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT. Período: 03/01/2011 a 30/12/2011 Objetivo: a) Despertar vocação científica e estimular a formação de novos pesquisadores na Instituição, através da participação de servidores e discentes em projetos e atividades de pesquisa; b) Contribuir para a consolidação de linhas de pesquisa na Instituição, fortalecendo, assim, os Grupos de Pesquisa; c) Incentivar e aumentar o número de publicações técnicas pelos servidores e discentes do IFPB. Resultados alcançados: Foram cumpridas as metas estabelecidas para 2011 com o aumento do número de bolsas e do valor das mesmas. O número de bolsas passou de 38 para 82 bolsas PIBICT e de 18 para 48 bolsas PIBICT-JR, totalizando 130 bolsas. O valor das bolsas PIBICT passou de R\$ 200,00 (2010) para R\$ 250,00 (2011) e o valor das bolsas PIBICT-JR passou de R\$ 150,00 (2010) para R\$ 180,00 (2011).	RG 2011 (p.18)
Pró-Reitoria: Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação – PRPIPG Ação: n° 60 Título: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI / CNPq. Período: 03/01/2011 a 30/12/2011 Objetivo: a) Contribuir para a formação de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) Contribuir para o engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; c) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas do País. Resultados alcançados: Os projetos de pesquisa PIBITI (CNPq) do IFPB (agosto/2010 a julho/2011), em sua totalidade, alcançaram seus objetivos inclusive com a publicação de artigos em anais de eventos nacionais e internacionais. Esse resultado proporcionou que o CNPq promovesse um aumento do número de bolsas para o ano de 2011, passando de 38 para 40 bolsas.	

Campus: João Pessoa/COPEX Ação: n° 95 Título: Capacitação de Líderes e Mês da Pastoral da Criança na Confeção de Materiais de Limpeza. Período: 01/11/2011 a 30/11/2011 Objetivo: Sondagem com as líderes da Pastoral da Criança sobre as Comunidades. Recolhimento de matéria prima pelas líderes e produção dos materiais de limpeza. Elaboração de relatórios. Sondagem com as mães da Comunidade que são beneficiadas com a Pastoral da Criança. Divulgar resultados. Resultados alcançados: Publicação em artigos. Divulgação do Projeto nos maiores Congressos de Química do Brasil - Sociedade Brasileira de Química - 34ª Reunião Anual da SBQ, em Florianópolis e no IX Congresso Internacional de Tecnologia na Educação Internacional em Recife. Elevação da consciência ambiental dos voluntários da Pastoral da Criança e das mães assistidas.	RG 2011 (p.25)
Campus: Princesa Isabel Ação: n° 107 Título: Publicação de Artigo na Revista do 3rd SCE (International Students Conference on Electrodynamics and Mec - Development and Neural Control of a Robotic Manipulator With Two Degrees of Freedom. Período: 06/10 a 08/10/2011 Objetivo: Capacitação profissional e exposição da produção científica desenvolvida pelos professores do IFPB por meio da publicação em periódico de artigo científico. Resultados alcançados: Houve uma promoção do nome da instituição IFPB, visto que trata-se de publicação em periódico de evento internacional patrocinado pelo IEEE.	RG 2011 (p.27)
“As parcerias com instituições internacionais e a oferta de Educação à Distância, de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, o estímulo e crescimento da Pesquisa e da Extensão são parâmetro consolidadores do papel do Instituto previstos na Lei 11.892 de 2008.”	RG 2012 (p.01)
“Promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e internacionais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino, pesquisa e extensão.”	RG 2012 (p.05)
“Assessoria para Assuntos e Projetos Internacionais”	RG 2012 (p.07)
“A Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais é um órgão administrativo da Reitoria do IFPB responsável pela formalização institucional dos acordos acadêmicos de cooperação e de intercâmbio que se estabelecem entre o IFPB e outras instituições de ensino superior e de pesquisa, sediadas em diversos países.”	RG 2012 (p.12)
“São competências e atribuições da Assessoria: • Planejar, coordenar e executar as ações ligadas ao relacionamento internacional, primando pela colaboração multilateral entre as pessoas e órgãos envolvidos, em articulação com as Pró-Reitorias e as Direções Gerais dos Campi; · Encaminhar para organismos de fomento internacional propostas recebidas dos campi e acompanhar a execução das respectivas atividades; · Gerenciar, em articulação com os diversos setores do Instituto, junto a entidades financiadoras públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, visando à captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas diversas áreas do conhecimento; · Gerenciar, encaminhar e viabilizar, em conjunto com os diversos setores do Instituto, a realização de acordos e/ou convênios de cooperação internacional com instituições estrangeiras; · Promover e manter intercâmbios com instituições de ensino superior e da educação profissional, além de outros organismos internacionais; (...); · Promover intercâmbio de correspondência com professores visitantes e articular-se com as unidades acadêmicas e coordenações do IFPB para análise de seus currículos; · Elaborar e supervisionar a execução de programas internacionais entre o IFPB e outras entidades; (...)”	RG 2012 (p.12)
“Pró- Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós- Graduação: Promover intercâmbio com instituições nacionais e internacionais que atuem na pesquisa, na pós-graduação e na inovação;”	RG 2012 (p.18)
“EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES (...) evolução no quantitativo de grupos de pesquisa na Instituição e qualitativa no tocante a publicações, em periódicos nacionais e internacionais.”	RG 2012 (p.25)
“Estabelecimento de convênios internacionais proporcionando o intercâmbio científico, tecnológico e cultural, com centros de ensino da Europa e dos Estados Unidos;”	RG 2012 (p.25)

<table><tr><td>Unidade:</td><td>Campus Cajazeiras – Diretoria de Desenvolvimento de Ensino</td></tr><tr><td colspan="2">AÇÃO</td></tr><tr><td>Título:</td><td></td></tr><tr><td colspan="2">Participação em Eventos Diversos</td></tr><tr><td>Período:</td><td>23/01/2012 a 21/12/2012</td></tr><tr><td>Objetivos:</td><td></td></tr><tr><td colspan="2">Oportunizar os servidores a apresentação de trabalhos científicos gerados no IFPB.</td></tr><tr><td colspan="2">Participar em programas de treinamentos oferecidos por Empresas.</td></tr><tr><td>Resultados alcançados:</td><td></td></tr><tr><td colspan="2">FLISOL - Festival Latino de software Livre, em Patos-PB, em 28/04/2012.</td></tr><tr><td colspan="2">II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Florianópolis-SC, de 28/05 a 02/06/2012.</td></tr><tr><td colspan="2">Participação no Curso Padrão TQS – 2012, Recife-PE, de 05 a 08/07/2012.</td></tr><tr><td colspan="2">Participação no Curso de Capacitação “Programação e Operação do Centro de Usinagem D600, em Campinas-SP, de 12 a 18/08/2012.</td></tr><tr><td colspan="2">V Encontro Internacional de História Colonial, em Belém-PA, de 03 a 06/09/2012.</td></tr><tr><td colspan="2">XIX Congresso Brasileiro de Automática-CBA, em Campina Grande-PB, 31/08 a 06/09/2012.</td></tr></table>	Unidade:	Campus Cajazeiras – Diretoria de Desenvolvimento de Ensino	AÇÃO		Título:		Participação em Eventos Diversos		Período:	23/01/2012 a 21/12/2012	Objetivos:		Oportunizar os servidores a apresentação de trabalhos científicos gerados no IFPB.		Participar em programas de treinamentos oferecidos por Empresas.		Resultados alcançados:		FLISOL - Festival Latino de software Livre, em Patos-PB, em 28/04/2012.		II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Florianópolis-SC, de 28/05 a 02/06/2012.		Participação no Curso Padrão TQS – 2012, Recife-PE, de 05 a 08/07/2012.		Participação no Curso de Capacitação “Programação e Operação do Centro de Usinagem D600, em Campinas-SP, de 12 a 18/08/2012.		V Encontro Internacional de História Colonial, em Belém-PA, de 03 a 06/09/2012.		XIX Congresso Brasileiro de Automática-CBA, em Campina Grande-PB, 31/08 a 06/09/2012.		RG 2012 (p.30)
Unidade:	Campus Cajazeiras – Diretoria de Desenvolvimento de Ensino																														
AÇÃO																															
Título:																															
Participação em Eventos Diversos																															
Período:	23/01/2012 a 21/12/2012																														
Objetivos:																															
Oportunizar os servidores a apresentação de trabalhos científicos gerados no IFPB.																															
Participar em programas de treinamentos oferecidos por Empresas.																															
Resultados alcançados:																															
FLISOL - Festival Latino de software Livre, em Patos-PB, em 28/04/2012.																															
II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Florianópolis-SC, de 28/05 a 02/06/2012.																															
Participação no Curso Padrão TQS – 2012, Recife-PE, de 05 a 08/07/2012.																															
Participação no Curso de Capacitação “Programação e Operação do Centro de Usinagem D600, em Campinas-SP, de 12 a 18/08/2012.																															
V Encontro Internacional de História Colonial, em Belém-PA, de 03 a 06/09/2012.																															
XIX Congresso Brasileiro de Automática-CBA, em Campina Grande-PB, 31/08 a 06/09/2012.																															
<table><tr><td>Unidade:</td><td>Campus: Campina Grande – Coordenação de Assistência ao Estudante</td></tr><tr><td colspan="2">AÇÃO</td></tr><tr><td>Título:</td><td></td></tr><tr><td colspan="2">Organização e acompanhamento da participação de discentes em congressos/simpósios/aulas de campo/ eventos esportivos.</td></tr><tr><td>Período:</td><td>Março a dezembro de 2012.</td></tr><tr><td>Objetivo:</td><td></td></tr><tr><td colspan="2">Incentivar a produção acadêmica e aproximação com a área profissional do discente, como também a prática esportiva.</td></tr><tr><td>Resultados alcançados:</td><td></td></tr><tr><td colspan="2">Simpósio Internacional de Pesquisa em Educação Matemática - 27 alunos (Fortaleza/CE);</td></tr><tr><td colspan="2">Torneio da Liga Campinense de Basketball - 09 alunos (João Pessoa/PB);</td></tr></table>	Unidade:	Campus: Campina Grande – Coordenação de Assistência ao Estudante	AÇÃO		Título:		Organização e acompanhamento da participação de discentes em congressos/simpósios/aulas de campo/ eventos esportivos.		Período:	Março a dezembro de 2012.	Objetivo:		Incentivar a produção acadêmica e aproximação com a área profissional do discente, como também a prática esportiva.		Resultados alcançados:		Simpósio Internacional de Pesquisa em Educação Matemática - 27 alunos (Fortaleza/CE);		Torneio da Liga Campinense de Basketball - 09 alunos (João Pessoa/PB);		RG 2012 (p.46)										
Unidade:	Campus: Campina Grande – Coordenação de Assistência ao Estudante																														
AÇÃO																															
Título:																															
Organização e acompanhamento da participação de discentes em congressos/simpósios/aulas de campo/ eventos esportivos.																															
Período:	Março a dezembro de 2012.																														
Objetivo:																															
Incentivar a produção acadêmica e aproximação com a área profissional do discente, como também a prática esportiva.																															
Resultados alcançados:																															
Simpósio Internacional de Pesquisa em Educação Matemática - 27 alunos (Fortaleza/CE);																															
Torneio da Liga Campinense de Basketball - 09 alunos (João Pessoa/PB);																															

Unidade: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER/Reitoria AÇÃO Título: 2ª Conferência da UASnet em Bragança/Portugal Período: 2012 Objetivos: Estabelecer intercâmbio cultural com as Universidades: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP); Universidade Trás-os-Montes e Alto D'Ouro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança; Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Instituto Politécnico do Porto. Resultados alcançados: Foi formalizado parcerias com as Universidades e Institutos visitados.		
Unidade: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER/Reitoria AÇÃO Título: Estabelecer intercâmbio cultural com Universidades Período: 2012 Objetivos: Estabelecer intercâmbio cultural com o Instituto Superior de Agronomia e o Instituto Superior de tecnologia, ambos da Universidade Tecnológica de Lisboa, Universidade do Algarve, Instituto Politécnico do Porto e a UTAD. Resultados alcançados: Foi formalizado parcerias com as Universidades e Institutos visitados.		
Unidade: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER/Reitoria AÇÃO Título: Estabelecer/Reforçar parcerias com Instituições Internacionais de Ensino: Langara College - Canadá Período: 2012 Objetivos: Iniciar discussões futuras relacionadas a um intercâmbio de estudantes e pessoal entre as suas respectivas instituições. Observando quaisquer outras áreas de interesse mútuo para as suas instituições (Administração e Negócios, Desenho Gráfico, Artes, Informática, desenvolvimento para softwares, Gerenciamento de Recursos Ambientais; Turismo Sustentável; Gerenciamento de Hospitalidade; Intercâmbio de Professores e Alunos; Programas Customizados de Línguas Integradas a Área Curricular; Treinamento de Professores – Área de Humanas, Química e Matemática; Programas de Pesquisa na África; Programa de Ensino como Segunda Língua) onde possam colaborar conjuntamente, incluindo realizar iniciativas em outros países. Resultados alcançados: Envio de duas alunas para um ano Acadêmico através do sistema de cotas do Programa Ciência sem Fronteiras		
Unidade: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER/Reitoria AÇÃO Título: Estabelecer/Reforçar parcerias com Instituições Internacionais de Ensino: Cégep Du Vieux – Montreal - Canadá Período: 08.10.2010 a 08.09.2013 Objetivos: Intercâmbio de alunos e pessoal. Desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de comércio, construção civil, educação, geomática, gestão, indústria, informática, destacando-se processos de desenvolvimento de software para a internet, letras, meio ambiente, monitoramento da qualidade da água e o desenvolvimento sustentável, química, recursos pesqueiros, agropecuária. Resultados alcançados: Possibilidade de envio de estudantes para intercâmbio.		RG 2012 (p.105)

Unidade: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER/Reitoria AÇÃO Título: Estabelecer/Reforçar parcerias com Instituições Internacionais de Ensino: Universidade do Porto, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia. - Portugal Período: 24 de Novembro 2011 a 24 de outubro de 2016 Objetivos: Desenvolver programas conjuntos, visando: Intercâmbio de professores, pesquisadores e técnicos; Intercâmbio de alunos; Participação conjunta na organização de conferências, painéis, cursos, ou outros relacionados à aprendizagem; Permuta de periódicos, de trabalhos e resultados científicos, necessários ao desenvolvimento das pesquisas que em conjunto venham a desenvolver. Resultados alcançados: Intercâmbio cultural.	
Unidade: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER/Reitoria AÇÃO Título: Estabelecer Termo de Cooperação com Instituições Internacionais de Ensino: Universidade do Minho - Portugal Período: 28 de março 2012 a 28 de fevereiro de 2017 Objetivos: Facilitar a cooperação mútua nos campos do ensino, da pesquisa científica e técnica, bem como intercâmbio acadêmico e cultural, e o desenvolvimento de recursos, em todos os campos de comum interesse. Desenvolver programas conjuntos, visando: • Intercâmbio de professores, pesquisadores e técnicos; • Intercâmbio de alunos; • Participação conjunta na organização de conferências, painéis, cursos, ou outros relacionados a aprendizagem. Permuta de periódicos, de trabalhos e resultados científicos, necessários ao desenvolvimento das pesquisas que em conjunto venham a desenvolver. Resultados alcançados: Intercâmbio cultural.	RG 2012 (p.106)
Unidade: Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER/Reitoria AÇÃO Título: Estabelecer Termo de Cooperação com Instituições Internacionais de Ensino: Universidade de Trás os Montes e Alto D'Ouro (UTAD) Período: 15 março 2012 a 15 de fevereiro de 2017 Objetivos: Conjugar esforços com vista ao desenvolvimento de cooperação nos domínios do ensino e da investigação científica e técnica. a) o intercâmbio de professores, investigadores e técnicos; b) a permuta de estudantes; c) a organização conjunta de cursos, seminários, congressos ou outro tipo de realizações. Resultados alcançados: Ida de 10 professores da Área de Meio Ambiente para curso de capacitação de curta duração em novembro de 2012, através do Edital Nº 2 SETEC-MEC.	
“Outra ação relevante foi a adesão do Instituto ao Programa Ciências sem Fronteiras, que proporcionou intercâmbios através da participação de docentes e estudantes em cursos de capacitação em importantes universidades do exterior.”	RG 2013 (p.16)
“Diretoria de Extensão Tecnológica e Assuntos Comunitários (...) • Divulgar na comunidade interna programas nacionais e internacionais de extensão, informando sobre as instituições financiadoras, os prazos e os procedimentos;”	RG 2013 (p.36)
“Neste contexto, dentre as ações específicas da Pesquisa podemos destacar: a) Formação continuada de servidores com fomento à participação em eventos científicos nacionais e internacionais;”	RG 2013 (p.43)

“No ensino, dentre várias atuações, destacamos as ações desenvolvidas pela Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER, que em 2013 atuou cumprindo as diretrizes do programa Ciência sem Fronteiras, cuja finalidade é promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.” “· Participação do Encontro do Fórum de Assessores Internacionais da Rede Federal de Educação Profissional – FORINTER Palestras: · Panorama e perspectivas da internacionalização da Rede · (...)· Receptivo e envio de estudantes e servidores ao exterior · Procedimentos para Missões Internacionais · Planejamento Estratégico –Internacionalização da Rede Federal: Gestão · Ensino de idiomas na Rede Federal· Procedimentos, Gestão de Convênios/Acordos e Aspectos Legais Missões Internacionais.” “Intercâmbio de servidores e alunos e financiamento de projetos.”	RG 2013 (p.43)
“Convênios, mobilidade e promoção da internacionalização A ARINTER do IFPB vem estreitando relações com Instituições de diversas partes do mundo, de forma a identificar as oportunidades internacionais que dialoguem com as propostas atuais das atividades acadêmicas em curso em nossas unidades. No ano de 2013 mais acordos foram firmados entre o IFPB e instituições de ensino no exterior, conforme já mencionado no Item 1.6 do presente Relatório. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, também mantém convênio com três organizações para promoção do intercâmbio intercultural”	RG 2013 (p.155)
“4.1 Informações sobre o Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada As oportunidades identificadas para o IFPB e que podem ser utilizadas em seu favor, visando o cumprimento de sua missão, são as seguintes: (...)Programas de Intercâmbio”	RG 2014 (p.41)
“ampliação da internacionalização do instituto através do aumento do número de convênios e ofertas de intercâmbio.”	RG 2014 (p.288)
Título da Ação: Programa de apoio ao fortalecimento dos grupos de pesquisa do IFPB - Edital 17/2014 Descrição: Concessão de apoio financeiro (Taxa de bancada), destinado a líderes de grupos de pesquisa do IFPB, cadastrados junto ao CNPq e certificados pelo IFPB, por meio de processo seletivo definido nos termos do Edital 17/2014. Para este programa, foram disponibilizadas 45 (quarenta e cinco) taxas de bancada, cuja vigência foi de doze meses (novembro/2014 a outubro/2015), com valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) para cada líder de Grupo de Pesquisa (R\$ 800,00 em 2014 e R\$ 4.000,00 em 2015). Resultados alcançados: O apoio financeiro que beneficia as pesquisas no IFPB foi utilizado no financiamento de despesas relativas aos seguintes itens: Material bibliográfico; Programas/aplicativos de computador; Material de consumo e de insumos para pesquisa; Serviço de terceiros pessoa jurídica; Passagens nacionais ou para o exterior (exclusivamente para viagens de estudo, visitas técnicas e participações em reuniões científicas); Seguro-saúde para viagens ao exterior; Diárias, de acordo com a legislação vigente para servidores públicos federais (Decretos nº. 5.992/2006, 6.576/2008 e 6.907/2009); Taxa de inscrição, publicação de artigos e de minicurso em eventos científicos.	RG 2015 (p.74)

Título da Ação: Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq - PIBITI - Edital N° 16/2015 Descrição. O PIBITI é um programa que visa contribuir para a formação de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; colaborar para o engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das instituições no País; incentivar a instituição à formulação de uma política de iniciação em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação e possibilitar maior interação entre atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, desenvolvidas na graduação e na pós-graduação. Resultados alcançados: O programa, fomentado pelo CNPq, beneficia estudantes de graduação do ensino superior do IFPB, estimulando pesquisadores produtivos a envolverem discentes de graduação da área técnica e tecnológica em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação. Ademais, proporciona ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa tecnológica. Os resultados dos projetos foram apresentados no Simpósio de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação - SIMPIF, realizado durante o I Encontro Internacional de Educação Profissional, realizado pelo IFPB no período de 09 a 11 de dezembro de 2015.		RG 2015 (p.79)
Título da Ação: Disseminação da Cultura de Inovação Objetivos: Sensibilizar as comunidades interna e externa sobre a importância da inovação tecnológica associada ao compartilhamento de experiências Resultados Alcançados: Realização da 1ª Competição de Robótica do IFPB no Campus Picuí, cuja programação envolveu palestras e a competição de robótica. Os vencedores foram enviados pelo IFPB para a competição internacional nos Estados Unidos "Mercury Remote Robot Challenge"		RG 2015 (p.84)
Unidade: CAMPUS GUARABIRA Título da Ação: English Course Objetivo: Promover o ensino da língua inglesa de forma extracurricular. Estimular e incentivar a importância de aprendizado da língua para participação em programas internacionais de bolsa de estudos e afins		RG 2015 (p.154)
"Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;" (p46)		RG 2015 (p.246)
"O NEA envolve um grupo de professores orientadores, alunos bolsistas e voluntários que desenvolvem pesquisas, resultando em publicações e participações em eventos científicos nacionais e internacionais."		RG 2016 (p.124)
"As duas equipes vencedoras foram enviadas pelo IFPB para a competição internacional, Mercury Remote Robot Challenge, em OklahomaEUA, onde uma delas obteve o 1º lugar nesta competição"		RG 2016 (p.130)
"Apoiar à realização de palestras técnicas com palestrantes estrangeiros." "Contribuição para internacionalização do programa" (PPGEE)		RG 2016 (p.138)
"Acompanhar a representante da Universidade de Oklahoma durante o período de três dias em que irá conhecer a região e as instalações do Campus Picuí com vistas à preparação da vinda de estudantes daquela universidade para o intercâmbio que ocorrerá no segundo semestre de 2017."		RG 2016 (p.124)

 IFPB apresenta quatro projetos na Mostra de Experiências Exitosas: estudante e servidores expuseram trabalhos nas áreas de Gestão (PLANEJE 2025), Pesquisa e Internacionalização na Reditec 2017. Novembro/2017	 IFPB estreita laços com universidade Finlandesa: Instituto assinou acordo com o país em 2016 e pretende iniciar as ações de cooperação. Dezembro/2017	RG 2017 (p.15)
 Servidores do IFPB participam de curso de imersão no Canadá: foram treze Docentes e Técnico-Administrativos que participaram de experiência internacional em Toronto. Outubro/2017		RG 2017 (p.16)
 Encontro de Relações Internacionais termina com posse de Coordenadores: representantes serão parceiros da Arinter para fomentarem a política de internacionalização do IFPB em suas unidades de ensino. Agosto/2017		RG 2017 (p.17)
“Resposta ao Questionário Capes de Pesquisa de Mobilidade Acadêmica e Internacionalização das IES - Subsidiar a Capes com dados sobre estudantes internacionais matriculados na instituição durante o ano letivo de 2016 e estudantes brasileiros em mobilidade acadêmica - Diretoria de Pós-Graduação / PRPIPG.”		RG 2017 (p.102)
“Participação na comissão de planejamento/discussão sobre a "Política de Internacionalização do IFPB no Ensino, Pesquisa e Extensão" - Construir a Minuta de Resolução que dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Reitoria.”		RG 2017 (p.104)

01 - Ação Relevante Internacionalização em Casa Descrição da ação: MOU, Acordo, Cooperação, Convênios vigentes no ano de 2017 e/ou firmado e ou renovado em 2017 Datas da ação: 01/01/2017 - 29/12/2017 Público-alvo: Servidores <table><thead><tr><th colspan="3">CONVÊNIOS VIGENTES ATÉ 2017</th></tr><tr><th>Instituição</th><th>País</th><th>Datas</th></tr></thead><tbody><tr><td>Dawson College</td><td>Canadá</td><td>Memorando assinado em 29/05/2014- 29/05/2017 Expirado em</td></tr><tr><td>Rotary Club João Pessoa - Firmado em 2017</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Escola de C. Civil da PUC-Chile</td><td>Chile</td><td>- Convênio Renovado em 03/06/2013- 03/06/2017 Expirado em</td></tr><tr><td>Instituto of Technology Tralie</td><td>Irlanda</td><td>Convênio 28/12/2012- Expirado em 28/12/2017</td></tr><tr><td>Instituto Politécnico de Bragança</td><td>Portugal</td><td>28/10/2012 Expirado em 02/10/2017</td></tr><tr><td>Inst. Politécnico de Castelo Branco</td><td>Portugal</td><td>12/2012 Expirado em 30/12/2017</td></tr><tr><td>Inst. Polt. de Coimbra</td><td>Portugal</td><td>04/10/2012 Expirado em 03/10/2017</td></tr><tr><td>Inst. Polt. de Viana do Castelo (IPVC)</td><td>Portugal</td><td>23/10/2012 Expirado em 11/08/2017</td></tr><tr><td>Inst. Polt. da Guarda</td><td>Portugal</td><td>03/10/2012 Expirado em 02/10/2017</td></tr><tr><td>Universidade do Algarve</td><td>Portugal</td><td>04/10/2012 Expirado em 03/10/2017</td></tr><tr><td>Universidade do Porto-UPORTO24/11/2011</td><td>Portugal</td><td>Renovado em 2017</td></tr></tbody></table>	CONVÊNIOS VIGENTES ATÉ 2017			Instituição	País	Datas	Dawson College	Canadá	Memorando assinado em 29/05/2014- 29/05/2017 Expirado em	Rotary Club João Pessoa - Firmado em 2017			Escola de C. Civil da PUC-Chile	Chile	- Convênio Renovado em 03/06/2013- 03/06/2017 Expirado em	Instituto of Technology Tralie	Irlanda	Convênio 28/12/2012- Expirado em 28/12/2017	Instituto Politécnico de Bragança	Portugal	28/10/2012 Expirado em 02/10/2017	Inst. Politécnico de Castelo Branco	Portugal	12/2012 Expirado em 30/12/2017	Inst. Polt. de Coimbra	Portugal	04/10/2012 Expirado em 03/10/2017	Inst. Polt. de Viana do Castelo (IPVC)	Portugal	23/10/2012 Expirado em 11/08/2017	Inst. Polt. da Guarda	Portugal	03/10/2012 Expirado em 02/10/2017	Universidade do Algarve	Portugal	04/10/2012 Expirado em 03/10/2017	Universidade do Porto-UPORTO24/11/2011	Portugal	Renovado em 2017	RG 2017 (p.197)
CONVÊNIOS VIGENTES ATÉ 2017																																								
Instituição	País	Datas																																						
Dawson College	Canadá	Memorando assinado em 29/05/2014- 29/05/2017 Expirado em																																						
Rotary Club João Pessoa - Firmado em 2017																																								
Escola de C. Civil da PUC-Chile	Chile	- Convênio Renovado em 03/06/2013- 03/06/2017 Expirado em																																						
Instituto of Technology Tralie	Irlanda	Convênio 28/12/2012- Expirado em 28/12/2017																																						
Instituto Politécnico de Bragança	Portugal	28/10/2012 Expirado em 02/10/2017																																						
Inst. Politécnico de Castelo Branco	Portugal	12/2012 Expirado em 30/12/2017																																						
Inst. Polt. de Coimbra	Portugal	04/10/2012 Expirado em 03/10/2017																																						
Inst. Polt. de Viana do Castelo (IPVC)	Portugal	23/10/2012 Expirado em 11/08/2017																																						
Inst. Polt. da Guarda	Portugal	03/10/2012 Expirado em 02/10/2017																																						
Universidade do Algarve	Portugal	04/10/2012 Expirado em 03/10/2017																																						
Universidade do Porto-UPORTO24/11/2011	Portugal	Renovado em 2017																																						
“Ação Relevante Internacionalização em Casa – Afastamento do País Descrição da ação: Dar visibilidade à instituição e viabilizar possível assinatura de novos MOU/Acordos de cooperação/Convênios. Data da ação: 02/01/2017 - 29/12/2017 Público-alvo: Docentes e técnicos administrativos. TOTAL: 89; 77 docentes e 12 técnicos administrativos”	RG 2017 (p.197)																																							
“Ação Relevante Internacionalização em Casa Reunião com representante internacional - OSU/USA Descrição da ação: Convocação para Reunião de interesse Institucional/ Estratégias de execução do Plano de Trabalho - OSU/USA - Campus Picuí - FUNETEC-PB; Missão IFPB à OSU/USA; Possíveis Ações de Internacionalização a serem desenvolvidas entre o IFPB (outros Campi)- OSU/USA Data da ação: 18/01/2017 - 18/01/2017 Público- alvo: Servidores”	RG 2017 (p.197)																																							
“Ação Relevante Internacionalização em Casa Ofertar curso de Conversação em Língua Inglesa para servidores - parceria ARINTER-DEGP. 2017.1 Descrição da ação: Capacitar servidores para fortalecer a política de internacionalização em casa e a política linguística/de línguas Data da ação: 21/02/2017 - 20/06/2017 Público-alvo: Docentes e técnicos administrativos”	RG 2017 (p.197)																																							
“Ação Relevante Participar da "Conferência FAUBAI 2017" Descrição da ação: Abordar sobre a Temática Geral: Novas Tendências na Internacionalização da Educação Superior: Compromisso Social e Inovação, discutindo questões ligadas à inclusão, acesso, reciprocidade, novas tecnologias e cidadania global, entre outros importantes desafios da internacionalização da educação superior. Data da ação: 08/04/2017 - 12/04/2017 IFPB 197 Público-alvo: 560 participantes - com metade de estrangeiros de 28 países, representando todos os continentes”	RG 2017 (p.197)																																							
“Ação Relevante Internacionalização em casa Descrição da ação: Web- conferência com JAMK University of Applied Sciences (Sirpa Laitinen- Vaananen) Data da ação: 22 de maio de 2017 – 9h às 15h Público- alvo: Reitores da Câmara de Internacionalização, Fórum dos Assessores Internacionais (FORINTER) Assunto: Teacher Education (Vocational, Higher Education), Professional development programs for principles, educational directors, teachers, Collaboration between enterprises and educational institutions, to enhance work-based learning, New educational technology and its use Special needs education”	RG 2017 (p.198)																																							
“Dentre os registros de marcas, patentes e softwares, dá-se destaque ao registro do Bubu Digital, projeto que participou de vários eventos e recebeu importantes premiações - tanto nacional como internacional”.	RG 2017 (p.229)																																							
“Organização do Encontro Internacional de Educação Profissional - O Encontro Internacional de Educação Profissional foi realizado nos dias 9 a 11 de dezembro. O evento foi promovido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) reunindo 1500 profissionais da educação de todo o país e professores da Finlândia e Holanda.”	RG 2017 (p.416)																																							
“sendo destaque o grupo de robótica, cujos trabalhos têm sido premiados em diversos eventos nacionais e selecionados para representar o Brasil em uma competição internacional no México.”	RG 2017 (p.670)																																							
“Participar na final nacional do Torneio da Juventude de Robótica (TJR) em São Luís – MA- COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA (MSI) - Três equipes conseguiram destaque na TJR, se classificando para a etapa internacional que será disputada na Argentina em 2018.”	RG 2017 (p.705)																																							
“Projetos com destaques na área internacional. ENGENHARIA CIVIL: Projeto intitulado “Adição de tetra PAK triturado na fabricação de tijolos e argamassa”, apresentado em Portugal na cidade de Lisboa. Evento The 6Th International conference on manufacturing Engineering and Process, de 27 a 29 de maio de 2017. ENGENHARIA: Projeto intitulado “MyData: um motor de busca para portais de dados abertos”, apresentado na França na cidade de Lyon. Evento Electronic Government and the Information Systems Perspective- 6th International Conference, EGOVIS 2017., de 28 a 31 de agosto de 2017.”	RG 2017 (p.742)																																							

“Consolidar programas, projetos e ações institucionais que visem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação do IFPB, estimulando, sobretudo, a atuação em rede e o fortalecimento dos grupos de pesquisa certificados CNPQ”	RG 2018 (p.29)
“Estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, intercâmbio, interinstitucionais e internacionais ”	RG 2018 (p.30)
“ Internacionalização (Área 12-INTER) - Capítulo 6 do Relato Integrado ao TCU”	RG 2018 (p.82)
“Participar do II Painel/workshop de Internacionalização no contexto do IFPB. Para implementar e consolidar processos de internacionalização do ensino, pesquisa e extensão, inovação e gestão no âmbito do IFPB. Sem custo envolvidos.”	RG 2018 (p.188)
“um outro desafio a ser considerado é a inserção da internacionalização no ensino, pes, inovação e gestão”	RG 2018 (p.270)
“Realizar uma missão internacional - participação de reuniões de trabalho, conhecer e visitar a Instituição La Corporación Unificada Nacional de Educación Superior - CUN, e prestigiar o Mercury Robotic Challenge”	RG 2018 (p.271)
“Participar em palestra de apresentação do Programa Leitores Franceses. - A palestra será proferida pela professora Joséphine Correia Cardoso que apresentará o Programa Leitores Franceses – Nenhum custo envolvido”	RG 2018 (p.277)
“Participar em Webinar (Videoconferência) da RIERAL - Red Regional para el Fomento de la Internacionalización de la Educación Superior en América Latina. - Dialogar sobre: ¿La Movilidad Estudiantil para Créditos y su Gestión en las Instituciones de Educación Superior. - A Webinar será desenvolvida na Língua Espanhola e posteriormente será publicada nas redes sociais do Projeto Erasmus+ RIERAL - Rede Regional para o Fomento da Internacionalização da Educação Superior na América Latina.”	RG 2018 (p.278)
“Capacitar os servidores, através de intercâmbio no Canadá. - Proporcionar ao servidor a vivência com a Língua Inglesa em um país estrangeiro - ILSC Schools of Canada. - Para esta ação o IFPB não terá ônus, ficando o servidor responsável pelos custos.”	RG 2018 (p.289)
“Orientar e apoiar um docente em planejamento de viagem internacional . Orientar e apoiar a discente Lígia Araújo Barros, aluna EaD selecionada para o Intercâmbio 2019 no Canadá. Orientar e apoiar a discente Eulene Sales no processo de seleção para os Jovens Embaixadores 2019 - No IFPBCampus Picuí e em João Pessoa. - Nenhum custo envolvido.”	RG 2019 (p.13)
“Líder global em telecomunicações premia IFPB em competição internacional — O Campus do IFPB em Campina Grande marcou presença no evento da Final Nacional do Huawei ICT Competition. Na etapa Final Regional ocorrida na cidade do México, os estudantes conquistaram o 3º lugar, disputando com diversos outros países da América Latina.”	RG 2019 (p.15)
“IFPB é destaque em torneio internacional de robótica — Equipes do Campus do IFPB em Cajazeiras conquistaram primeiro lugar em quatro desafios na International Tournament of Robots.”	RG 2019 (p.15)
“Fomento a internacionalização por meio de editais de Intercâmbio para discentes dos cursos na modalidade a distância”	RG 2019 (p.143)
“Chamada Interna nº 01/2019 - Processo Interno Simplificado para seleção de docente para acompanhar estudantes que realizarão intercâmbio no Canadá.”	RG 2019 (p.245)
“Envios de alunos da Educação à Distância para participação em imersão de língua inglesa no Canadá. O intercâmbio faz parte do Projeto "English Through Toronto" e é uma parceria entre a Arinter e a Diretoria de Educação a Distância e Programas Especiais (DEAD) - As despesas dos alunos serão custeadas pela Diretoria de Educação a Distância.”	RG 2019 (p.249)
“Elaboração de Resolução para aprovação do Programa de Auxílio ao Estudante Estrangeiro do Instituto Federal da Paraíba – IFPB”	RG 2019 (p.258)
“Fomento a internacionalização por meio de editais de Intercâmbio para discentes dos cursos na modalidade a distância - 60.000,00	RG 2019 (p.600)
“Continuar projeto " English Through Toronto"- Promover intercâmbio de discentes da modalidade a distância do IFPB - Realização de seleção de alunos; intercâmbio - R\$ 60.000,00”	RG 2019 (p.603)

“duas equipes classificadas para a Etapa Internacional do TJR (International Tournament Robots) que acontecerá em Junho de 2020 na Argentina.”	RG 2019 (p.1002)
Categoria de Análise C2 – Modelos de Internacionalização	
Os projetos de pesquisa PIBITI (CNPq) do IFPB (agosto/2009 a julho/2010), em sua totalidade, alcançaram seus objetivos. Esse resultado proporcionou um aumento significativo do número de bolsas para o ano de 2010, passando de 13 para 38 bolsas. Os resultados dos projetos de pesquisa contemplados no período serão efetivamente observados com a entrega dos relatórios que ocorrerá no final do período de vigência dos projetos aprovados. Os projetos submetidos em 2009 atingiram, na sua totalidade, os objetivos propostos, inclusive com a publicação de artigos em anais de eventos nacionais e internacionais, bem como em periódicos internacionais, além da apresentação dos resultados desses projetos na Semana de Ciência e Tecnologia do IFPB.	RG 2010 (p.22)
Um aluno do Campus João Pessoa conseguiu ficar entre os 42 selecionados para ser Jovem Embaixador nos EUA. Visita da Cônsul Geral do Consulado do Recife ao IFPB, em maio, para conhecer o Instituto e tomar conhecimento do trabalho da ARINTER no que diz respeito a intercâmbios e a divulgação dos programas da Embaixada Americana no IFPB.	RG 2011 (p.7)
Campus Princesa Isabel – ‘Publicação de Artigo na Revista do 3rd SCE (International Students Conference on Electrodynamics and Mec - Development and Neural Control of a Robotic Manipulator With Two Degrees of Freedom.	RG 2011 (p.27)
evolução no quantitativo de grupos de pesquisa na Instituição e qualitativa no tocante a publicações, em periódicos nacionais e internacionais.	RG 2012 (p.25)
Cajazeiras V Encontro Internacional de História Colonial, em Belém-PA, de 03 a 06/09/2012	RG 2012 (p.30)
Cajazeiras 9º Simpósio Internacional NUTAU, em São Paulo-SP, de 17 a 20/10/2012.	RG 2012 (p.31)
CG - Simpósio Internacional de Pesquisa em Educação Matemática - 27 alunos (Fortaleza/CE);	RG 2012 (p.46)
Monteiro Título: FICONS. (Feira Internacional da Construção Civil) - Centro de Convenções - Olinda (PE) Período: 04/10/2012 a 06/10/2012 Objetivo: Participar da FICONS Resultados alcançados: Os alunos do 3º, 4º 5º e 6º período do CST em Construção de Edifícios participaram do evento na companhia dos Professores Whelson Brito e Walter Barros.	RG 2012 (p.76)
(...)ampliação da internacionalização do instituto através do aumento do número de convênios e ofertas de intercâmbio (...)	RG 2014
Título da Ação: Realização do Encontro Internacional de Educação Profissional Evento de grande porte que contou concomitantemente com: Workshop Internacional de Inovação na Educação Profissional Encontro de Educação a Distância Resultados alcançados: Aproximadamente 2.200 participantes que expuseram trabalhos, palestras, seminários e workshops. Mais de 150 servidores e alunos envolvidos na organização do evento. Participação do Ministro da Educação, comitiva de professores da Holanda e da Finlândia. Lançado a nova chamada pública do CNPQ para o Programa Professores para o Futuro (BrasilFinlândia).	RG 2015 (p. 73)
Realização da 1ª Competição de Robótica do IFPB no Campus Picuí, cuja programação envolveu palestras e a competição de robótica. Os vencedores foram enviados pelo IFPB para a competição internacional nos Estados Unidos “Mercury Remote Robot Challenge”	RG 2015 (p.81)
Servidores do IFPB participam de curso de imersão no Canadá: foram treze Docentes e Técnico-Administrativos que participaram de experiência internacional em Toronto.	RG 2017 (p. 16)
Servidores autorizados para afastamento do país	RG 2017 (p.200)
“Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Inglês Básico, de 180h, objetivou possibilitar a 25 cidadãos areienses a aprendizagem das habilidades linguísticas (ler, escrever, ouvir e falar) em um nível básico de inglês. O Curso foi uma ação do Programa de formação de empreendedores do turismo da cidade de Areia. A verba geral para a execução do Programa de Extensão foi de R\$8.750,00 . Desse valor, R\$3.750,00 foi destinado a pagamento de bolsa a alunas. Cinco mil reais, de taxa de bancada, foram gastos nesse Curso e em outras 2 (duas) ações de extensão parte do Programa. A verba foi proveniente da Reitoria. Vinte e duas pessoas concluíram o Curso FIC em Inglês Básico”	RG 2017 (p.630-631)
Projeto intitulado “Adição de tetra PAK triturado na fabricação de tijolos e argamassa”, apresentado em Portugal na cidade de Lisboa. Evento The 6Th International conference on manufacturing Engineering and Process, de 27 a 29 de maio de 2017.	RG 2017 (p.742)
Projeto intitulado “MyData: um motor de busca para portais de dados abertos”, apresentado na França na cidade de Lyon. Evento Electronic Government and the Information Systems Perspective- 6th International Conference, EGOVIS 2017., de 28 a 31 de agosto de 2017.	

Participação em evento internacional - 5º Congresso UNESCO UNITWIN - Coimbra- Portugal - Para apresentação oral de trabalho. (R\$ 4.000,00 ajuda de custo)	
“Pré-selecionar os estudantes do IFPB para participação no Programa de Bolsas de Estudo Canadá - Brasil (cbps) 2019-2020) - através do Edital de Nº CONIF/AI Nº 004/2018 de 19 de novembro de 2018.”	RG 2018 (p.278) 115
O edital terá como objetivo de conceder bolsas aos estudantes selecionados para o curso de imersão de língua inglesa, este terá duração de quatro semanas, com a data de início prevista para 08 de outubro de 2108, na cidade de Toronto, Canadá.	RG 2018 (p. 272)
Realizar uma missão internacional - participação de reuniões de trabalho, conhecer e visitar a Instituição La Corporación Unificada Nacional de Educación Superior - CUN, e prestigiar o Mercury Robotic Challenge: Link de acesso: https://www.ifpb.edu.br/noticias/2018/04/ifpb-realiza-visita-a-corporacionunificada-nacional-da-colombia . (Ajuda de custo, di e passag)	RG 2018 (p. 271)
Participar no fórum de Relações Internacionais das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORINTER). (Ajuda de custo, di e passag)	
Líder global em telecomunicações premia IFPB em competição internacional — O Campus do IFPB em Campina Grande marcou presença no evento da Final Nacional do Huawei ICT Competition. Na etapa Final Regional ocorrida na cidade do México, os estudantes conquistaram o 3º lugar, disputando com diversos outros países da América Latina	RG 2019 (p. 15)
► IFPB é destaque em torneio internacional de robótica — Equipes do Campus do IFPB em Cajazeiras conquistaram primeiro lugar em quatro desafios na International Tournament of Robots.	
Envios de alunos da Educação à Distância para participação em imersão de língua inglesa no Canadá. O intercâmbio faz parte do Projeto "English Through Toronto" e é uma parceria entre a Arinter e a Diretoria de Educação a Distância e Programas Especiais (DEAD) - As despesas dos alunos serão custeadas pela Diretoria de Educação a Distância.	RG 2019 (p. 249)
As despesas dos alunos serão custeadas pela Diretoria de Educação a Distância.Fomento aos editais 60.000,00	RG 2019 (p. 600)
Incentivar a capacitação por meio da participação no IV Seminário Internacional de Educação a Distância (SEMEAD em Natal-RN, no período de 15 a 17 de maio de 2019. Disponibilização de recursos orçamentários	RG 2019 (p. 602)
Viabilizar a Participação de Alunos no I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade e III Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido - Os alunos farão as submissões de trabalhos e se aceito, receberão ajuda de custo para participar. 6.157,6 - Referente a ajuda de Custo.	RG 2019 (p. 973)
Categoria de Análise C3 - Financiamento da Educação	
Campus: Cajazeiras Ação: nº 06 Título: Programa de Moradia Período: Março a Dezembro de 2010 Objetivo: O Programa de Moradia visa garantir ao estudante migrante, informações, orientações, apoio e recursos financeiros necessários a sua permanência na Instituição, com as condições plenas para o desenvolvimento de sua formação acadêmica e seus direitos de cidadania. Resultados alcançados: Foram pagas 45 alunos (residências masculina e feminina).	RG 2010 (p.41)

Campus: João Pessoa Ação: nº 13 Título: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO - PROBEXT Período: Setembro/2010 a Agosto/2011 Objetivo: Incentivo à atividade de extensão efetuada por servidores e estudantes do IFPB – Campus João Pessoa, com a disponibilização de bolsas para estudantes no valor mensal de R\$ 200,00 pelo período de 12 meses, contribuindo para a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na Instituição. Resultados alcançados: A meta estabelecida para 2010 quanto ao aumento de bolsas foi alcançada. O número bolsas passou de onze (2009) para vinte bolsas (2010). Os resultados dos projetos de extensão aprovados serão efetivamente observados com a entrega dos relatórios, a qual ocorrerá no final do período de vigência das bolsas. O valor das bolsas passou de R\$ 150,00 (2009) para R\$ 200,00 (2010).	RG 2010 (p.52)																																																																																																													
Campus: João Pessoa Ação: nº 22 Título: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica - PIBICT Período: Agosto/2010 a Julho/2011 Objetivo: Despertar vocação científica e estimular a formação de novos pesquisadores na Instituição, através da participação de servidores e discentes em projetos e atividades de pesquisa; Contribuir para a consolidação de linhas de pesquisa na Instituição, fortalecendo, assim, os Grupos de Pesquisa; Incentivar e aumentar o número de publicações técnicas pelos servidores e discentes do IFPB. Resultados alcançados: Foram cumpridas as metas estabelecidas para 2010 para o aumento do número de bolsas, bem como no valor das bolsas PIBICT. O número de bolsas de nível superior (PIBICT) passou para 25 e de nível médio(PIBICT-JR) para 9 bolsas, sendo todas pagas com recursos do Campus João Pessoa. O valor das bolsas PIBICT passou de R\$ 180,00 (2009) para R\$ 200,00 (2010) e o valor das bolsas PIBICT -JR passou de R\$ 120,00 (2009) para R\$ 150,00 (2010). Os resultados dos projetos de pesquisa serão efetivamente observados com a entrega dos relatórios que ocorrerá no	RG 2010 (p.54)																																																																																																													
TABELA VII - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES valores em R\$ 1,00 <table><tr><th colspan="2" rowspan="4">Origem dos Créditos Orçamentários</th><th colspan="6">Grupos de Despesas Correntes</th></tr><tr><th colspan="2">1 – Pessoal e Encargos Sociais</th><th colspan="2">2 – Juros e Encargos da Dívida</th><th colspan="2">3- Outras Despesas Correntes</th></tr><tr><th colspan="2">Exercícios</th><th colspan="2">Exercícios</th><th colspan="2">Exercícios</th></tr><tr><th>2009</th><th>2010</th><th>2009</th><th>2010</th><th>2009</th><th>2010</th></tr><tr><td rowspan="3">LOA</td><td>Dotação proposta pela UO</td><td>66.898.830</td><td>86.507.937</td><td>-</td><td>-</td><td>12.977.604</td><td>21.542.089</td></tr><tr><td>PLOA</td><td>66.898.830</td><td>88.261.033</td><td>-</td><td>-</td><td>12.977.604</td><td>21.502.089</td></tr><tr><td>LOA</td><td>66.898.830</td><td>88.261.033</td><td>-</td><td>-</td><td>12.977.604</td><td>21.502.089</td></tr><tr><td rowspan="6">CRÉDITOS</td><td>Suplementares</td><td>26.057.587</td><td>25.582.424</td><td>-</td><td>-</td><td>1.965.313</td><td>3.662.631</td></tr><tr><td rowspan="2">Especiais</td><td>Abertos</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>12.558</td><td>-</td></tr><tr><td>Reabertos</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td rowspan="2">Extraordinários</td><td>Abertos</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Reabertos</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Créditos Cancelados</td><td>27.339</td><td>25.764</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td colspan="2">Outras Operações</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>491.528</td><td>2.711.507</td></tr><tr><td colspan="2">Total</td><td>92.929.078</td><td>113.817.613</td><td>-</td><td>-</td><td>14.463.947</td><td>22.453.213</td></tr></table> Fonte: SIAFI GERENCIAL	Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		Exercícios		Exercícios		Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010	LOA	Dotação proposta pela UO	66.898.830	86.507.937	-	-	12.977.604	21.542.089	PLOA	66.898.830	88.261.033	-	-	12.977.604	21.502.089	LOA	66.898.830	88.261.033	-	-	12.977.604	21.502.089	CRÉDITOS	Suplementares	26.057.587	25.582.424	-	-	1.965.313	3.662.631	Especiais	Abertos	-	-	-	-	12.558	-	Reabertos	-	-	-	-	-	-	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-	Reabertos	-	-	-	-	-	-	Créditos Cancelados	27.339	25.764	-	-	-	-	Outras Operações		-	-	-	-	491.528	2.711.507	Total		92.929.078	113.817.613	-	-	14.463.947	22.453.213	RG 2010 (p.63)
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes																																																																																																											
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes																																																																																																							
			Exercícios		Exercícios		Exercícios																																																																																																							
		2009	2010	2009	2010	2009	2010																																																																																																							
LOA	Dotação proposta pela UO	66.898.830	86.507.937	-	-	12.977.604	21.542.089																																																																																																							
	PLOA	66.898.830	88.261.033	-	-	12.977.604	21.502.089																																																																																																							
	LOA	66.898.830	88.261.033	-	-	12.977.604	21.502.089																																																																																																							
CRÉDITOS	Suplementares	26.057.587	25.582.424	-	-	1.965.313	3.662.631																																																																																																							
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	12.558	-																																																																																																						
		Reabertos	-	-	-	-	-	-																																																																																																						
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-																																																																																																						
		Reabertos	-	-	-	-	-	-																																																																																																						
	Créditos Cancelados	27.339	25.764	-	-	-	-																																																																																																							
Outras Operações		-	-	-	-	491.528	2.711.507																																																																																																							
Total		92.929.078	113.817.613	-	-	14.463.947	22.453.213																																																																																																							
	RG 2010 (p.64)																																																																																																													

TABELA VIII - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.628.342	19.438.365	-	-	-	-	
	PLOA	2.627.342	20.238.365	-	-	-	-	
CRÉDITOS	LOA	2.627.342	20.238.365	-	-	-	-	
	Suplementares		21.000	2.953.637	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	288.930	-	-	-	-	
Total		2.648.342	22.903.072	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

TABELA IX - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	12.977.604	108.050.026	2.628.342	19.438.365	-	-	
	PLOA	12.977.604	109.763.122	2.627.342	20.238.365	-	-	
	LOA	12.977.604	109.763.122	2.627.342	20.238.365	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	1.965.313	29.245.055	21.000	2.953.637	-	-	
	Especiais	Abertos	12.558	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		491.528	2.737.271	-	288.930	-	-	
Total		14.463.947	136.270.906	2.648.342	22.903.072	-	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4) Em 2010, foi firmado um Termo de Cooperação entre o IFPB e a Universidade Federal de Pernambuco, para a realização de doutorado Intersintitucional em Ciências da Computação. Vale ressaltar, que não foi repassado nenhum valor até o momento. O Termo se encontra vigente.

RG 2010 (p.64)

Nenhuma informação a acrescentar, as principais ocorrência já indicada em outros anos.

RG 2011

“A Execução Orçamentária nos diversos Programas e Ações do Orçamento definidas na LOA 2012, sé parte integrante do presente Relatório, oportunizando a avaliação da qualidade do Gasto Público no Instituto, em todas as suas Unidades.”

RG 2012 (p.06)

“Conselho Superior (...)

- Apreciar e recomendar a proposta orçamentária anual;”

RG 2012 (p.06)

“elaborar, juntamente com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Interiorização, a proposta orçamentária do Instituto, em articulação com todas as Pró-Reitorias e Diretorias Gerais dos Campi;”

RG 2012 (p.12)

“Gerenciar, em articulação com os diversos setores do Instituto, junto a entidades financiadoras públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, visando à captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas diversas áreas do conhecimento;”

RG 2012 (p.12)

“Auxiliar na elaboração da matriz orçamentária;”

RG 2012 (p.16)

“Promover articulação com os órgãos de fomento no sentido de ampliar a captação de recursos ;”	RG 2013 (p.36)				
“Assim, destacamos sucintamente neste documento, os principais Objetivos Estratégicos, Metas e Ações que nortearam a execução do orçamento relativo ao exercício de 2013 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, (...)”	RG 2013 (p.43)				
“ Estudantes do IFPB poderão fazer estágio (TCC) por dois meses na OSU, sem pagar mensalidade, também nesse período podem assistir aula, porém não terão créditos. Apenas alunos que pagam mensalidade poderão ter créditos. Isto será financiado pelo IFPB.”	RG 2013 (p.43)				
<table border="1"><tr><td>Título:</td></tr><tr><td>Programa Novo Prodoutoral/CAPES - Lançamento, acompanhamento do processo seletivo e Cadastramento dos Bolsistas selecionados</td></tr><tr><td>Resultados alcançados:</td></tr><tr><td>Processo seletivo concluído; Percepção de 03 bolsas/auxílio moradia a docentes doutorandos do IFPB (recursos da CAPES).</td></tr></table>	Título:	Programa Novo Prodoutoral/CAPES - Lançamento, acompanhamento do processo seletivo e Cadastramento dos Bolsistas selecionados	Resultados alcançados:	Processo seletivo concluído; Percepção de 03 bolsas/auxílio moradia a docentes doutorandos do IFPB (recursos da CAPES).	RG 2014 (p.73)
Título:					
Programa Novo Prodoutoral/CAPES - Lançamento, acompanhamento do processo seletivo e Cadastramento dos Bolsistas selecionados					
Resultados alcançados:					
Processo seletivo concluído; Percepção de 03 bolsas/auxílio moradia a docentes doutorandos do IFPB (recursos da CAPES).					
<table border="1"><tr><td>Título da Ação: Acompanhamento do Programa de Mestrado em Engenharia Elétrica</td></tr><tr><td>Descrição: Acompanhar e apoiar a execução do PPGEE no tocante a lançamento de editais de processos seletivos, cadastramento de bolsistas, homologação de dados junto à CAPES e pagamento de 04 bolsas a estudantes, no valor de 1.500,00 reais.</td></tr></table>	Título da Ação: Acompanhamento do Programa de Mestrado em Engenharia Elétrica	Descrição: Acompanhar e apoiar a execução do PPGEE no tocante a lançamento de editais de processos seletivos, cadastramento de bolsistas, homologação de dados junto à CAPES e pagamento de 04 bolsas a estudantes, no valor de 1.500,00 reais.	RG 2015 (p.79)		
Título da Ação: Acompanhamento do Programa de Mestrado em Engenharia Elétrica					
Descrição: Acompanhar e apoiar a execução do PPGEE no tocante a lançamento de editais de processos seletivos, cadastramento de bolsistas, homologação de dados junto à CAPES e pagamento de 04 bolsas a estudantes, no valor de 1.500,00 reais.					
“Mesmo com a crise e contingenciamento de recursos na administração federal, o Instituto Federal da Paraíba deu sequência à política de internacionalização contemplando a mobilidade de docentes e discentes em instituições de excelência acadêmica a partir das políticas do Governo Federal. 15 alunos foram contemplados pelo Ciência Sem Fronteiras para Holanda, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Itália e Hungria em 2015/2016;”	RG 2016 (p.17)				
“Seleção de bolsista (CNPQ/DTIB) disponibilizado pelo projeto ao IFPB. Acompanhamento das atividades do bolsista do projeto. Participação de reuniões, eventos e treinamentos relacionados ao projeto. Gestão dos recursos do projeto, como ordenador de despesas, através do portal da rede NITNE.”	RG 2016 (p.128)				
“Processo de gestão dos recursos de diárias no PARFOR/IFPB - Autorização para pagamento de diárias por meio do recurso existente do TED 5418 / IFPB- CAPES - TED 5418 - CAPES/IFPB - Recurso de R\$ 19.160,00 (Dezenove mil, cento e sessenta reais) - (Diárias e passagens 33901400) Recurso utilizado parcialmente conforme a demanda do programa durante o ano”	RG 2017 (p.97)				
“Gestão do recurso TED 5418 CAPES/IFPB para pagamento de empresa para realização de evento científico” “ Recurso proveniente do TED 5418 CAPES/IFPB - R\$ 20820.00 (vinte mil, oitocentos e vinte reais) - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 33903900)”	RG 2017 (p.97)				
“ Intercâmbio e Mobilidade de servidores e alunos, além de pesquisa “ Servidores solicitou diárias e passagens no seu Campus de lotação ou custeadas pelo próprio servidor. ”	RG 2017 (p.200)				
“Participação em evento internacional - 5º Congresso UNESCO UNITWIN - Coimbra- Portugal - Para apresentação oral de trabalho. Coimbra – Portugal. R\$4.000,00 (ajuda de custo) ”	RG 2017 (p.274)				
“Concessão de diárias a servidores em viagens internacionais - Permitir apresentação de trabalhos acadêmicos em eventos no exterior . previsto: R\$ 10.000,00 executado: R\$ 10.236,22 ”	RG 2017 (p.544)				
“Alcançar dois dígitos em incremento % de receita através da captação de recursos por convênio, por cooperação técnica, por receita originada na geração do conhecimento em forma de royalties, por emenda parlamentar e por agências de fomento”	RG 2018 (p.27)				

“Webinar sobre chamada de pesquisa em língua inglesa UK-Brazil English Collaboration Call. - O objetivo da Webinar é será discutir o financiamento das duas linhas de pesquisa: uma direcionada a políticas para a língua inglesa como componente do processo de internacionalização de instituições de ensino superior brasileiras, (...)”	RG 2018 (p.275)
“Homologar a destinação dos recursos PROAP para o PPGEE - Assegurar recursos para participação de professores, pesquisadores e alunos em atividades e eventos científico acadêmicos no país e no exterior - Total previsto: R\$ 14.229,60”	RG 2019 (p.269)
“Organização na distribuição dos recursos recebidos a fim de viabilizar a participação de nossos docentes e discentes pesquisadores e extensionistas em eventos nacionais e internacionais ,”	RG 2019 (p.840)

APÊNDICE C - PERGUNTAS SUBMETIDAS AO IFPB PELO FALA.BR

Resumo

Solicito informações sobre o orçamento do IFPB no período de 2010-2020, bem como valores destinados a internacionalização da educação superior, a fim de coleta de dados para pesquisa de mestrado sobre a temática. Agradecemos antecipadamente.

Fale aqui

Solicito informações sobre os seguintes questionamentos:

- 1.1 Qual o orçamento disponível para o IFPB em cada ação de Governo no período de 2010-2020?
- 1.2 Há algum valor ou percentual estipulado do orçamento total do IFPB destinado para Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER? Se há, o que é considerado para o cálculo?
- 1.3 Existe algum indicador que possamos consultar no portal da transparência para verificar as despesas executadas com a internacionalização da educação superior no IFPB (exemplo Plano interno, UGR,..)?
- 1.4 Considerando o orçamento disponibilizado no período de 2010-2020 para o IFPB, qual valor foi destinado para internacionalização da educação superior em cada ano do período informado?
- 1.5 Houve valor destinado no período de 2010-2020 para internacionalização da educação como de recursos próprios, agência de fomento, convênios, ou outras fontes? informar valores destinados por ano.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR MESTRADO
PROFISSIONAL

2
0
2
3

Helena Lima de Moura
Orientador: Dr. Jose Jassuipe da Silva Moraes

**Estratégias de governança para o
financiamento da internacionalização
no Instituto Federal da Paraíba**

DOCUMENTO ORIENTADOR DE PROCEDIMENTOS

INTRODUÇÃO

Apresentamos este DORP - Documento Orientador de Procedimentos como fruto do produto oriundo da pesquisa sobre os dados do financiamento da internacionalização da educação superior no IFPB no período de 2010-2019.

Investigamos o site institucional e questionamos, via fala.br, buscando dados do financiamento dessa ação. Analisamos os relatórios de gestão do IFPB e documentos institucionais acerca da normatização da execução das ações da Assessoria Internacional - ARINTER.

Identificamos que, nos relatórios de gestão de 2010-2019, não se faz menção quanto aos valores orçamentários que foram financiadores das ações de internacionalização. Muitas ações foram executadas, e, pela essência da atividade, verificou-se que, em sua maioria, necessitariam ser financiadas, a exemplo de apresentação de trabalhos no exterior, editais lançados, convênios de cooperação, intercâmbios de discentes em outros países.

Logo, vimos a necessidade de colaborar para o desenvolvimento de uma boa governança das ações de internacionalização da educação superior no IFPB. Por isso, trataremos nesse documento sobre boas práticas que precisam ser aplicadas para continuidade das ações de internacionalização, trazendo transparência quanto ao financiamento, visto tratar-se de recurso público.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M474f Moura, Helena Lima de.
Estratégias de governança para o financiamento da
internacionalização no Instituto Federal da Paraíba /
Helena Lima de Moura - João Pessoa, 2023.
17 p. : il.

Orientação: José Jassuipe da Silva de Moraes.

1. Educação Superior 2. Internacionalização. 3.
Financiamento. I. Moraes, José Jassuipe da Silva. II.
Título.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos este Documento Orientador de Procedimentos (DORP) como resultado da pesquisa realizada no IFPB no período de 2010-2019, sobre a temática do financiamento da internacionalização da educação superior. O referido documento será de uso institucional e servirá de ferramenta para as demais Instituições Públicas de Ensino Superior, impulsionando estratégias para uma política orçamentária sustentável para as ações de internacionalização.

Este DORP foi resultante do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, sendo elaborado para integrar a dissertação como o produto técnico a ser apresentado.

A partir dos resultados da pesquisa, foram consolidadas algumas estratégias, baseadas na ausência de informações na forma descritiva dos documentos analisados no site institucional, bem como no material orientador da SETEC/MEC - Documento de referência de Internacionalização - e as orientações básicas sobre Governança Pública associada ao investimento em políticas institucionais.

SUMÁRIO

1. INSTITUIÇÃO DE ENSINO FEDERAL: O IFPB	05
2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO IFP	06
2.1 FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO	09
3. GOVERNANÇA PÚBLICA E FINANCIAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO.....	10
3.1. ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA	11
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	15

1. INSTITUIÇÃO DE ENSINO FEDERAL: O IFPB

O IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, instituído pela Lei 11.892/2008, vinculado ao Ministério da Educação, é uma autarquia federal, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

MAPA DE ATUÇÃO DO IFPB



FONTE: Relatório de Gestão 2019 (p.19)

2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO IFPB



A ARINTER é a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais, aprovada em 2017 pela Resolução Nº 144 – CS, de 11 de agosto de 2017, para ser responsável por assessorar, elaborar, propor e coordenar a execução das políticas de cooperação institucional e internacional, e uma das suas atribuições conforme a Resolução artigo 58, incisos “III – acompanhar a realização de convênios, parcerias, acordos de cooperação e intercâmbio entre o IFPB e instituições de ensino, pesquisa e extensão de outros países;” e “V- assessorar na formulação de projetos, em articulação com os diversos setores do IFPB, para a captação de recursos e para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos a serem realizados em instituições estrangeiras”.

Art. 57. A Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) é o órgão auxiliar da Reitoria com a finalidade de promover as relações entre o IFPB e as instituições educacionais estrangeiras de países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas, mediante cooperação técnica e intercâmbios científicos e culturais. (IFPB, 2017)

Para regulamentar as ações a serem desenvolvidas pela ARINTER foi constituída a política de internacionalização, através da Resolução *ad Referendum* nº 19, de 24 de abril de 2018, do Conselho Superior, abordando conceitos, eixos de ações, o processo de implementação, as formas de sustentação da política, formas de financiamento, entre outras assuntos necessários para efetividade das ações.

A referida Resolução traz a compreensão da internacionalização como um processo, integrante das atividades da mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições e desenvolvimento de aspectos curriculares.

Art. 3º Os eixos das ações a serem desenvolvidas na política de internacionalização envolvem: Mobilidade/Intercâmbio; Acordos de cooperação/MOUs; Projetos com cooperação internacional; Idiomas/Línguas; Investimento/Financiamento; Estrutura de escritório e pessoal; Comunicação/Divulgação dos dados e indicadores internacionais; Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais; Normativas e regulamentos relacionados à internacionalização.

Para tornar o IFPB um ambiente internacional a Resolução trata da execução das atividades tendo como foco o desenvolvimento e internacionalização do ensino, desenvolvimento de lideranças, captação de possibilidades e implementações de acordos de cooperação internacionais para capacitar servidores e alunos de todos os níveis e modalidades; desenvolver a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica, além de ampliar as colaborações com instituições e empresas internacionais.

O art. 14 da Resolução supracitada traz a reflexão das impressões coletadas na pesquisa, da execução isolada dos campi no processo de internacionalização, realidade que tem que ser mudada e implementadas ações que fortaleçam o financiamento dessas ações de internacionalização no âmbito do IFPB.

Art. 14 Do Envolvimento de docentes e técnicos com o processo de internacionalização:

I - Embora diversos docentes já tenham parcerias acadêmicas informais e trabalhos sendo desenvolvidos, colaborativamente, com instituições estrangeiras, algumas ações desses servidores têm sido resultado de esforços isolados/individuais ou de um grupo e não resultado de uma política institucional. Com o plano de internacionalização busca-se a criação de mecanismos institucionais que motivem o envolvimento dos docentes e técnicos administrativos no processo de internacionalização. (IFPB, 2018).

2.1 FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO



Toda política institucional em uma organização, para ser considerada efetiva, necessita de meios que possibilitem o financiamento de suas ações. O documento orientativo do MEC sobre internacionalização, reforça a importância de iniciativas nesse sentido contarem com um orçamento próprio. Além disso, destaca a necessidade de explorar a captação de recursos por meio de editais em outras instituições, que contribui para a ampliação e fortalecimento das ações de internacionalização.

De acordo com a Política do IFPB, o financiamento é essencial para viabilizar as ações de internacionalização e garantir a efetividade dessa política.

Art. 27 A Política de Internacionalização do IFPB será viabilizada por meio da aplicação de recursos próprios, através da instituição de mecanismos internos financiadores, da captação de recursos junto a órgãos de fomento nacionais e internacionais para o desenvolvimento de atividades conjuntas e de parcerias com instituições e empresas públicas e privadas nacionais e internacionais.

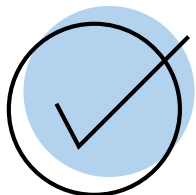
3. GOVERNANÇA PÚBLICA E FINANCIAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

O documento referencial do SETC/MEC menciona estratégias que contribuem para a governança das ações de internacionalização, no intuito de promoção da estruturação nas instituições. São eles:

- conscientização da relevância do alinhamento das ações de internacionalização aos planos de desenvolvimento institucional - PDIs;
- oferta de formação/capacitação e da apresentação de boas práticas,
- dar condições para que as ações possam ser estruturadas, planejadas , monitoradas e avaliadas.

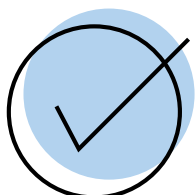
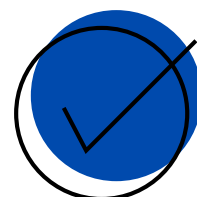


3.1. ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA



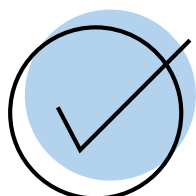
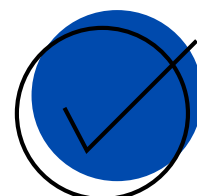
Revisão do portal institucional, para uma categorização das informações de forma mais intuitiva

Busca pela integração, engajamento e efetividade dos agentes envolvidos no processo de internacionalização



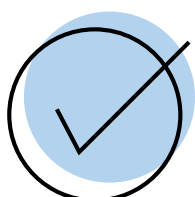
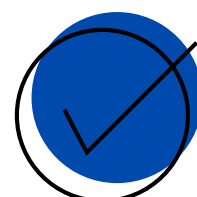
Efetivar a política de internacionalização com percentual fixo de orçamento, conforme previsto no PDI 2020-2024

Capacitar gestores estratégicos para captação de recursos, através de agências de fomento, TEDs, termos de cooperação, entre outras modalidades para atender ações de internacionalização



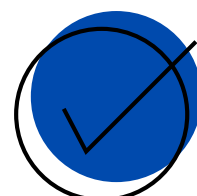
Previsão de plano interno para ações de internacionalização, sendo de utilização de todos os campi

Publicação de edital para ações de internacionalização, apresentação de trabalhos, participação em eventos ou publicação de artigo internacionais para discentes e servidores



Lançamento nos relatórios de gestão das ações de internacionalização, exclusivamente no macroprocesso - Internacionalização

Instituir procedimento e capacitar gestores responsáveis pela área de internacionalização para elaboração dos relatórios de gestão.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desse DORP - Documento orientador de Procedimentos foi resultado da pesquisa intitulada "Financiamento da Educação Superior: Um *print* da Internacionalização no Instituto Federal da Paraíba (2010-2019)", que possibilitou verificar a gestão do financiamento para promover a internacionalização do ensino superior.

Após analisar os dados da pesquisa constatamos que a internacionalização no IFPB possui uma política estabelecida, e a ARINTER disponibiliza materiais e informações em seu site. No entanto, essas informações estão apresentadas de forma dispersa, o que dificulta a análise e o acompanhamento das ações. Os relatórios de gestão anuais precisam ser mais detalhados e conter descrições quantificadas para uma prestação de contas mais eficaz.

Portanto, propomos este documento para ser apreciado, contendo algumas estratégias de governança pública a serem implementadas no financiamento da internacionalização da educação, visando fortalecer sua Política no IFPB.

Ademais, este documento não se encerra nas estratégias propostas, pois estas representam apenas o primeiro passo para impulsionar e implementar uma política de internacionalização com financiamento viável, atendendo aos requisitos de uma política pública aplicada com efetividade e transparência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20ago. 2023.

BRASIL. Levantamento das ações de internacionalização da rede federal de educação profissional e tecnológica e resultados do GT de políticas de internacionalização. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2018-pdf/87481-acoes-de-internacionalizacao/file>. Acesso em : 01set. 2023.

CONIF, Vozes da internacionalização: narrativas de estudantes e servidores (as) da educação profissional, científica e tecnológica. Editora IFC. Blumenau, 2023. Disponível em <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/diversos/e-book-vozes-da-internacionalizacao-versao-final.pdf/view> . Acesso em: 10nov. 2023.

IFPB, Resolução *ad referendum* nº 19, de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10nov. 2023.

IFPB. Resolução nº 144 – CS, de 11 de agosto de 2017, regulamenta a Arinter – Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais. Disponível em : <https://www.ifpb.edu.br/prpipg/inovacao/Normas%20e%20Resolucao/resolucao-144-2017-consuper-regimento-geral-do-ifpb#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Regimento%20Gera,l,termos%20da%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20em%20vigor.> Acesso em: 27out. 2023.



Por: Clara Andreielelem Baia Batista - IFPB

DESENVOLVER CADA VEZ MAIS ORGULHO DE SER DE ONDE VOCÊ É ”

A decisão começa difícil e se mantém difícil durante o caminho. Não digo isso com a intenção de assustar, até porque, de fato, o intercâmbio foi uma das maiores realizações de sonho da minha vida. Mas, escolher, independentemente do período que for, estar longe de toda a rede de apoio que você tem e construiu é uma das coisas mais difíceis que você pode decidir fazer. No entanto, o crescimento tá do lado de fora do confortável.

Eu sou uma amapaense que mora no interior da Paraíba desde 2018, quando passei em Medicina Veterinária no IFPB Câmpus Sousa. De certa forma, a saudade e o reinício são meus companheiros desde os meus 17 anos, quando saí de casa para estudar fora do meu estado pela primeira vez. Mas, dessa vez, a experiência começou com uma ida pro outro lado de um oceano, e, em uma ocasião, até dois. Não era mais uma barreira terrestre. Nem sempre a realização será com uma companhia no início, mas sua coragem se tornará sua melhor amiga.

Ter um sonho custa, realizá-lo custa ainda mais. Aprender sobre o movimento de valorização de uma moeda que você nunca viu, se organizar para ter economias pro mês inteiro, planejar uma viagem pra um país que não fala sua língua, pesquisar se o chip do seu celular funciona no outro país, aprender o dia da promoção de um supermercado diferente com produtos totalmente diferentes, comer uma comida que você nunca viu ou ouviu falar, andar em um transporte que você nunca andou, aprender a andar sob pistas de gelo (e rir até das quedas!), aprender sobre resiliência, desenvolver cada vez mais orgulho de ser de onde você é... são apenas algumas coisas que você vai aprender a lidar durante esse período.

**Educação não
transforma o mundo.
Educação muda
as pessoas.
Pessoas transformam
o mundo.**

PAULO FREIRE



ANEXOS

ANEXO A - PROCESSO NUP 23546.033293/2023-44

RESPOSTAS DO IFPB SUBMETIDAS PELO FALA.BR

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Dados Básicos da Manifestação

Tipo de Manifestação: Acesso à Informação

Esfera: Federal

NUP:

23546.033293/2023-44

Órgão Destinatário:

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologizada Paraíba

Órgão de Interesse:

Assunto: Subassunto:

Orçamento

Data de Cadastro:

Situação: Data limite para resposta: Canal de Entrada:

Modo de Resposta:

24/04/2023

Concluí

da

25/05/2

023

Internet

Pelo sistema (com avisos por email)

Registrado Por: Órgão

Tipo de formulário:

Acesso à Informação

Serviço: Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Resumo: Solicito informações sobre o orçamento do IFPB no período de 2010-2020, bem como valores destinados a inter-nacionalização da educação superior, a fim de coleta de dados para pesquisa de mestrado sobre a temática.

Agradecemos antecipadamente.

Teor:

Solicito informações sobre os seguintes questionamentos:

1.1 Qual o orçamento disponível para o IFPB em cadação de Governo no período de 2010-2020?

1.2 Há algum valor ou percentual estipulado do orçamentototal do IFPB destinado para Assessoria de Relações Institucio- nais e Internacionais – ARINTER? Se há, o que é considerado para o cálculo?

1.3 Existe algum indicador que possamos consultar no portal

da transparência para verificar as despesas executadas com a internacionalização da educação superior no IFPB (exemplo Plano interno , UGR,...)?

1.4 Considerando o orçamento disponibilizado no período de 2010-2020 para o IFPB, qual valor foi destinado para

internacionalização da educação superior em cada ano do período informado ?

1.5 Houve valor destinado no período de 2010-2020 para internacionalização da educação como de recursos próprios, agência de fomento, convênios, ou outras fontes? informar valores destinados por ano.

Proposta de melhoria:

Município do local do

fato:

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Detalhes da Manifestação

UF do local do fato:

Local:

Não há anexos originais da manifestação.

Não há anexos complementares.

Não há textos complementares.

Não há envolvidos na manifestação.

Campos Adicionais

Não há campos adicionais.

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Dados das Respostas

Tipo de Resposta	Data/Hora	Teor da Resposta	Decisão
Resposta Conclusiva	15/06/2023 15:55	Prezado (a) cidadão (ã), Em atenção ao pedido de informação registrado através do NUP 23546.033293/2023-44, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e com base nas informações obtidas junto à Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais do IFPB (DESPACHO 10/2023 - ARINTER/REITORIA/IFPB), apresentamos a baixo respostas relativas aos questionamentos: Inicialmente, esclarecemos, em conformidade com as disposições embarcadas no § 6º, do art. 11, da Lei n.º 12.527/2011, que a maior parte das informações requeridas encontram-se disponibilizadas ao público em formato eletrônico, de acesso universal, pelo qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação. ITEM - 1.1 Qual o orçamento disponível para o IFPB em cada ação de Governo no período de 2010-2020? RESPOSTA: A requerente poderá localizar as informações no portal da instituição, através do link: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao, nestes relatórios estão disponíveis informações de todas as áreas, inclusive a parte orçamentária e financeira do IFPB. ITEM - 1.2 Há algum valor ou percentual estipulado do orçamento total do IFPB destinado para Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais – ARINTER? Se há, o que é considerado para o cálculo? RESPOSTA: A ARINTER atualmente não possui uma fonte de recursos destinada exclusivamente para as ações de internacionalização; essas ações são realizadas por meio de parceria com demais	Acesso Concedido

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Detalhes da Manifestação

	áreas que são providas de recursos como por exemplo: Pró-Reitoria de Ensino (PRE); Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP), Diretoria de Educação a Distância (DEAD), Direção Geral dos Campi, além de outras. Considerando essa fragilidade orçamentária e financeira, a ARINTER abriu o processo nº 23381.002206.2023-37, que solicita a destinação de um orçamento mínimo para as ações de internacionalização, conforme prevê o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPB, 2020, p.220), que entre os desafios consta garantir o mínimo entre 0,5 % a 1% do orçamento para a Internacionalização do IFPB até 2024. Desse modo, o processo foi enviado ao Colégio de Dirigentes, onde será avaliada a proposta pelos demais membros. ITEM - 1.3 Existe algum indicador que possamos consultar no portal da transparência para verificar as despesas executadas com a internacionalização da educação superior no IFPB (exemplo Plano interno, UGR,...)? RESPOSTA: Conforme relatado anteriormente, a ARINTER atualmente não possui recurso destinado para a internacionalização, conforme resposta da Diretoria de Orçamento no exercício de 2019, foi criada a Unidade Gestora Responsável (UGR) para controle das despesas ligadas à Assessoria de Assuntos Institucionais e Internacionais (ARINTER-RE), sob o código de UGR no nº 155819, no sistema SIAFI. ITEM - 1.4 Considerando o orçamento disponibilizado no período de 2010-2020 para o IFPB, qual valor foi destinado para internacionalização da educação superior em cada ano do período informado? RESPOSTA: A ARINTER atualmente não possui uma fonte de recursos destinada exclusivamente para as ações de internacionalização. ITEM - 1.5 Houve valor destinado no período de 2010-2020 para internacionalização da educação como de recursos próprios, agência de fomento, convênios, ou outras fontes? informar valores destinados por ano. RESPOSTA: Como relatado no item 1.1 a ARINTER não possui uma fonte de recursos destinada exclusivamente para as ações de internacionalização; essas ações são realizadas por meio de parceria com demais áreas que são providas de recursos como por	
--	--	--

exemplo: Pró-Reitoria de Ensino (PRE); Pró Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRPIPG), Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP), Diretoria de Educação a Distância (DEAD), Direção Geral dos Campi, além de outras. Atenciosamente, Sistema de Informação ao Cidadão Instituto Federal da Paraíba

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à
Informação

Detalhes da Manifestação

Denúncia de descumprimento

Não há registro de denúncias de descumprimento

Dados de Encaminhamento

Não há registros de encaminhamento.

Dados de Prorrogação

Prazo Original	Novo Prazo	Responsável	Motivo	Justificativa	Data/Hora Ação
15/05/2023 23:59	25/05/2023 23:59	Órgão	Análise da competência para reencaminhamento da informação	Prezado (a) Senhor (a), Informamos que o prazo para resposta do seu pedido de informação registrado através do NUP 23546.033293/2023-44 foi prorrogado por mais dez dias (Decreto nº 7.724/2012, Art. 16). Esclarecemos que a demanda se encontra em análise na unidade do IFPB responsável pela resposta e em breve estaremos respondendo a sua solicitação. Atenciosamente, Sistema de Informação ao Cidadão Instituto Federal da Paraíba	15/05/2023 15:09